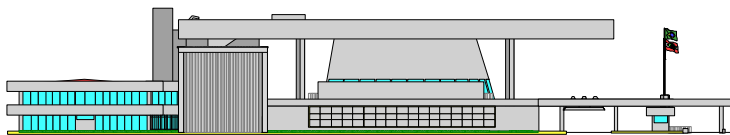


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 03 DE ABRIL DE 2008

NÚMERO 5.874

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Sílvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice Presidente
Jean Kuhlmann
Gelson Merísio
Pedro Uczai
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Herneus de Nadal
Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Serafim Venzon
Manoel Mota
Renato Hinnig
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente
Odete de Jesus - Vice Presidente
Darci de Matos
Herneus de Nadal
Jandir Bellini
Jorginho Mello
Genésio Goulart
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Marcos Vieira
Gelson Merísio
Romildo Titon
Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
José Natal Pereira
Renato Hinnig
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente
Gelson Merísio - Vice Presidente
Décio Góes
José Natal Pereira
Jandir Bellini
Manoel Mota
Renato Hinnig
Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice Presidente
Cesar Souza Júnior
Edson Piriquito
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice Presidente
Ada de Luca
Elizeu Mattos
Marcos Vieira
Pedro Uczai
Professor Grandó
Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente
Edson Piriquito - Vice Presidente
Edison Andrino
José Natal Pereira
Cesar Souza Júnior
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente
Jailson Lima da Silva - Vice Presidente
Edson Piriquito
Gelson Merísio
Kennedy Nunes
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Genésio Goulart
Kennedy Nunes
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Odete de Jesus
Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente
Pedro Uczai - Vice Presidente
Ada de Luca
Manoel Mota
Jorginho Mello
Professor Grandó
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice Presidente
Edison Andrino
Jandir Bellini
Elizeu Mattos
Moacir Sopelsa
Jailson Lima da Silva
Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente
Kennedy Nunes - Vice Presidente
Jailson Lima da Silva
Moacir Sopelsa
Joares Ponticelli
Nilson Gonçalves
Jean Kuhlmann
Romildo Titon
Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 1886
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 023ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 02/04/2008.....2
Ata da 024ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 03/04/2008...20

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente.....
.....36
Ofício.....36
Projetos de Lei.....36

PLENÁRIO

ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopesla - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o crescimento e o sucesso da Cooperoeste; manifesta-se acerca da importância da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa no desenvolvimento do país.
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se à repercussão das diferentes políticas públicas do presidente Lula.
DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Aborda o seu trabalho como coordenador do grupo de trabalho eleitoral do PT em Santa Catarina.
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN (pela ordem) - Registra a presença do suplente de deputado estadual Altair Silva.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Comenta a eleição presidencial no próximo pleito.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda a questão da reeleição do presidente Lula; refere-se ao PAC.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Reporta-se ao Prêmio Educar.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Tece comentários a respeito da reeleição do presidente Lula.

Partidos Políticos

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Refere-se à morte do ex-deputado Pedro Colin; comenta a paralisação dos funcionários da Cidasc do terminal graneleiro de São Francisco do Sul.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Convida todos a participarem da Festa da Cebola, em Ituporanga; refere-se às várias obras realizadas pelo governo do estado em Ituporanga.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Aborda a produção de cebola em Ituporanga.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à morte do ex-deputado Pedro Colin; comenta a duplicação da BR-101.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Registra a morte do ex-deputado Pedro Colin.

DEPUTADO GELSON MERISIO - Refere-se ao processo de cassação do governador.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença de vereadores de Correia Pinto.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a duplicação da BR-101; comenta possível terceiro mandato do presidente Lula; aborda o Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Refere-se ao crescimento da violência em Santa Catarina; comenta o processo de cassação do governador.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Reporta-se à MP que concede abono aos professores; comenta a falta de plantão no hospital do Cepon; aborda os crimes do tráfico no estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Solicita suspensão da sessão para reunião com o presidente do Tribunal de Contas.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda a luta em favor da causa do magistério; convida todos para uma audiência pública sobre a dengue.

Ordem do Dia

DEPUTADO NILSON GONÇALVES (pela ordem) - Reporta-se à indicação, de sua autoria, acerca de crianças e adolescentes desaparecidos.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Solicita subscrever indicação acerca de viaduto no acesso ao município de São Bento do Sul.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Solicita subscrever requerimento de pesar aos familiares de Pedro Colin.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Manifesta-se contra a moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Manifesta-se favorável à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Manifesta-se favorável à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO JORGINHO MELLO - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Manifesta-se contrário à moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Solicita votação nominal da moção do deputado Rogério Mendonça a respeito da legalização do jogo do bicho.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Solicita subscrever moção, de autoria do deputado Pedro Uczai, que solicita abertura de negociação com os trabalhadores públicos municipais.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Brusque, César Moritz.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do presidente e do assessor jurídico da Câmara de Vereadores de Fraiburgo.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Solicita aprovação de moção, de sua autoria, que solicita à Anvisa fiscalização na chegada de aeronaves visando eliminação de focos do mosquito da dengue.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Discute pedido de informação, de sua autoria, acerca das razões impeditivas ao início da construção da Escola Célia Coelho Cruz, em Tubarão.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica solicitação de verificação de quórum feita pelo deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Justifica seu pedido de verificação de quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Critica pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Manoel Mota.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Manoel Mota.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Aborda o pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Manoel Mota.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli sobre o seu pedido de verificação de quórum.

Explicação Pessoal

DEPUTADO VALMIR COMIN - Registra a presença do presidente da AJE - Associação de Jovens Empreendedores de Criciúma; aborda a vitória da equipe sub-17 do Criciúma Clube no Super Brasileiro de Futebol Juvenil; refere-se à solução encontrada para o porto de Imbituba; aborda o projeto da Translitorânea.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Refere-se a investimentos que serão feitos por grandes empresas no estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Aborda a importância do porto de Imbituba.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença do sr. Oscar Paulo Gavioli.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se aos investimentos feitos pelo governo federal em Santa Catarina; registra o 9º Encontro Estadual de Mulheres; aborda projeto do deputado federal Décio Lima que institui o "cheque garantido"; comenta a criação de uma fundação para tornar a TVAl um canal aberto; refere-se a projeto, de sua autoria, que dispõe sobre a adoção de livros didáticos pelas escolas particulares de educação básica.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Aborda a construção de unidade prisional em Brusque.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Refere-se ao aumento do número de homicídios no estado.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Comenta o aumento do número de homicídios em Santa Catarina.

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Critica colocações feitas em relação ao governador do estado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Registra a presença de Fábio Maestri e do padre Ari Erthal, de Brusque.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica colocações do deputado Joares Ponticelli ao governador do estado; comenta o aniversário de 150 anos de Joinville.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Presidência comunica aos representantes do Sinte que aqui se encontram que a medida provisória de interesse da Educação de Santa Catarina não será deliberada hoje. Marcaremos a votação para terça-feira ou quarta-feira da semana que vem. É apenas para orientar e facilitar a organização do movimento.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, assomo a esta tribuna, em Breves Comunicações, para, em primeiro lugar, cumprimentar os professores da rede estadual que estão aqui na luta visitando-nos.

Em segundo lugar, quero aproveitar o momento para cumprimentar a Cooperoeste, pela grande assembleia realizada no último sábado, em São Miguel d'Oeste. Essa entidade, que hoje é muito importante e tem a sua história enraizada na luta pela terra do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, principalmente do extremo oeste catarinense, hoje trabalha com a marca Terra Viva e transforma-se numa grande experiência de desenvolvimento, de agregação de valor de produtos agrícolas dos assentados da reforma agrária.

Durante a assembleia do último sábado, a Cooperoeste apresentou o resultado extraordinário obtido em 2007, cujo volume alcançou a cifra de R\$ 6 milhões; na ocasião discutiu-se a distribuição e a aplicação do lucro líquido.

Então, quero parabenizar a Cooperoeste, através do presidente Nelson Foz da Silva, o Nelsinho, por esse grande resultado mais uma vez atingido pela empresa, que hoje entra no mercado com os produtos Terra Viva, que vêm buscando e conquistando grandes espaços.

Outro tema que quero tratar hoje são as conquistas que os micro e pequenos empresários do nosso país estão tendo e também as lutas no estado de Santa Catarina. Mas para falar sobre essa nova lei, deputado Pedro Baldissera, eu preciso rapidamente destacar aqui, mais uma vez, nós que somos partidários do presidente Lula, o grande avanço que o seu governo vem tendo em termos de aprovação popular, estabelecendo um novo recorde: 55% de aprovação da sociedade brasileira!

Isso é muito positivo e com certeza o povo brasileiro a cada dia vem acreditando mais no seu governo, principalmente pelo conjunto de políticas implementadas e por não discriminar os nossos municípios, a nossa população. Prova disso foi, há poucos dias, a visita que fez a Florianópolis, onde encaminhou e lançou obras importantes.

Entre as políticas que foram aprovadas pelo Congresso Nacional, mas que tiveram um grande incentivo do governo federal, do próprio presidente Lula, está a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. E um dos benefícios da lei, sobre a qual já discutimos muitas e muitas vezes da tribuna desta Casa e nas comissões, é o direito que as micro e pequenas empresas têm nas compras governamentais.

Então, eu, rapidamente, quero trazer alguns números obtidos, após praticamente meio ano da aprovação da Lei Geral, no que se refere às compras governamentais.

(Passa a ler.)

"A lei reduz impostos, simplifica a arrecadação e desburocratiza a abertura e o fechamento de empresas, pois mudou o perfil das micro e pequenas empresas e também das compras governamentais, multiplicando por quatro a participação dos empreendedores de pequeno porte nesse bilionário mercado. Subiu de 9,6% para 37% em um ano ou um pouquinho mais de meio ano, a participação das micro e pequenas empresas nas compras governamentais.

O governo federal desembolsou R\$ 25,7 bilhões em 2007 para esse segmento, 21,7% a mais que os R\$ 21,1 bilhões do ano anterior.

Com compras em grande escala, o governo federal pode pressionar fornecedores para baixar preços. Por isso, esse era um jogo considerado ideal para as grandes empresas. Mas as vantagens proporcionadas pela nova legislação fizeram com que a participação das compras de micro e pequenas empresas passassem de 9,6%, em 2006, para 37%, em 2007.

Em valores, o crescimento dessas empresas impressiona. Em 2007, o governo adquiriu das microempresas brasileiras R\$ 4,102 bilhões em produtos diversos, como material de escritório, componentes de veículos, material de construção e equipamentos e artigos para uso médico, dentário e veterinário. Esse número representa um salto de 579% em relação aos R\$ 604 milhões de 2006. As pequenas empresas também estão vendendo mais para a máquina pública. Sua participação nas compras governamentais passou de R\$ 1,433 bilhão, em 2006, para R\$ 5,404 bilhões em 2007.

Somadas, as vendas de micro e pequenas empresas saíram de R\$ 2,037 bilhões, em 2006, para R\$ 9,506 bilhões, 375% a mais. Elas representam 158 mil dos 274 mil fornecedores cadastrados. Para o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, os valores comprovam o sucesso da estratégia de incentivar a base da economia por meio das compras governamentais, um dos objetivos da Lei Geral. "O governo passou a ser um grande mercado para essas empresas e ajudará no crescimento desse segmento econômico", disse."

Também temos aqui declarações de outras entidades e de deputados, como os deputados José Pimentel, que é um dos articuladores da Lei Geral, e Pedro Eugênio, do PT de Pernambuco e presidente da comissão de Finanças da Câmara Federal.

Então, esses dados são fundamentais e demonstram que o estado de fato tem um grande poder de compra e de incentivar setores da economia, que muitas vezes não têm esse espaço para poder crescer e desenvolver-se, principalmente no início.

Por isso, queremos reforçar, deputado Reno Caramori, que temos na Casa um projeto para que o estado de Santa Catarina adote a política pública nacional, conforme a Lei Geral, para as compras governamentais. Muitas micro e pequenas empresas podem, a partir das compras do estado - e não só do Executivo, mas também do Legislativo e do Judiciário -, crescer muito nos seus negócios.

Assim, temos que cobrar mais uma vez a aprovação, o mais rapidamente possível, dessa legislação que prioriza as compras públicas da micro e pequena empresa, cobrar a ação que vem, desde maio do ano passado, sendo discutida nesta Casa, que é a geração do crédito de ICMS.

Avançamos aqui para o setor industrial, que são 7%. Não é o que os microempresários queriam, mas é um passo. Agora o comércio está fora dessa política de geração de créditos de ICMS, quando vendem para uma grande empresa.

Então, não é uma questão contraditória aqui, e sim uma questão legal, legítima, porque é uma política que os microempresários de Santa Catarina já tinham. Por isso é importante, porque os microempresários estão perdendo esse incentivo tão necessário na política pública do estado de Santa Catarina.

De fato temos aqui necessidade urgente de aprovar esse projeto de lei que garante prioridade, nas compras governamentais, às pequenas e microempresas. Já aprovamos aqui uma indicação a fim de que o estado receba as pequenas e as microempresas para justamente discutir essa pauta da volta do crédito do ICMS para elas.

Esperamos que o governo se sensibilize, dialogue com esse setor tão importante para, justamente, melhorar a condição de vida dos micro e pequenos empresários de Santa Catarina, pois são milhares os que estão sofrendo por essa iniciativa de retirar os créditos de ICMS.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, aproveitando a tribuna na tarde de hoje, gostaria de trazer presente um pouco daquilo que o PT vem realizando através da direção estadual, juntamente com os nossos parlamentares, com relação à organização do Partido dos Trabalhadores nas diferentes regiões do estado de Santa Catarina.

Nós vivemos um momento extremamente positivo com relação a uma série de políticas públicas implementadas pelo governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, do PT, nos diferentes segmentos da nossa sociedade, e com repercussão, hoje, em nível de América Latina, em nível de mundo, positiva de uma série de políticas que estão sendo implementadas, deputado Dirceu Dresch, desde 2003 pelo nosso governo federal.

Isso tudo faz com que haja um momento extremamente positivo por parte da nossa militância e dos nossos simpatizantes nas diferentes regiões de nosso estado.

Tivemos a oportunidade, deputado Dirceu Dresch - e v.exa., como coordenador do grupo de trabalho eleitoral -, de percorrermos juntos várias regiões do nosso estado. Tivemos uma participação espetacular, forte, representativa de todos os nossos municípios das diferentes regiões, manifestando esse momento altamente positivo por que passa a administração do governo Lula, do PT, e que repercute nas diferentes camadas sociais e entusiasma essa nossa militância.

Então, é um momento que gostaríamos, deputado Dirceu Dresch, de partilhar com a sociedade catarinense, pois é um trabalho extremamente importante esse de ouvir a nossa base, de ver a repercussão das diferentes políticas públicas do governo do presidente Lula, do PT, lá na base, sentindo junto com os nossos militantes aquilo que eles estão vivendo no dia-a-dia da caminhada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não, deputado Dirceu Dresch! Gostaria de ouvir v.exa., como coordenador do grupo de trabalho eleitoral do Partido dos Trabalhadores no estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Pedro Baldissera, v.exa. traz esse comunicado para socializar com este Parlamento e a sociedade catarinense esse grande momento que estamos vivendo depois de uma eleição direta, no final do ano passado. O nosso diretório, a Executiva, assumiu há poucos dias, e agora estamos começando todo esse processo de diálogo pelo estado afora.

Então, de fato, deputado, houve grande participação neste final de semana, em todas as microrregiões do oeste, e lá estivemos juntos, eu como coordenador do GTE - Grupo de Trabalho Eleitoral. Estou muito grato por ter sido escolhido pelo meu partido para coordenar esse trabalho. Estamos de fato com uma grande expectativa, discutindo políticas de alianças, relações com outros partidos, mas, com certeza, com uma perspectiva muito importante de muitos candidatos a prefeito pelo estado afora e com a perspectiva de muito crescimento.

Então, quero parabenizá-lo, deputado, pelo roteiro que v.exa. fez, junto com a nossa presidente, pelo estado, principalmente no grande oeste, neste final de semana.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Quero dizer que essas diferentes políticas implementadas pelo governo do presidente Lula, do Partido dos Trabalhadores, têm uma repercussão fortíssima junto às diferentes camadas sociais. E poderíamos aqui enumerar uma série delas, mas quero, de maneira muito especial, trazer presente um aspecto que quero abordar logo em seguida, no horário do Partido dos Trabalhadores: a educação.

Falamos isso até fazendo um contraponto, porque nós passamos, no estado de Santa Catarina, por uma situação indigesta com relação à política salarial que o governo está implementando com os nossos educadores e as nossas educadoras. Especificamente os nossos educadores aposentados, que dedicaram a sua história, a sua vida, que se doaram nesse processo todo e que ajudaram a qualificar muitas pessoas e que nesse momento sentem-se totalmente excluídos de qualquer política salarial do governo do estado.

Nesse sentido a nossa bancada, por inúmeras vezes, tem profundamente lamentado. E hoje, na própria comissão de Finanças, foram propostas emendas para melhorar a medida promissória, e, infelizmente, mais uma vez, fomos derrotados.

Mas a política adotada até o presente momento é de exclusão e, portanto, é uma política que aos poucos vai colocando às margens aquilo que o estado deveria implementar: políticas que viessem no sentido de valorizar aqueles e aquelas que atuam dentro do serviço público. Infelizmente, a política adotada pelo governo é totalmente excludente!

Então, nesse sentido, lamentamos profundamente. E lamentamos mais do que isso: o fato de não se ouvir a própria base interessada. Não é dessa forma que transformamos a sociedade, e não é dessa forma que construímos políticas de inclusão dos nossos cidadãos e cidadãs.

Depois, no horário do partido, iremos retomar esse assunto, aprofundando sobre outras políticas públicas do governo do PT.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Flavio Ragagnin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Flavio Ragagnin.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, quero fazer o registro da presença do nosso suplente de deputado estadual Altair Silva, que nos próximos meses deverá fazer parte desta Casa. É um prazer muito grande a sua visita aqui, e ele será, sem dúvida, nosso candidato a prefeito de Chapecó!

Quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o presidente da Câmara de Vereadores de Xaxim pela inauguração da nova Casa, assim como também o prefeito Lírio Dagort. Aquela Câmara está de parabéns pela nova Casa, dando mostras de que o dinheiro público foi muito bem aplicado. Estivemos lá presentes e fazemos aqui a nossa saudação cordial.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência gostaria de anunciar a presença de vereadores de Bela Vista do Toldo: Mario César Schissel, Adir Leite e Giovanni. Saibam que esta Casa se sente honrada com a presença de ilustres visitantes do planalto norte.

Inscrito para falar o eminente líder de Joinville, o nosso deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, público que nos assiste pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e colegas de imprensa, os nossos cumprimentos! Catarinenses que nos acompanham aqui, sejam bem-vindos a esta Casa de leis!

Trago à reflexão aqui, hoje, deputado Reno Caramori, algo que me fez parar e pensar um pouco, deputado José Natal. Comecei a ouvir, de algumas semanas para cá, um burburinho, um murmúrio, umas falas, e ontem, na Rádio Bandeirantes, o vice-presidente da República, José Alencar, deu uma entrevista à Rádio Bandeirantes dizendo que é favorável a um terceiro governo do presidente Lula, a um terceiro mandato.

Esse é um desejo que está lá em alguma gaveta do Congresso Nacional para dar a possibilidade, deputado Sargento Amauri Soares, de que o presidente Lula entre candidato, mais uma vez, sem ter que sair ao final, agora, do seu governo.

O presidente Lula já mostrou claramente - e não se sabe até onde é verdade ou não, até onde é balão de ensaio ou não - que a ministra Dilma Rousseff seria, então, candidata do presidente Lula para substituí-lo na eleição presidencial do próximo pleito.

Quando se fala isso, logo se vai, deputado Reno Caramori, para a questão constitucional e diz-se: "Esse terceiro mandato de um possível governo Lula, ou uma segunda reeleição consecutiva, é frontalmente contra a Constituição". Nós nos apegamos, deputada Odete de Jesus, a essa questão da legalidade maior, que é a nossa Constituição Federal, e ficamos tranquilos: "Imagine! Isso é contra a Constituição!" Mas daí começamos a ouvir pessoas que defendem o terceiro mandato do presidente Lula a dizer o seguinte: "Mudamos a Constituição, então! Se não pode por conta da Constituição, muda-se ela. Ai se resolverá!"

É sobre isso que eu quero falar. Eu não quero discursar sobre um terceiro mandato ou não do governo Lula, se o presidente está certo em lançar uma candidata ou não, se o vice-presidente está certo em dizer a vontade dele ou não. Eu não quero tratar desse assunto, e sim, deputada Odete de Jesus, de se mudar a Constituição.

Por que esses mesmos que falam que é tão fácil mudar a Constituição, apenas fazendo um Projeto de Emenda Constitucional, uma PEC, mudando um artigo que diz que é possível uma reeleição - e dizendo ali que é possível a reeleição por tempo indeterminado -, não fazem propaganda para nós mudarmos a Constituição, por exemplo, em crimes hediondos?

Por que é tão difícil tratar de crimes hediondos neste país? Por que ninguém quer mudar, deputado Romildo Titon, a Constituição, quando garante que pessoas... Agora, no Rio Grande do Sul, um garoto de 15 anos diz que já matou uma dúzia. Em São Paulo, e não se sabe se foi o pai ou a madrasta, uma criança foi jogada do sexto andar pela janela! E a criança dormindo! No Rio de Janeiro, tempos atrás, assaltaram uma mãe e saíram arrastando o menino preso no cinto por quilômetros afora! Em Joinville, em plena inauguração de uma igreja, encontrou-se uma criança morta!

Ninguém fala na questão do crime hediondo, ninguém fala em mudar a Constituição com tanta facilidade para termos no Brasil penas mais severas. Nesta nação, nenhum deputado, nenhum senador, nenhum líder partidário fala nisso como falam tão facilmente em mudar a Constituição para dar mais um mandato a um presidente da República. Ninguém fala para acabarmos não com a sensação de impunidade, mas com a certeza de impunidade em alguns crimes, sejam políticos, eleitorais, administrativos ou até civis! Ninguém fala na impunidade que há nesta nação.

Trazemos esse tema a v.exas., deputado Antônio Aguiar, para fazermos essa reflexão. É claro que isso não passa por nós, deputados estaduais; passa por quem está lá em Brasília, seja senador ou deputado federal.

Mas será que nós, agentes políticos, mandatários, legisladores, temos tanta facilidade em mudar quando o benefício é para a política? E temos tanta dificuldade em mudar quando o benefício é para a população?

Faço aqui o meu desabafo, pois vejo muitos legisladores e lideranças políticas falarem em mudar a Constituição para dar mais um mandato ao presidente que está aí, com tanta facilidade quanto eu teria para ir ao meu gabinete trocar a minha gravata e voltar aqui com uma gravata lisa e não listrada. Mas quando se fala em coibir a impunidade, em colocar ordem no país, com relação, principalmente, a crimes hediondos; quando se fala em diminuir impostos cobrados nas indústrias e no comércio e quando se fala em ajudar a população, dizem que não dá, que é muito difícil, que um projeto de emenda constitucional depende de muitos votos no Congresso Nacional, que para isso não teriam força suficiente, que esse é um assunto impopular e que não dá voto. O que dá voto é dar entrevista nas rádios dizendo que vale à pena dar mais um mandato para os executivos que estão aí. Isso dá voto!

Srs. deputados, imaginem agora eu dar entrada a um projeto de emenda constitucional para dar mais um mandato ao presidente da República e como posso fazer minha barganha no governo indicando os meus, pegando as minhas autorizações, garantindo as minhas emendas orçamentárias para a minha região para que eu me fortaleça e não saia daquilo lá. Essa que é a verdade! E aí lembramos os cinco anos do ex-presidente José Sarney: quem foi o deputado que entrou com a emenda e com o que ele saiu depois, ou melhor, quantas emissoras de rádio ele ganhou?

Quero chamar a atenção, principalmente, dos nossos 16 deputados federais de Santa Catarina e dos nossos três senadores, no sentido de que não entrem e nem embarquem nessa onda de fazer com que a eleição seja algo tão fácil de mudar, mas que falem de mudanças estruturais nesta nação, de uma reforma política séria para acabar com partidos de aluguel, de um financiamento público das eleições, de uma reforma fiscal séria para desonerar a indústria e o comércio desta nação. Esta deveria ser a finalidade, deputado Manoel Mota, para se mudar a Constituição, mas não para conceder mais um mandato.

Nós deveríamos falar sobre este assunto com muita seriedade. Digo, mais uma vez, que não estou entrando no mérito da questão, ou seja, se o governo Lula, deputado Jailson Lima, é bom ou não, se merece ou não. Estou querendo discutir as ações que são realmente fundamentais para a nossa nação.

Nós estamos com problemas sérios em nossas penitenciárias, em nossas cadeias que estão cheias. Lá em Joinville, em celas com capacidade para quatro pessoas estão 18. Por quê? Porque a criminalidade está banalizada no Brasil e nós estamos discutindo o terceiro mandato de um executivo, como se mudar a Constituição fosse muito fácil. Não é fácil mudar quando o benefício vai para a população! Por que não é fácil mudar quando o beneficiado é o povo? Esta é a minha reflexão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, só por curiosidade, gostaria de uma informação de v.exa: os deputados que estavam inscritos anteriormente a este deputado, que não estão presentes, voltarão a falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Só com uma nova inscrição.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Ah, só se fizerem outra inscrição. Era exatamente isso que eu queria saber, porque havia três deputados na minha frente, não é o caso, mas queria saber.

Mas, deputado Kennedy Nunes, quero dizer que v.exa. começou, nesta quarta-feira, nesta Casa, muito iluminado ao tocar no assunto da probabilidade de uma terceira eleição para o presidente Lula. E quero dizer que desta tribuna, por diversas ocasiões, já fiz e continuarei fazendo reparos à administração do presidente Lula, porque temos que dizer à sociedade de Santa Catarina, essa que especificamente nós representamos e, por que não dizer à sociedade brasileira, se nós pudermos ecoar a nossa voz o mais longe possível do nosso estado que, na verdade, nem tudo são maravilhas neste país para cogitarmos um terceiro mandato para o presidente Lula. Não que ele seja o responsável direto por diversas coisas negativas que aconteceram e que continuam acontecendo neste país. Mas, nós temos que lembrar que junto com o presidente Lula existe uma turma de sanguessugas, existe o pessoal do mensalão, existem aqueles que desviam dinheiro de ONGs, aqueles que, na semana passada, ainda disse daqui da tribuna desta Casa, num convênio com um órgão ligado à saúde em Brasília, desviaram R\$ 13 milhões, volto a repetir, da saúde, verba que era para ser empregada, única e exclusivamente, na saúde indígena neste país. R\$ 13 milhões! E nenhum centavo foi gasto na saúde indígena. Foi tudo, desculpem a expressão, gasto em porcaria, pois até canetinhas de R\$ 1,00 para dar de presente compraram, e tantas outras coisas. Mas o dinheiro era para gastar na saúde.

Então, as questões levantadas pelo deputado Kennedy Nunes aqui são pontuais, sim, com certeza absoluta, para os nossos representantes em Brasília, estarem tentando cogitar uma alteração na Constituição, que foi feita com tanta briga, para a qual tanta gente deu o sangue, deu a cara para bater, pois através dela pudemos ter eleição direta neste país, para termos a liberdade de estarmos aqui, eu e tantos outros que não somos representantes de nenhum grupo empresarial. Não são a maioria - e aqui pelo que eu conheço não é - mas lá estão.

Sempre falei da minha vida política e que, lamentavelmente, a sociedade brasileira tem dificuldade em escolher um candidato. Geralmente, escolhem aqueles de maior poder aquisitivo e estes são representantes de grandes grupos empresariais que, ao chegarem lá, não têm compromisso com a sociedade, mas, sim, o de defender as leis que são de interesse próprio, como é a questão na Câmara Federal e no Senado, ou seja, dos donos, como dizem os outros, da agricultura neste país, tendo o Ronaldo Caiado à frente ainda da Frente Ruralista neste país. Então, tudo que é possível de bom e de melhor, eles articulam e levam para os grandes e a sociedade realmente fica só com a esperança.

Lamentavelmente, isso acontece, principalmente com pessoas que não são comprometidas realmente com a política, que estão de passagem. E vejamos que o vice-presidente, José Alencar, tem uma vida política neste país que deve ser reconhecida, mas no afã de que o Lula seja o salvador da pátria e tenha feito tudo perfeito, como é colocado pela bancada do PT, não é. Não é! Nós temos que mostrar para a sociedade brasileira que não é e que, lamentavelmente, grande parte daqueles que não têm a possibilidade de estar perto da classe política é que são os sofrendores, porque o PAC ainda não me convenceu efetivamente da sua realidade.

O PAC está sendo direcionado, neste momento, pelo presidente Lula e pela sua equipe para as maiores capitais deste país dos maiores estados deste país. É um projeto politiquêsimo, sim, senhor, com certeza. Por que o governo federal não investe o dinheiro do PAC nos pequenos municípios primeiro, como venho falando desta tribuna desde que o PAC surgiu? É preciso dar condições de vida aos municípios do interior para lá os cidadãos permanecerem. Temos que começar a fazer nos pequenos municípios deste país a infra-estrutura de saneamento básico. E quando chegar nas cidades o volume é grande, a degradação é grande? É! Mas, se nós começarmos por lá, nós teremos condições de resolver 70% do problema de saneamento básico nos pequenos municípios onde os investimentos são menores.

Então, não é essa a realidade pregada realmente aqui da tribuna desta Casa, como o PT faz no dia-a-dia. Reitero que foi muito feliz, o nosso deputado Kennedy Nunes, de quem já divergi diversas vezes. E se fomos entrar nesta linha, só quero relembrar aos srs. deputados e aos catarinenses o projeto implementado aqui em Santa Catarina pelo promotor de Justiça, dr. Affonso Guizzo Neto que, com certeza, deixou uma marca quando implementou em Santa Catarina o projeto "O que eu tenho a ver com a corrupção?" Isso é o que nós temos que debater, o que temos que levar avante.

E quero dizer que embora muitos gostem ou não do governo do estado de Santa Catarina, o governador Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, abraçaram essa causa e levaram, através da educação, esse projeto para todas as escolas de Santa Catarina e teve a participação efetiva da maioria dos alunos. Temos que começar pela base, deixar desenvolver pensamento: o que nós temos a ver com a corrupção? E tivemos uma grata surpresa, com certeza, pois todos os alunos que participaram trouxeram soluções, projetos e foram premiados.

É isto que esta Casa tem que fazer, ou seja, trazer à tona, motivar a juventude e toda a sociedade a participar, a se engajar no projeto e dizer que nós não queremos o terceiro mandato para o presidente Lula, ou que não queremos que se faça deste país uma cadeia de reintegração de poder. Não vamos dar o terceiro mandato, mas vamos dar mais um mandato. Mais um ano, um mandato tampão. E o que adiantou fazer isso no passado? Todos se desgastaram, todos sofreram. Botar a cara para bater, para quê? Para ficar nisso?

Então, nós não podemos realmente falar a língua dos que falam todos os dias, das pessoas que pensam que a Constituição é uma peça de brinquedo que pode ser mudada a todo o momento e a bel-prazer. Ela custou o

sacrifício de muitos. E nós que vivemos diretamente ligados à política e na classe política que está aqui hoje - e estão aqui hoje os deputados do PT - sabemos o quanto eles sofreram, quanto ele, o Lula sofreu, para que tivéssemos essa liberdade e uma Constituição cidadã, voltada para a sociedade como um todo.

E, num golpe baixo, no meu entendimento, aparece agora o vice-presidente José Alencar, com uma gama, desculpem a expressão, de inócuos puxa-sacos que não têm conhecimento do que é uma Constituição como um todo, com a possibilidade de uma mudança para poder burlar a sociedade brasileira.

Mas, tenho certeza absoluta de que a maioria daqueles que estão lá tem consciência de que isso não deve acontecer para o bem do país.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aquiar) - Inscrito para falar o nobre deputado Sílvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sra deputada, o deputado José Natal está um pouco exaltado e levou sua fala para o âmbito nacional. Mas, nós temos problemas caseiros aqui no estado que são tão relevantes quanto a situação do cenário nacional.

E hoje de manhã, srs. deputados, nós tivemos a nossa reunião da comissão de Finanças e Tributação, quando foi analisada a medida provisória que concede o Prêmio Educar.

O nosso Partido Progressista, juntamente com o Partido dos Trabalhadores, o PRB, da deputada Odete de Jesus, e o deputado Sargento Amauri Soares, apresentamos emendas para substituir essa medida provisória, objetivando contemplar todos os servidores com a revisão ou com o reajuste uniforme, considerando vários aspectos, porque essa política do atual governo de deixar um grande percentual de colaboradores, inclusive os inativos, sem reajuste desde 2003, que na época foi concedido 1%, nós não podemos concordar.

Além das emendas tive a oportunidade de apresentar um relatório, por conta do relatório do deputado José Natal quanto à medida provisória, deputado Pedro Baldissera. Mas o deputado Manoel Mota que também participou, estava um pouco exaltado, o que é compreensível, porque puxou a greve lá do governo Esperidião Amin. E eu ainda lembrava que na época do governo Esperidião Amin, além de fazer revisão, ele teve que pagar aqueles três meses da folha de todos os servidores que o governo Paulo Afonso Vieira, do PMDB, não pagou.

Mas vamos deixar isso para lá, pois agora estamos tentando colaborar com as nossas bancadas para aperfeiçoar essa medida provisória que vem mais uma vez prejudicar os colaboradores, na grande maioria. Entre outras coisas que nós detectamos na medida provisória, destacamos no nosso relatório.

(Passa a ler.)

"a) No processo inexistem documentos demonstrando que a Despesa de Pessoal do Poder Executivo está dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso II, "c" da Lei de Responsabilidade Fiscal c/c *caput* do art. 118 da Constituição Estadual);

b) o processo não foi instruído com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2008, 2009 e 2010, nem com a declaração do ordenador da despesa, tampouco das premissas e metodologia de cálculo, previstas no art. 16, inciso I, II e 2º da LRF;

c) não cumprindo o inciso I do art. 16 da LRF, descumpe-se a exigência do § 1º do art. 17 da mesma lei, do qual também não se cumpre a exigência de demonstrar a origem dos recursos para o custeio da nova despesa; e

d) não foi comprovado que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais (exigência do § 2º do art. 17 da LRF)." [sic]

Assim sendo, sem dúvida, a instrução estabelecida pela Constituição Estadual e pela Lei de Responsabilidade Fiscal não pode ser aprovada, porque não foi encaminhado o que é determinado pela lei, pela Constituição Estadual, pelo nosso Regimento Interno e também pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, srs. deputados e sras. deputadas, nós não poderíamos ficar em silêncio diante de uma medida provisória que terá um impacto financeiro no estado de Santa Catarina e que não contempla os servidores de um modo geral. Além disso, estamos aprovando uma medida provisória que não foi também contemplada legalmente pelo governo do estado, ou seja, os documentos que deveriam acompanhar esta Casa, para que os deputados e a sociedade catarinense tenham conhecimento de quanto será o impacto financeiro em 2008, em 2009 e em 2010, quanto que representará ao Orçamento e para que saibam qual será o resultado financeiro.

Então, srs. deputados, nós, além do esforço, fomos derrotados na comissão e na semana que vem certamente essa medida provisória estará nesta Casa, onde teremos que ampliar o debate. Não podemos nos calar diante de uma responsabilidade nossa de parlamentar, de ter o conhecimento de quanto o estado vai gastar e de onde virão os recursos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, hoje eu não pude me inscrever devido ao corre-corre, mas serei a última oradora a falar no horário reservado ao meu partido, o PRB.

Eu só queria que não pairasse nenhuma dúvida sobre o nosso estado. O vice-presidente da República José Alencar foi muito inteligente na sua colocação, porque ele conhece, está lado a lado com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. E se ele falou pela terceira vez é porque time que está ganhando não se mexe.

O presidente Lula foi o único presidente que esteve junto da pobreza, nos morros; foi o único que veio aqui trazer os benefícios. Isso é visível para todo mundo! Foi o único que se lembrou do magistério e concedeu piso aos professores.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente e srs. deputados, tenho a impressão de que todos nós, principalmente os mais próximos, fomos pegos de surpresa pela morte inesperada do dr. Pedro Colin, um político extremamente conhecido no estado de Santa Catarina e que veio a falecer em Nova Iorque, quando estava com a sua esposa num hotel daquela cidade.

Eu gostaria de aproveitar os minutos do horário destinado ao meu partido para prestar uma homenagem e tecer alguns comentários sobre este que atualmente era membro também do nosso PSDB.

Dr. Pedro Colin, para quem não sabe, foi deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa; exerceu no município de Joinville dois mandatos como vereador; foi também presidente da Câmara de Vereadores de Joinville, portanto, nas duas Casas teve a oportunidade de ser presidente; foi cinco vezes deputado federal, representando Santa Catarina no Congresso Nacional, foi adido cultural na Alemanha durante um longo período.

O dr. Pedro Colin, para quem não se lembra, quando houve aquela votação das Diretas Já, tinha acabado de passar por uma cirurgia e estava inclusive sob restrição médica e não poderia de forma alguma sair do hospital, mas ele tinha o compromisso patriótico de votar. E na ocasião ele foi levado ao Congresso Nacional, isso foi divulgado amplamente na imprensa nacional, em cima de uma maca para poder votar pelas Diretas Já. Acho que a maioria dos srs. deputados lembra desse episódio.

(Passa a ler.)

"Morre o ex-deputado Pedro Colin

O ex-presidente da Assembléia Legislativa e ex-deputado federal dr. Pedro Colin faleceu ontem, enquanto dormia, aos 80 anos de idade, num hotel de Nova Iorque, para onde viajou com a mulher Maria Luiza Loyola Colin."

E a constatação da sua morte deu-se pela manhã, porque ele morreu dormindo, na verdade. Ontem, quando tomamos conhecimento do seu falecimento, o prefeito da cidade Marco Tebaldi tomou inclusive as primeiras providências e uma delas foi declarar luto oficial na cidade por três dias. E esta Casa, em respeito ao seu ex-deputado, também suspendeu a sessão no dia de ontem e o seu corpo deve chegar a Joinville no sábado, onde será velado na prefeitura municipal de Joinville.

(Continua lendo.)

"A filha do casal Maria Tereza também acionou amigos nos Estados Unidos para a liberação do corpo [...]"

Gaúcho de Porto Alegre, Pedro Paulo Hings Colin era formado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná. Iniciou sua vida pública como vereador em Joinville. Foi deputado estadual e federal. Desde o início de 2003, quando o governador Luiz Henrique da Silveira assumiu o governo, foi indicado, tomou posse e era, até o presente momento, presidente da Besc Corretora de Seguros, que é a nossa Bescor.

O dr. Pedro Colin tornou-se adido cultural também na Alemanha com todo esse histórico político, evidentemente, que todos nós devemos reverenciar e sentir, lastimando por isso a sua morte.

Eu gostaria de convidar os colegas parlamentares que puderem, para comparecerem ao seu velório no sábado, na cidade de Joinville, a fim de prestarmos também ao nosso ex-deputado as últimas homenagens.

O dr. Pedro Colin também era proprietário da Rádio Colon FM, de Joinville, uma das mais ouvidas daquela região, na qual tenho um programa, todos os dias, das 11h45min até as 13h, desde 1992. Com ele tinha uma relação não só profissional como também uma relação de amizade muito forte. E eu quero transmitir aqui, através deste microfone, o meu sentimento e as minhas condolências a todos os familiares, em nome de todos os funcionários da Rádio Colon e também em nome dos deputados.

Sra. presidente, ainda resta um minuto do meu tempo e quero lamentar a decisão dos funcionários da Cidasc que trabalham no terminal graneleiro de São Francisco do Sul. Em decorrência da intransigência do presidente da empresa, que não quis mais negociar com esses funcionários que reivindicam a continuação das horas extras que recebem há mais de 20 anos, tendo sido cortadas essas vantagens, eles de repente tomaram a decisão de fazer uma paralisação a partir de amanhã, às 18h.

Então, temos que lamentar a intransigência do presidente da Cidasc e torcer para que haja uma alternativa ainda até amanhã, antes das 18h, para que não sejam prejudicados os trabalhos naquele porto.

Era o que tinha a dizer, sra. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, e srs. deputados, assomo à tribuna fazendo uso de parte do horário do meu partido, deputado Manoel Mota, para fazer um convite a todos os deputados e fazer referência à Festa Nacional da Cebola, que está sendo realizada no município de Ituporanga. A partir de ontem tivemos o início dessa festa e hoje será realizada a abertura oficial, contando inclusive com a presença do governador Luiz Henrique da Silveira nesse município.

Aliás, o governador Luiz Henrique da Silveira estará novamente no município de Ituporanga, no alto vale, como ele tem feito muitas e muitas vezes nos municípios da nossa região. E eu tenho dito e direi hoje lá também no momento da abertura - eu tenho certeza de que o deputado Jailson Lima, que também representa essa região, estará lá presente conosco - que o nosso governador é o governador que mais tem feito pelo município de Ituporanga e por toda a região.

Eu poderia citar, por exemplo, que nós vamos fazer a abertura da festa num grande centro de eventos, tendo sido viabilizada a sua construção através da captação de recursos do Fundo de Turismo, recursos oriundos do governo do estado, em parceria com a prefeitura municipal, aliás, administrada por um correligionário seu, deputado José Natal, que é o prefeito Osni Francisco de Fragas. Não só isso, eu poderia citar uma ponte importantíssima, no bairro da Vila Nova, ligando dois bairros, que é uma ponte há muito tempo sonhada pela comunidade; a UTI do Hospital Bom Jesus; reformas e ampliações de diversos estabelecimentos escolares do município de Ituporanga e talvez a maior obra, que foi a criação da secretaria Regional em Ituporanga, equiparando aquele município com grandes municípios de Santa Catarina, como Lages, Joinville, Araranguá, São José e tantos outros municípios sede de secretaria Regional.

E a Festa da Cebola, sem dúvida, é importantíssima no sentido de divulgar o produto da região. É importante também para poder valorizar a questão do turismo e as nossas potencialidades econômicas.

Eu já fui, na condição de engenheiro agrônomo, presidente da comissão organizadora de um desses eventos e quando prefeito municipal tive a oportunidade de poder, por três vezes, realizar a Festa da Cebola do município de Ituporanga. Nós temos lá um dos melhores parques de exposição de todo o nosso estado e ouso até dizer que é um dos maiores eventos essa exposição nacional do estado de Santa Catarina.

Por isso, meu líder Manoel Mota, o governador ajudou a construir aquele nosso grande centro de eventos, um dos mais belíssimos do estado, demonstrando que ele e o vice-governador Leonel Pavan têm investido em muitos municípios do estado, inclusive em Ituporanga.

É verdade e é importante que se diga também que este ano os produtores de cebola vivem um momento de vacas gordas, um momento em que a cebola chegou a custar R\$ 1,00 o quilo, remunerando muito acima, eu diria até, do custo de produção, fazendo com que os agricultores, os produtores de cebola estejam, na sua grande maioria, rindo à toa.

Mas é importante também nós nos lembrarmos dos períodos de vacas-magras, que os últimos quatro, cinco anos, têm sido anos difíceis para o produtor de cebola, tendo prejuízo na sua produção. E este ano, felizmente, estão vivendo um bom momento.

Mas a agricultura merece que nós façamos uma reflexão, porque os produtores de fumo, de cebola, de milho, de feijão, de leite em nossa região passam por grandes dificuldades para continuar nas suas atividades da agricultura. E eu quero também aproveitar para fazer referência, antes de passar a palavra ao meu líder, deputado Manoel Mota, que me deu este espaço neste momento, rapidamente sobre os grandes eventos que teremos em Ituporanga.

Nós teremos, nesta quarta-feira, um *show* do conjunto chamado Tchê Barbaridade e com o Grupo Carisma; na quinta-feira teremos um *show* com Tchê Garotos; na sexta-feira teremos uma apresentação do cantor Daniel; no sábado teremos um *show* com os Inimigos da HP; no domingo teremos o Amado Batista, sem considerar os outros eventos que teremos como o Rodeio Crioulo, o Seminário da Cebola e outros grandes eventos.

Portanto, agradecendo ao meu líder de partido a oportunidade que me deu, eu gostaria de convidar todos que aqui estão para que se fizessem presentes em Ituporanga em mais uma etapa da Festa da Cebola, hoje chamada Expofeira Nacional da Cebola.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Concedo um aparte a v.exa., deputado Manoel Mota, pelo restante do espaço que me concedeu no horário do partido.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa. e parabenizá-lo pelo grande evento que vai ser realizado.

Ituporanga, hoje, orgulha todos nós, porque é a capital da cebola do Brasil. Ninguém produz cebola com tanta qualidade. Eu comprei a vida toda cebola. Era o meu ramo de transporte negociar cebola. Conheço a região de Mostarda, Tavares, Bujuru, toda aquela região de São José do Norte. Quer dizer, a cebola de qualidade é daquela região.

Então, quero cumprimentar e parabenizar todos os agricultores e parabenizar v.exa. também por essa festa, porque quando foi feito realizo muitas festas em Ituporanga. Eu acho que é uma grande festa do nosso estado.

Parabenizo toda aquela população, torcendo para que continue tendo êxito e continue produzindo a cebola, pois Ituporanga é a capital nacional da cebola.

Parabéns, deputado.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço pelas palavras, deputado Manoel Mota.

É importante frisarmos e parabenizarmos não só os agricultores, que são o motivo maior daquele evento, como também a Epagri, a nossa Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, que tem sido a grande responsável pela organização do evento, pela organização do seminário da cebola e pela organização da exposição da cebola.

A Epagri tem desenvolvido um papel fundamental para que nós tenhamos realmente uma belíssima e grande festa da cebola.

Por isso, deputado Manoel Mota, tenho certeza de que muitos de v.exas. estarão lá. O ex-deputado Antônio Ceron, que é secretário da Agricultura esteve no ano passado lá e estará novamente na abertura.

O deputado Moacir Sopelsa, na condição de secretário, em muitos momentos esteve lá também conosco em Ituporanga participando desse grande evento, dessa grande festa da agropecuária e da agricultura de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota, convidando-o para fazer uso do restante do espaço do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, pelo restante do tempo destinado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Primeiramente, com muita honra, vou ouvir o deputado Darci de Matos, que nos marcou no dia de ontem ao fazer suas considerações sobre uma pessoa que construiu história, que teve um passado, e que vai deixar muitas saudades e lembranças.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Manoel Mota, por conceder este espaço para que eu possa registrar objetivamente o falecimento do ex-deputado federal, ex-deputado estadual, presidente desta Casa e ex-vereador que comandava a Bescor, Pedro Colin, a exemplo do que fez o meu amigo, companheiro Nilson Gonçalves.

O ex-deputado Pedro Colin atuou por muitas décadas no poder público como parlamentar. Era um homem humilde, inteligente, simples, e, sobretudo honrado e sensível, que escreveu uma história no município de Joinville e no estado de Santa Catarina.

Portanto, as nossas condolências à família, à cidade e ao estado. Com certeza Joinville fica mais triste, mais diminuída sem a presença do ex-deputado Pedro Colin, que era um homem muito importante em todos os aspectos para o município e para o estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero dizer a v.exa., deputado Darci de Matos, que Santa Catarina perdeu um dos seus grandes líderes. Evidentemente essa homenagem é merecida a toda a família Colin e àquela cidade que marca todos nós, que é Joinville. É uma perda irreparável, mas com certeza, mesmo lá de cima, ele irá olhar por Santa Catarina e por Joinville, para que continuem a caminhar a passos largos, que era o seu sonho e também de todos nós.

Quero falar aqui um pouquinho daquilo que fui, sobre um pedaço da minha vida e sobre a minha luta, porque eu sentia, vivia, e evidentemente na hora em que chegasse ao Parlamento teria que defender de corpo e alma, e é isso o que eu faço com muitos amigos e companheiros.

Quero aqui marcar que os vereadores do sul de Santa Catarina, as associações comerciais do sul de Santa Catarina, os CDLs do sul do estado, as associações das mulheres de Tubarão, terra do eminente deputado Genésio Goulart, enfim, políticos, deputados e tantos outros ajudaram ou participaram do grande movimento para fazer com que acontecesse a duplicação da BR-101, que em cada curva, em cada canto tem a marca das cruzes deixadas pelas pessoas que perderam ali suas vidas. Tem uma, duas, três, quatro ou até mais, porque há acidentes em que morrem até mais pessoas do que isso.

Eu vivi um momento de tensão quando descia o Morro dos Cavalos e houve um acidente com um carro de São Paulo com seis pessoas. Todas morreram. Quando cheguei ainda estavam vivas, mas ainda pude vê-las no momento da morte.

Aquilo me marcou muito, me deu mais garra para trabalhar, lutar cada vez mais, mobilizar, enfrentar tudo o que viesse pela frente para que houvesse a duplicação.

Eu respondo a três processos na Polícia Federal - eram quatro, mas um já foi arquivado - devido aos movimentos que fazíamos para parar a BR-101. Sei que demos muito aborrecimento com essas paralisações nas BRs, mas era o instrumento que tínhamos para viabilizar o projeto e depois a duplicação.

Foram 14 anos de luta incansável que contou com uma participação muito grande. Nós, que vivemos aqueles instantes, deputado Jailson Lima, ainda estamos vivendo esses momentos, porque mesmo com a duplicação ainda está muito complicado, os acidentes continuam, está pior do que antes, porque as empresas estão trabalhando e mudam o retorno a cada instante. Quando chove, à noite não há sinalização e aí são acidentes e mais acidentes. Sabemos perfeitamente que é o preço a pagar para que possamos ter a duplicação da BR-101.

Nós fizemos muitos movimentos em Tubarão, terra do eminente deputado Genésio Goulart por enquanto, porque irá ser prefeito a partir de 1º de janeiro. Ele sabe, participou de todos os nossos movimentos na época que foi prefeito. E o resultado é o que estamos buscando, porque é isso que a população faz: eleger um político para buscar resultados. Quando eleger um político é para buscar resultados, e quando isso não acontece, é mais um político que frustrou a população, e nós tivemos um papel muito forte nessa questão.

Depois de muitos encontros, de muitos movimentos e muitas paralisações, o ex-deputado José Paulo Serafim, o meu amigo Zé Paulo Serafim com um terno preto, novinho, participou de um movimento em Laguna, na Cabeçuda. Trouxeram para nós umas 500 cruzes pintadas de vermelho para deitarmos em cima, cada um ficou com a cruz nas costas, e ele dizia: "perdi meu terno, perdi meu terno." Essa é a participação de quem luta para buscar resultado na questão da BR-101.

Em Tubarão nós nos reunimos para fazer uma carta endereçada a sua excelência, o presidente da República, mas uma carta pesada. Pesada! Ela dizia: "nós vamos fechar a BR-101 e só o exército abrirá." Porque se nós tínhamos o apoio dos prefeitos, dos vereadores, da associação comercial, do CDL, do Ministério Público e do Poder Judiciário que declarou também apoio ao nosso movimento, só o exército abriria.

Eu não posso esquecer esse momento. Levamos essa carta a Navegantes, e lá o governador leu e disse: "deputado, posso te fazer um pedido?" Eu perguntei: o que é governador? Ao que ele respondeu: "esta carta é muito pesada, não entrega." Mas eu havia assumido o compromisso, em Tubarão, de que entregaria aquela carta a sua excelência, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Então eu pedi desculpas ao governador, dizendo: Desculpe, eu não tenho como não entregar. Não tenho como! Eu vou entregar porque assumi compromisso com mais de 100 pessoas e com toda a imprensa daquela região, que ajudou, e muito. Na verdade, a imprensa foi uma peça fundamental. Quem não sabe das 500 mil assinaturas e depois 1,5 milhão de assinaturas resultantes de uma campanha da RBS? Então, a imprensa foi fundamental.

Eu disse ao presidente da República, que tinha uma carta para ele. Algumas pessoas então disseram: "esse aí é o pára estrada. É o deputado que...". E ele disse: "eu vou recebê-la". Ele estava fazendo o seu pronunciamento, quando na metade parou e disse: "agora quero chamar o deputado de Santa Catarina para me entregar uma carta". A carta era pesada, falava num tom sério que iríamos fechar a rodovia e que não abriríamos para ninguém! Ele assumiu dizendo: "não precisa se preocupar. No final do ano vou entregar a ordem de serviço e vamos ter a duplicação."

Não posso omitir a verdade! A palavra foi cumprida no final do ano. Veio a Palhoça e entregou a ordem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao D25.

Com a palavra o deputado Gelson Merísio por até sete minutos.

Mas antes de passar a palavra ao orador do Democratas, gostaria de comunicar a presença do vereador Mário Miguel, da cidade de Rio do Sul, deputado Jailson Lima, do município de v.exa., e agradecer a visita ao Parlamento catarinense.

Seja muito bem-vindo!

Com a palavra o sr. deputado Gelson Merísio, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO GELSON MERÍSIO - Deputada Ana Paula Lima, prezada deputada Odete de Jesus, deputado Antônio Aguiar, srs. deputados que acompanham esta sessão, prezados ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL, o assunto que me traz à tribuna nesta tarde é a notícia veiculada, ontem, nos jornais de Santa Catarina, especificamente o *Diário Catarinense* e *A Notícia*. Infelizmente, digo isso com toda sinceridade e com muita tristeza, porque a foto do governador Luiz Henrique da Silveira foi mais uma vez posta junto com uma manchete de cassação, de condenação por suposta publicidade irregular, dessa vez em Joinville.

Antes de entrar no fato concreto, vou pedir aos srs. parlamentares que façamos uma reflexão do atual momento político brasileiro, porque se formos, hoje, basear-nos no que estão dizendo os tribunais de primeira instância, alguns tribunais federais e algumas promotorias, logo, logo, vamos ter que nos comunicar com o eleitor por psicografia, pois tudo está criminalizado, nada mais é possível.

O jornalzinho, aquele que o parlamentar faz todos os anos para mostrar à sociedade a sua atividade, o seu trabalho, está passível de ser enquadrado em promoção pessoal. A divulgação do nosso trabalho legislativo é passível de promoção pessoal.

Agora, esse caso, de Joinville, do governador Luiz Henrique da Silveira, que foi condenado por um juiz de primeira instância, mesmo esse juiz e todos os outros tendo ciência de que no dia 13 de março o Superior Tribunal Federal aprovou uma matéria por oito votos a um, dizendo que não é competência de juiz de primeiro grau julgar mandatário que tem foro privilegiado, é um absurdo.

Srs. deputados, antes da publicação do acórdão, esse juiz de primeiro grau julgou um processo de 2001 contra o governador Luiz Henrique da Silveira pela publicação de um eufemismo da revista *Veja*, em cuja matéria não aparece sequer uma foto do governador, então prefeito de Joinville. Mesmo assim, sem ter sido ouvido o governador no processo, sem ouvir as partes, foi julgada a lide, um julgamento antecipado, com a condenação de Luiz Henrique no juízo de primeira instância a pagar multa, entre outras derivações, quando o STF diz que ele não pode ser julgado nessa esfera judicial.

Quero chamar a atenção de v.exa. não para a questão jurídica, porque essa, através de uma simples reclamação no STF, que já julgou matéria semelhante no dia 13, por si só se exclui. Mas quero trazer a esta Casa o debate político. É muito estranho que uma ação de 2001 lá de Joinville tenha sido julgada, mesmo sabendo que o foro não era o adequado.

Passa a impressão para a sociedade de que se está querendo colocar um carimbo na pessoa do governador Luiz Henrique como sendo um contumaz transgressor da lei, como sendo alguém que ao longo da sua vida pública, no exercício dos seus cargos públicos, primou por desprezar a lei, por estar à margem da legalidade.

Eu não sou do partido do governador Luiz Henrique, mas sinto-me na obrigação moral, na obrigação de lealdade de aqui dar um testemunho. Uma pessoa que tem 40 anos de vida pública, que tem uma dezena de mandatos construídos com dignidade, com honradez, não merece, no limiar da sua carreira, talvez na sua fase mais nobre, que é aquela em que a sabedoria vem junto com a inteligência, em que o conhecimento se associa à vontade de servir o povo, estar mensalmente, semanalmente sendo atacado por um processo de 2001.

Em primeiro lugar, estranha-se o tempo que demorou para ser julgado, depois estranha-se o julgamento sem ouvir o acusado e, por fim, estranha-se que antes mesmo da publicação da sentença, em Joinville, lá em Brasília já se tenha notícia de que houve uma condenação por suposta propaganda irregular do governador Luiz Henrique.

Cria-se na sociedade, e eu tenho que dizer isso, um clima de conspiração. E conspiração não precisa ser pré-ordenada, não precisa ser organizada, a própria conclusão dos fatos e das informações soltas ao vento cria esse sentimento, que é ruim para Santa Catarina e que é uma injustiça com alguém da categoria do governador Luiz Henrique da Silveira.

Digo com toda sinceridade, em primeiro lugar, que o governador não merece pessoalmente; em segundo, que ele não merece como homem público. E faço o alerta para dizer que aqueles que, hoje, estimulam ações como essa, aqueles que perseguem condenações como essa, estão dando um tiro no próprio pé, porque da forma como está sendo interpretada a questão da comunicação do agente público, do agente político com a sociedade, não vai haver um deputado, não vai haver um prefeito, não vai haver um vereador que não vai ser passível, no mínimo, de um processo por um promotor. No mínimo, de um processo! o que dirá de condenações que venham subseqüentemente.

Por isso, peço a todos os srs. deputados que tenhamos, em primeiro lugar, solidariedade com a pessoa, pois temos que respeitar um homem que tem 40 anos de vida pública. Em segundo, peço ao nosso Poder Judiciário que talvez acompanhe o nosso programa e teremos um pouco de bom senso. Juiz de primeiro grau prola sentença que não é definitiva; sentença que tem que ser acatada é sentença em último grau, em última instância. Agora, o juiz de primeiro grau tem que ter bom senso.

Com toda sinceridade, não conheço o juiz que proferiu a sentença, mas faltou-lhe bom senso porque o correto era remeter os autos para o Tribunal de Justiça e não gerar um fato político ruim para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até oito minutos.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o srs. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, sra. deputada.

Quero apenas cumprimentar os vereadores de Correia Pinto, o Anildo do Nascimento e o Eder Mesquita, e dizer da alegria e do prazer em tê-los aqui conosco. São legisladores daquele município progressista que estão nos visitando aqui na nossa Casa.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Sr. deputado Jailson Lima, v.exa. tem a palavra por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima, presidente desta sessão, srs. deputados e telespectadores da TVAL.

Eu só quero complementar rapidamente o discurso do deputado Manoel Mota, porque li a sua mente, deputado, e v.exa. não conseguiu concluir porque não foi possível controlar o tempo.

Depois de toda a intervenção que fez a respeito da BR-101, o desfecho não poderia ter sido outro. V.Exa. iria terminar o seu discurso dando nota 13 ao governo Lula pelo resultado da BR-101, porque até o final deste ano as obras estarão 70, 80% concluídas.

Quando o deputado José Natal, que nos antecedeu, veio falar sobre a mudança da Constituição, a de um terceiro mandato, logicamente que se isso houvesse, deputado Manoel Mota, nada mais seria do que uma escola do PSDB, que mudou a Constituição dando um segundo mandato ao então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mas, no entanto, sabemos que esse debate está havendo porque o vice-presidente da República acabou defendendo um terceiro mandato para o presidente Lula. E isso em virtude das obras que são realizadas no nosso estado e no país como um todo; isso em virtude da mudança de conceito administrativo e do contingente de recursos que há neste país, com a administração de um governo sério.

É lógico que há equívocos e erros e, como foi citado aqui, deturpações de homens públicos que houve no PT e que nada mais foram do que histórias sequenciais que vinham do governo anterior. E dentro do nosso partido nós também tivemos pessoas que erraram, e isso nos cabe condenar. Mas, no entanto, temos que verificar que o país é outro, que as obras estão acontecendo e que, finalmente, a secretaria de Segurança do estado assinou um convênio com o governo federal para o Pronasci - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania -, também recurso que o governo federal tem colocado na segurança deste país.

E o cenário catarinense, na área de segurança, é extremamente grave. E cito alguns exemplos: o Pronasci já poderia ter sido assinado desde o início do ano, e aqui no estado comeu-se mosca porque não se aderiu ao programa inicialmente, deputada Odete de Jesus! E vemos manchetes de jornais dizendo que em Santa Catarina os assassinatos aumentaram em 95,8% este ano e também dando conta da situação dos presídios catarinenses. Ao mesmo tempo, verificamos que o governo federal faz obra macro e, como o governo republicano, não discrimina nenhum estado. E nós, em Santa Catarina, não sabemos por que cargas d'água, ainda não havíamos aderido ao Pronasci, que representa recursos para o estado catarinense.

Se formos avaliar, veremos que, em agosto de 2007, seis detentos morreram na Penitenciária de São Pedro de Alcântara.

A CPI da Câmara Federal sobre a ação da Segurança Pública mostra agora inúmeros presidiários portadores de aids e tuberculose nas prisões de Santa Catarina sem receber o devido acompanhamento de saúde. Cabe à secretaria de Saúde do estado se preocupar com isso.

(Passa a ler.)

"A delegacia de Palhoça, na Grande Florianópolis, tem sido destaque nacional pelos casos de superlotação, o último deles expôs para milhões de brasileiros em rede nacional, adolescentes e adultos acorrentados fora do prédio por falta de vagas nos presídios."

O presídio do alto vale está há quase um ano sem ser inaugurado, em Rio do Sul - quando prefeito fez a doação do terreno -, por falta de adequação da cozinha. E, no entanto, no centro da cidade, o presídio está superlotado.

(Continua lendo.)

"A população carcerária do estado de Santa Catarina hoje é de 11,5 mil presos" - o vereador Mário Miguel, de Rio do Sul, é policial, conhece bem a realidade e está aqui presente hoje nos prestigiando - para 6,5 mil vagas existentes.

O presídio de Joinville, já citado aqui pelo deputado Kennedy Nunes, desde o ano passado vem atravessando uma crise de gestão. Já houve troca de direção e 670 presos estão amontoados num espaço para abrigar 324 apenados."

Poderíamos falar muito sobre isso! O Pronasci vem para ajudar a aumentar a segurança do estado, com investimentos de recursos. Esse programa é composto de 94 ações: bolsa-formação para os agentes prisionais; formação policial; recursos para projetos de inclusão social da juventude que está em área de risco; projeto de habitação para aqueles profissionais da segurança pública que são desprovidos de uma habitação adequada, e assim vai. Então, esses são alguns dos programas do governo federal que, neste momento do partido, eu tinha que relatar.

Ao mesmo tempo, deputada Ana Paula Lima e deputado Pedro Uczai, nosso líder, quero dizer ao DEM o seguinte: façam-me o favor! Essa semana, ou na semana passada, em São José, houve um encontro do grande partido, o Democratas, e, capitaneados por Jorge Konder Bornhausen e Rodrigo Maia, um jovem do PFL, abriram uma ação. Estão entrando com um mandado contra o nosso presidente para impedir que ele faça o lançamento dos programas nacionais, deputado Pedro Uczai! Até isso!

O governo federal está colocando recursos no estado de Santa Catarina, em Chapecó, que é do PFL; vai assinar, em Blumenau, convênio para o saneamento básico, e o município é administrado pelo DEM, D25. Há pouco, ao conversarmos com o nosso companheiro Darci de Matos, amigo que temos imenso prazer de ter aqui, ele elogiou o Lula. E o que nós vemos é o DEM querer evitar que o presidente Lula visite as obras e os recursos que está gerando para este país.

Por isso, deputado José Natal, Lula cidadão catarinense...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Jailson Lima.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, catarinenses que nos acompanham neste plenário, a nossa representação da Aprasc está aqui na resistência, com a camisa da Aprasc - ela, que deu tantos votos para o governador Luiz Henrique -, para dizer: governistas, paguem a conta da Segurança Pública, paguem a conta da Lei Complementar n. 254!

Aliás, deputado Silvio Dreveck, vendo o pessoal da Aprasc aqui - eu estou inscrito, não sei se vou conseguir falar mais tarde e tenho vários assuntos para abordar hoje; quando cancelamos uma sessão, ficam muitos assuntos pendentes -, devo dizer que é extremamente preocupante as notícias veiculadas na grande imprensa catarinense de hoje dando conta do crescimento dos homicídios em Santa Catarina em quase 100%. É violência crescendo por toda Santa Catarina; É quase 100%, deputada Ana Paula Lima, de crescimento da taxa de homicídios.

Eu ouvi hoje de manhã uma entrevista do deputado secretário Ronaldo Benedet na CBN Diário, deputado Flavio Ragagnin - e perdoe-me o secretário, que é nosso colega -, mas faltou pouco para ele ressuscitar ou desqualificar os que morreram. Foi patética, para não usar outro termo, a tentativa de justificação do deputado secretário Ronaldo Benedet, até porque para justificar o crescimento de mais de 90% do número de homicídios no estado não existem elementos para isso.

Esse é um assunto que nós vamos debater; é assunto que precisa ser muito debatido aqui nesta Casa, deputado Flavio Ragagnin! E o crescimento é em todo estado! Antes nos preocupávamos com os números astronômicos da Grande Florianópolis, e agora é o crescimento da violência, deputado Sargento Amauri Soares, por toda Santa Catarina! A violência cresce deputada Odete de Jesus, assustadoramente por toda Santa Catarina.

Mas esse é um assunto que vamos debater muito mais detalhadamente. O que me impressiona, deputado Pedro Uczai, acerca das manifestações de defesa da sua excelência, o governador, feitas aqui nesta tribuna - e parece-me que o enquadramento que a imprensa noticiou que alguns receberam por não estar fazendo a defesa do governador está funcionando. Até aqui, deputado Décio Góes, nós viamos só dois ou três, e hoje já há outras reações. Aliás, a imprensa divulgou que o governador puxou a orelha de alguns partidos aliados por estar faltando a sua defesa aqui na Casa, e parece-me que está funcionando.

Mas, como eu dizia, o interessante é que parece que os que defendem o governador querem colocá-lo acima do bem e do mal, deputado Silvio Dreveck. Cada vez que ele sofre uma condenação, aqueles que vêm defendê-lo ao invés de entrar no mérito da acusação, tentam desqualificar aquela acusação e começam a invocar a história de 40 anos. Todo mundo sabe que o governador tem 40 anos de vida pública, mas isso não o transformou num santo, num semideus, não o imunizou ao não cumprimento da lei. O governador deve ser tão cumpridor da lei quanto qualquer outro cidadão!

Aliás, quando é uma ação proposta pelo nosso partido, o ataque vai para cima do Gley, o nosso advogado. Eu imaginei que hoje quem seria desqualificado seria o promotor que entrou com a ação e o juiz que condenou. E vejam que é uma ação que mostra que o governador é reincidente. A prática do sr. Luiz Henrique da Silveira de uso das máquinas de governo, da propaganda oficial para autopromoção não é só de agora. A delinquência não é nova, deputado Décio Góes; ela é reincidente. Ou seja, os delitos de não cumprimento da legislação, os delitos de usar a propaganda oficial do governo para promoção pessoal remontam a um governo do município de Joinville. E aí, quando a Justiça condena, o que se percebe é o ataque num instrumento utilizado e não no mérito, deputado Silvio Dreveck.

Na cassação já usaram "n" tentativas de justificativas. Primeiro o governador disse que não poderia cometer crime porque estava fora do mandato. Agora voltou atrás, mudou totalmente a estratégia. Eles mudam de estratégia como quem muda de camisa. Por quê? Porque não têm defesa no mérito. E agora que a Justiça de Joinville condenou pelo uso da máquina de quando ele era prefeito de Joinville, de novo vem a desqualificação do instrumento, ou da forma utilizada para buscar a punição. O governador não está acima do bem ou do mal e é um cidadão sujeito ao cumprimento da lei como qualquer outro. Não é semideus!

Além do mais, no Superior Tribunal de Justiça, deputado Cesar Souza Júnior... E quero aqui fazer uma homenagem, deputada Ana Paula Lima, ao ex-deputado e prefeito da sua cidade, João Paulo Kleinübing, que passou dois anos aqui nesta tribuna cobrando desta Casa a autorização legislativa para deixar andar no Superior Tribunal de Justiça mais de cinco processos que o governador responde naquela Corte de Justiça de quando era prefeito. E o governador, temerário que é do julgamento, não tem medo de incorrer no delito. Mas depois não deixa julgar. Aí não deixa os seus pares aqui nesta Casa, os seus comandados aqui nesta Casa, autorizarem ao Superior Tribunal de Justiça o devido processo contra o governador.

Ora, deixa correr! Quem não deve não teme! Que ele apresente a sua defesa! Mas, em não tendo defesa, o que faz o governador? Não deixa a Assembléia autorizar o andamento dos processos.

E agora, com mais uma condenação de R\$ 37 mil, será que a dona Ivete ainda tem algum carro para vender para pagar o advogado que vai defendê-lo nessa ação também? Parece-me que para defendê-lo no TSE já foi vendida a frota de carros da dona Ivete. Deve ser uma frota porque lá cada advogado cobra R\$ 2 milhões. Agora deverá vender o último carrinho para pagar mais essa!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Digital Alesc, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão e servidores públicos em geral, trago vários assuntos para tratar nestes cinco minutos, de forma que terei de ser breve.

Eu assinei a emenda substitutiva global à medida provisória que concede o abono piorado apenas aos professores que estão em sala de aula, porque não considero justo que nós concordemos com tamanha crueldade aqui neste Parlamento.

Tenho lido desta tribuna cartas emocionadas de professores do estado inteiro; tenho visto professoras e professores chorando nos corredores desta Assembléia Legislativa, especialmente os aposentados. É possível mudar a MP para contemplar todo mundo, os professores concordam!

E aí também me emociona a generosidade da classe trabalhadora ao dizer: "Não! Peguem esse dinheiro que vão gastar com o abono apenas para os que estão em sala de aula e dividam numa proporção igual para todos". Então, o que custa para nós, Parlamento catarinense, ou para o próprio governo do estado, tomar essa iniciativa e garantir que essa história termine de forma razoável, e não com tanta amargura?

Nós temos ainda uma semana para refletir sobre isso, ou deixar a coisa como está. E eu continuo acreditando, srs. deputados, que é possível mudar a MP e contemplar todos com o mesmo recurso, porque senão fica parecendo uma queda-de-braço. Se o dinheiro não é mais problema, é uma queda-de-braço do governo querendo derrotar o sindicato ou mostrar que o derrotou. E isso cria mágoas que, com certeza, jamais serão superadas.

Outra notícia que me chamou a atenção na imprensa de ontem para hoje saiu publicada na página 17 do jornal *O Dia*, da Grande Florianópolis, e diz o seguinte: "Cepon sem plantão diurno". O que significa isso? Não há médico no Cepon! O Hospital do Cepon é onde as pessoas tratam de câncer aqui na Grande Florianópolis, é onde as pessoas tentam se curar do câncer, é onde as pessoas tentam prolongar a sua vida e é onde as pessoas morrem de câncer. E por que não há médicos no hospital do Cepon? Porque o Cepon, assim como o Hemosc, foi transferido para uma fundação privada; porque os diaristas que trabalhavam lá - apenas dois durante o dia e de forma irregular, inclusive - agora estão trabalhando no Hospital Celso Ramos.

E o gerente do Cepon diz nessa matéria que houve uma recomendação para não internar pacientes graves nesse período. Se os doentes graves não podem ser internados, os que ainda não estão em estado grave também não vão ser porque não é grave. Esperam ficar grave, mas aí não pode internar. Quando vai internar? Nunca! Será possível que a saúde pública possa ser tratada dessa forma no nosso estado, em nome de favorecer grupos privados que atuam na segurança?

E o último assunto, e não há como não falar dele, é sobre a matéria de capa do jornal *Diário Catarinense* de hoje, que traz escrito com letras garrafais: "Tráfico lidera causas dos 254 crimes no trimestre". Nos primeiros três meses de 2008, 254 pessoas foram assassinadas no estado de Santa Catarina.

Aliás, é uma dolorosa coincidência, ou seja, 254 pessoas foram assassinadas em três meses e a lei de ajuste salarial dos servidores da segurança é justamente o n. 254. Gostaria de dizer que essa história ainda não terminou por aqui, pois o índice de homicídios tem tudo a ver com o descaso com os servidores da segurança. E muito em breve, deputado Joares Ponticelli, os praças estarão de novo nas ruas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sra. presidente, conforme tínhamos ajustado para hoje, solicito a v.exa. que suspenda a sessão por dez minutos.

O presidente Julio Garcia já está recepcionando o presidente do Tribunal de Contas, o conselheiro José Carlos Pacheco, e o juiz eleitoral dr. Tomazini, representando o dr. Varela, presidente do TRE.

Neste momento vamos firmar um convênio entre a Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, o Tribunal Regional Eleitoral, por intermédio da sua Escola Judiciária Eleitoral, mais o instituto de contas, através da Escola do Tribunal de Contas.

Estas três entidades iniciarão, a partir de sexta-feira, agora, o ciclo de debates de informação política, objetivando incluir. E já encaminhamos correspondências a todos os presidentes de partidos políticos constituídos em Santa Catarina, porque o objetivo é exatamente de levar informações sobre o processo eleitoral que se avizinha.

Por isso solicitamos que a sessão seja suspensa por dez minutos, para que possamos fazer este encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Primeiramente, sr. deputado, vamos ouvir a deputada Odete de Jesus, última oradora inscrita no horário reservado aos Partidos Políticos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente e srs. deputados, entidades que nos honram com suas presenças, telespectadores da TVAL, gostaria de me associar aos pronunciamentos feitos pelos deputados do PT, pelo deputado Sargento Amauri Soares e pelos deputados da bancada do Partido Progressista.

Srs. deputados, hoje pela manhã na comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo magnífico deputado Jorgeinho Mello, apresentamos as emendas elaboradas. E quero dizer que não tivemos sucesso, mas não nos contamos como derrotados porque, presidente Julio Garcia, água mole em pedra dura tanto bate até que fura. Não vamos esmorecer! Quando temos um objetivo firme, certo, honrado, honesto não podemos guardar nossas armas. Digo armas, no bom sentido. Vamos usar todo nosso potencial para continuar a luta pelo magistério público do estado de Santa Catarina.

Sabemos que o mestre é o referencial da educação. É aquele que resgata a dignidade da família, porque os alunos levam muitas informações para o seio familiar. Temos um exemplo neste Poder: o presidente Julio Garcia ocupa este assento tão honrado graças a um professor. Deputado Pedro Uczaí, v.exa. é um líder aqui dentro, é uma pessoa com grande potencial político como os demais deputados, graças a um professor. Porque o professor dá continuidade, acrescenta, orientando com o seu aprendizado os seus ensinamentos na formação do caráter das nossas crianças, e eles têm sido muito mal remunerados.

Agora digo que essa medida provisória veio para desestimular a classe, dividi-la em ativos e inativos. Então, não me sinto derrotada, não. Eu tenho certeza de que dias melhores virão para a classe do magistério. Nós ainda temos uma semana, e numa semana podem-se fazer muitas coisas. E nós, da bancada de Oposição, estamos prontos.

Sr. presidente, ainda complementando, quero que os colegas deputados não esqueçam que dia 10, na próxima semana, vamos ter uma audiência pública nesta Casa sobre a dengue. Então, gostaria de convidar todos.

Querida dizer que a dengue é um problema em nível de Brasil. E sabemos que o Rio de Janeiro está pedindo médicos para outros estados. Não queremos que isso aconteça com o nosso estado. Por isso, convido v.exas. para a audiência pública no dia 10.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Só para corrigir um equívoco que cometi no meu pronunciamento, alguns minutos atrás, falando de uma matéria de um periódico aqui da Grande Florianópolis, e referi-me ao jornal *O Dia*. O erro está no nome do jornal. O nome correto é *Notícias do Dia*, na página 17, que contém a matéria à qual me referi.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - De acordo com entendimento dos líderes e do requerimento apresentado pelo deputado Joares Ponticelli, na condição de presidente da Escola do Legislativo, vamos suspender a sessão por até dez minutos para celebração de um protocolo.

Peço ao deputado Joares Ponticelli que presida a solenidade, como presidente da escola.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar)(Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0085/2008, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves; 0086/2008, de autoria do sr. deputado Genésio Goulart; 0087/2008, de autoria do sr. deputado Renato Hinnig; 0088/2008, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves; 0089/2008, de autoria do sr. deputado Jean Kuhlmann; 0090/2008 e 0091/2008, de autoria do sr. deputado Edson Piriquito; 0092/2008, de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar; e 0093/2008, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves; conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, quero falar sobre a minha indicação, mas v.exa. está célere na sua leitura e não está dando chance ao nosso pedido.

Estou enviando esta indicação, sr. presidente, ao governador e ao secretário de Segurança, solicitando a instalação do serviço de investigação de crianças e adolescentes desaparecidos. Este assunto foi objeto de um projeto de minha autoria, mas pelo jeito o meu projeto sofreu algum problema de encaminhamento até a comissão de Constituição e Justiça. Acho que algum vírus bateu nele, pode ser de inconstitucionalidade, mas aconteceu alguma coisa que ele não conseguiu prosperar.

Por isso, esta indicação, mas sem perder o mérito sr. presidente, porque nós temos milhares e milhares de crianças e adolescentes que desaparecem quase que diariamente. E precisamos dar uma atenção especial para este segmento. Precisamos ter nas delegacias de Polícia pessoas que possam tratar desse assunto de maneira direta, exclusiva, para que se possa dar a atenção devida ao problema que é seriíssimo. Só quem tem alguém, uma criança ou um adolescente desaparecido na família é que sabe o drama e a angústia que vive por não saber onde está o seu ente querido.

Por isso é uma indicação que eu ainda continuo achando que deveria ser uma lei preestabelecida no estado. Como não prosperou, pois bateu algum vírus pelo caminho, nós vamos com a indicação, mas que seja tratada com a mesma seriedade.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, se v.exa. me permite, gostaria de subscrever a indicação que trata de um viaduto, de um elevado, na Rodovia 301, Trevo de Oxford, no acesso ao município de São Bento do Sul, por se tratar do nosso município. Então, gostaria que v.exa me permitisse subscrevê-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Deputado Silvio Dreveck, a região do planalto norte nos pertence!

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Cimélio Marcos Pereira, cumprimentando-o pela posse na presidência do Balneário Camboriú Convention & Visitors Bureau.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de São João do Itaperiú, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Herneus de Nadal, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal de Galvão, cumprimentando-o pelo aniversário de emancipação político-administrativa do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao conselho de administração e funcionários das Lojas Salfer, cumprimentando-os pelos 50 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria e aos funcionários do Centro de Educação e Recreação Juvenil, cumprimentando-os pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São Domingos, Ipumirim, Ouro, Galvão, Ascurra e Papanduva, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Araranguá, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Bela Vista do Toldo, São Pedro de Alcântara, Santiago do Sul, São Francisco do Sul, Rio do Sul, Papanduva, Ascurra, Ipumirim, Camboriú, Araranguá, Seara, Araquari, Galvão, São Domingos, Ouro, Iraceminha, Timbó Grande, Celso Ramos, Tunápolis, Serra Alta, Vitor Meirelles, Vargeão, Forquilha, Itapoá, Abdon Batista, Palhoça, Matos Costa, Itapema e José Boiteux, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao governador de Schwaz, cumprimentando-o pela apresentação da banda dos prefeitos da Áustria no estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos proprietários do supermercado Schmöller, no município de Lontras, cumprimentando-os pelas novas instalações.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Fernando Evangelista, à Juliana Kroeger e aos fotógrafos Matt Corner e Guilherme Valle, cumprimentando-os pela exposição de fotografais internacionais na Galeria de Artes Meyer Filho.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Moacir Sopelsa, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos municipais de Vargeão, Galvão, Ouro, Ipumirim, Seara e Matos Costa, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Kennedy Nunes, que solicita o encerramento da tramitação do Projeto de Lei n. 0039/2008.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Araquari, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da empresa Genésio A. Mendes, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Liga Tubaronense de Futebol, cumprimentando-os pelos 69 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal, ao presidente da Câmara de Vereadores, ao secretário municipal da Educação e aos professores da rede pública municipal de Guaramirim, cumprimentando-os pela classificação como a 5ª cidade do país e única do estado entre as 37 redes de ensino apontadas como exemplo de boa educação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores dos municípios de Camboriú, Ascurra, Araranguá, Araquari, Seara, São Domingos, Galvão, Ipumirim e Ouro, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor geral do jornal *A Notícia*, cumprimentando-o pela renovação e ampliação do seu parque gráfico.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e a todos os componentes da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude, cumprimentando-os pela realização do 22º Congresso Nacional.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça e ao presidente da Associação de Micro e Pequenas Empresas de São Francisco do Sul, cumprimentando-os pela instalação do posto de atendimento e conciliação da Enseada.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito municipal e à comissão central organizadora do município de Xanxerê, cumprimentando-os pela abertura da Expofemi.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor do Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos de Laguna, cumprimentando-o pelo aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao jovem Bruno de Oliveira Lopes, cumprimentando-o pela aprovação no exame da OAB-SC.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao radialista Moacir Cruzeiro, de Tubarão, cumprimentando-o pela comemoração do 19º aniversário do programa *Violão e Ouvintes* da Rádio Bandeirantes.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos alunos da Unisul de Florianópolis, Araranguá e Tubarão, cumprimentando-os pela formatura.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do ex-deputado Pedro Paulo Colin, manifestando pesar pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu gostaria de consultar o deputado Nilson Gonçalves se a nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, com a sua aquiescência, também pode referendar e assinar este requerimento de pesar aos familiares de nosso ex-deputado neste espaço parlamentar.

(O Sr. Deputado Nilson Gonçalves aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, v.exa. pode assinar o requerimento.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à coordenadora geral e demais funcionários da Band FM, de Canoinhas, cumprimentando-os pela inauguração da emissora.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Edson Piriquito, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres, pedindo a elevação das duas pontes da BR-101 que cruzam o rio Camboriú, no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao engenheiro chefe do DNIT/SC, pedindo medidas urgentes para a construção de duas passarelas nas laterais da ponte localizada sobre o rio das Pombas, KM-176, no município de Pouso Redondo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria das empresas Vivo, TIM, Brasil Telecom e Claro, pedindo a instalação de serviço de telefonia móvel no município de Anitápolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente e ao diretor regional, em Santa Catarina, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, pedindo providências para a melhoria dos serviços na agência da cidade de Cocal do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar e outros, que requerem a instalação do fórum permanente de apoio às iniciativas e projetos de combate à dengue.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado José Natal, que solicita o envio de mensagem telegráfica a Brasil Telecom, pedindo a instalação de um armário via fibra ótica, na comunidade de Fatura, no município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da deputada Ana Paula Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Educação e ao ministro do Planejamento, pedindo informações sobre a realização de concurso público no Hospital Universitário da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao superintendente regional do DNIT, pedindo a colocação de sinalização na rodovia BR-280, no trecho Corupá - São Bento do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao superintendente regional do DNIT, pedindo a implantação de trevo rotatório, no segundo entroncamento das rodovias BR-116 e BR-280, com acesso ao município de Canoinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, no Congresso Nacional, solicitando a isenção do pagamento de taxa de manutenção de conta bancária às associações sem fins lucrativos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça a ser enviada à superintendente do INSS, no estado de Santa Catarina, solicitando a indicação de médico perito e acesso informatizado no município de Taió.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Rogério Mendonça, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, solicitando estudos e medidas no sentido de ser criada ordenação legislativa visando à legalização do jogo do bicho.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, eu queria manifestar aqui a posição da nossa bancada contrária a essa moção, porque neste momento da história entendo que o Brasil não precisa legalizar o jogo do bicho.

Antes de o Congresso construir processo de legalização lá, ele tem que ouvir o conjunto da sociedade. E o argumento de que gera emprego não vale, porque o crescimento econômico do país de 5% no setor produtivo, industrial, de serviços, no comércio é suficiente para gerar emprego neste país, com educação cada vez mais qualificada do ponto de vista técnico, do ponto de vista universitário.

Por isso a nossa bancada vai se manifestar contrária e gostaria que os demais parlamentares também se manifestassem contrários a essa moção encaminhada ao Congresso Nacional, porque a legalização não pode ser aprovada sem debate, sem discussão neste Parlamento. Por isso somos contra que, em nome do Parlamento catarinense, envie-se ao Congresso Nacional uma posição favorável à legalização do jogo do bicho.

Então, eu gostaria que outras bancadas acompanhassem essa posição, pois não há necessidade, num país que quer ser sério, transparente, num país que está crescendo 5% ao ano, discutir legalização do jogo do bicho numa conjuntura nacional.

Por isso a bancada do Partido dos Trabalhadores manifesta-se contra essa moção, porque não precisamos, como Parlamento catarinense, nos expor diante do Congresso Nacional com matéria dessa natureza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também dou meu voto contrário a essa moção. Esse é um foro íntimo da deputada Odete de Jesus. Eu voto contra a moção que pede apoio à legalidade do jogo do bicho.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, desde que me conheço por gente, ouço e vejo as pessoas jogarem no jogo do bicho. A vida inteira.

Se sairmos da Assembléia agora e caminharos em qualquer canto desta cidade, vamos ver alguém fazendo a sua fezinha no jogo do bicho. É uma cultura que se estabeleceu neste país há décadas. Acho que remonta há muito tempo isso. E o que o deputado Peninha está fazendo aqui deve ser inclusive uma coisa de cunho pessoal dele, porque ele entendeu, por querer também a transparência das coisas como o deputado Pedro Uczai, que esse jogo deve ser legalizado. E para ficar bem transparente ele quer que esse jogo se torne legal de uma vez por todas. Porque na verdade fecha-se o olho para esse tipo de jogo, mas daqui a pouco alguém, por alguma razão, que não levou a sua comissão ou outra coisa, vai lá e prende todo mundo. Depois é resolvido o problema e as pessoas são soltas.

Mas o jogo do bicho continua acontecendo e isso vem de décadas. É a coisa mais corriqueira na vida brasileira. E a sua legalização não é nada mais nada menos do que apenas e tão-somente colocar em prática na lei aquilo que já acontece na realidade.

Sou plenamente a favor da moção de autoria do deputado Peninha, respeitando profundamente, evidentemente, as posições do deputado Pedro Uczai, do PT, e dos demais companheiros que vão se manifestar aqui contrariamente, mas também tenho a minha opinião sobre isso e sou objetivamente favorável à legalização do jogo do bicho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, pelas alegações feitas pelo deputado Pedro Uczai, eu entendo que nós temos assuntos mais sérios e mais importantes a ser tratados neste país, como aquele levantado ontem pelo vice-presidente José Alencar de um terceiro mandato para o presidente Lula.

A questão do jogo do bicho, como foi colocada aqui, é quase que centenária neste país, mas, por termos questões mais pontuais em favor da sociedade a serem resolvidas pela Câmara e pelo Senado Federal, eu sou contra. É o meu voto pessoal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, não é nem uma manifestação contrária ao deputado, mas sim ao requerimento, porque entendo que não é pelo motivo de existir há tantos anos esse jogo na ilegalidade que ela deva permanecer, que é uma coisa que eu não aconselho, pois há muitas outras atividades para o lazer e que são legais.

Portanto, minha manifestação é contrária a este requerimento, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, quando discutimos aqui a questão do jogo do bicho, dá impressão de que é um jogo diferente. Na verdade, a Lotomania, a Tele Sena, esses tantos sorteios que são apresentados pela televisão, em que a pessoa paga carne e ganha alguma coisa, são jogos de azar, como é o jogo do bicho. A grande diferença é que nesse jogo do bicho, que nós conhecemos, não se paga imposto em cima disso, porque ele não é legalizado, mas é um jogo como todos os outros que, infelizmente, pelo fato de não estarem legalizados, acabam caindo na contravenção.

Por isso que eu pediria, pelo menos, que fosse legalizado esse hábito nacional, digamos, de apostar no jogo do bicho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Jorginho Mello - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. presidente e srs. deputados, eu também quero participar nessa discussão do jogo do bicho, até porque, quando bem jovem, fazia jogo do bicho. Eu não sei se mais algum dos senhores deputados fez.

Fiz isso com muita alegria para ajudar no sustento da família em casa.

Vou votar contra a moção, não concordo com a legalização do jogo, porque se legalizarmos vamos estragar o jogo do bicho. Ele é tão bom e funciona tão bem, que não dá para legalizá-lo. Isso é bobagem.

Vou votar contra - já disse ao deputado Pedro Uczai que vou votar com ele -, a regularização do jogo, porque é o jogo mais sério que existe neste país e que tem levado comida para a mesa de muitos brasileiros.

Portanto, sou contra a legalização deste jogo.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. deputado Reno Caramori - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, na mesma linha da manifestação do deputado Nilson Gonçalves, quando eu era novo, pois já tenho 62 anos - eu não cresci muito, era pequeno -, eu já assistia a um senhor com setenta e poucos anos fazendo um joguinho de bicho para levar uma comissãozinha para casa.

Eu nunca vi, nesses anos todos, tanto na vida profissional quanto na vida política, qualquer encrenca referente ao jogo de bicho.

Assistimos, agora, a uma grande encrenca, lá em Joaçaba, com a loteria da Sena, mas no jogo do bicho nunca vi briga, nunca vi ninguém levantar qualquer questão com referência ao jogo de bicho.

É uma coisa tão pequena, representa tão pouco em termos de arrecadação, mas deixa os coitadinhos dos idosos trabalharem. São os velhinhos que fazem isso, uns aposentados que recebem tão pouco e que no dia-a-dia passam de porta em porta fazendo a sua fezinha, para que todos tenham oportunidade.

Então, eu não vejo razões para tentarmos criar um problema em cima de uma coisa que é tão séria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Peço a palavra, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o assunto é polêmico e poucos têm coragem de manifestar a sua opinião. Mas uma coisa é certa, o jogo do bicho é uma realidade no nosso país, existe em todos os estados, funciona em todos os municípios, e hipocritamente é defendido e combatido. Alguns por motivo "a", por motivo "b" ou por motivo "c". Agora, o que fazer? Legalizar?

Fica difícil discutirmos aqui, numa Casa de Leis, se o melhor é fazer o que diz o deputado Jorginho Mello, ou se é o que diz o deputado Nilson Gonçalves. Vamos legalizar ou vamos deixar como está para não acabar? Porque pode ser que isso aconteça, se legalizar, que ele venha a acabar.

Eu quero deixar bem claro que, no meu entendimento, todos nós aqui somos conhecedores do funcionamento do jogo do bicho e concordo, veementemente, com as palavras do nosso deputado Reno Caramori, principalmente na minha cidade, Balneário Camboriú, nunca ouvi falar que o bicheiro, que o dono da banca do bicho fosse pessoa ilícita, que cometesse qualquer tipo de delito ou que fosse envolvido com tóxico. Contravenção é contravenção diante da legalidade, mas diante da prática habitual, do costume, é praticado por todos e acontece em todas as cidades. Nós todos, como sociedade, é que ficamos fazendo a nossa mea-culpa, e se falamos dizemos que é contravenção, que é pecado! Mataram quem? Feriram quem? Onde é que lesaram alguém? Que contravenção é essa?

Nós não queremos entender isso como uma prática costumeira, mas sabemos que é uma prática costumeira. Então vem a polícia num dia, fecha a banca de bicho. Passam alguns dias e a banca está aberta, funcionando normalmente de novo. O que houve? Para que fechar então?

Eu não sou contra o jogo do bicho, sou totalmente a favor, principalmente porque tenho como referência a cidade de Balneário Camboriú, onde nunca se escutou - o que vem a coincidir com o que v.exa. falou - nenhuma questão que viesse prejudicar, que viesse manchar a imagem de quem pratica esse jogo.

No entanto, é claro, aqui entra aquele assunto do bingo. Como é que está o bingo hoje no país? Quanto tempo funcionou o bingo no país? Ainda funciona o bingo no país? Em quantas cidades? De forma clandestina, sabida por muitos, por muitas autoridades, inclusive. Ah, é proibido! Está funcionando ou não está funcionando? Só não está legalizado! Fechou em muitos lugares? Fechou. Fecharam aquelas portas que estavam abertas no comércio, nas ruas, nas avenidas, mas nós sabemos que eles estão funcionando. E daí? De quem é a responsabilidade?

Então, se formos discutir aqui, todos nós, parlamentares, deputado Nilson Gonçalves, temos que fazer o que v.exa. fez, vir aqui nos manifestar e fazer o quê? Vamos acabar ou manter? Agora, o pior é fazer de conta que ele não existe, quando é o que existe de mais real na cultura do nosso país. Se há uma coisa que é real e que existe na cultura do povo brasileiro é o jogo do bicho, onde mulheres e homens jogam. Não é só homem que joga no jogo do bicho não, um joga pouquinho, outro joga mais, outro joga menos, mas todo mundo, ou quase todo mundo, acaba tendo esse hábito. Então acho que esse é um assunto que deve ser discutido.

Parabenizo o deputado Rogério Mendonça, o nosso amigo Peninha, por ter tido a coragem de se manifestar publicamente da forma como se manifestou.

Fica aqui a pergunta: com quem está a hipocrisia? Com quem aceita? Com quem não aceita? Com quem é a favor? Ou com quem é contra?

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que concordam com a moção se manifestem.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, solicito o voto nominal no painel eletrônico, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Atendendo requerimento da deputada Odete de Jesus a votação será nominal. Muito obrigado, deputada Odete de Jesus.

Os srs. deputados que votarem "sim", aprovam a moção, e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	não
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	não
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	
DEPUTADO DARCI DE MATOS	
DEPUTADO DÉCIO GÓES	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	não
DEPUTADO EDSON PIQUIITO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN	
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	não
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	abstenção
DEPUTADO JORGINHO MELLO	não
DEPUTADO JOSÉ NATAL	não
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADO MANOEL MOTA	abstenção
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADA ODETE DE JESUS	não
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	não
DEPUTADO PEDRO UCZAI	não
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	não
DEPUTADO RENATO HINNIG	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	não
DEPUTADO ROGERIO MENDONÇA	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	não
DEPUTADO SERAFIM VENZON	Sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	não
DEPUTADO VALMIR COMIN	sim

Está encerrada a votação.
Temos 13 votos "não", sete "sim" e duas abstenções.

Está rejeitada a moção.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, solicitando a abertura de negociação com os trabalhadores do serviço público municipal para atendimento da pauta de reivindicações da categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, v.exa. está se referindo a Moção n. 0046/2008? Pois a que está na tela é a anterior.

Apenas quero pedir permissão ao deputado Pedro Uczai para subscrever a Moção n. 0046/2008.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Há aquiescência do deputado Pedro Uczai.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Apenas para dizer que o ex-deputado César Moritz, prefeito de Brusque, encontra-se presente nas galerias desta Casa. Seja bem-vindo.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Seja bem-vindo a esta Casa.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Já que foi aberto um precedente, eu quero, com muito prazer, anunciar que estão conosco, tratando de assuntos inerentes ao município de Fraiburgo, o Toni Francisco Souza da Silva, presidente da Câmara de Vereadores, o Toni do Sine, e com ele está o Roberto César Xavier, assessor jurídico da Câmara do município de Fraiburgo, tratando de assuntos daquela cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Moção de autoria do deputado Jorginho Mello, a ser enviada ao presidente da República e ao ministro do Planejamento, solicitando o cumprimento do acordo de reajuste salarial celebrado com a categoria dos Advogados da União.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviada ao presidente da Anatel, ao diretor da Brasil Telecom, ao gerente da Vivo, ao superintendente da Tim e ao diretor da Claro, solicitando a instalação de antena de telefonia móvel na comunidade de Lageado Baixo, no município de Guabiruba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviada ao diretor superintendente da Infraero em Santa Catarina, solicitando a fiscalização da Anvisa na chegada de aeronaves, tendo em vista a eliminação do foco do mosquito da dengue.

Em discussão.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peça a palavra sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, nós temos um problema instalado no Brasil e não podemos fugir dessa realidade, pois já temos 560 mil casos de dengue, 43 mil pessoas infectadas e 54 óbitos. O Rio de Janeiro está pedindo médicos para outros estados. Está pedindo socorro!

Precisamos, srs. deputados, sras. deputadas e sr. presidente, trabalhar na prevenção. Realizaremos uma audiência pública e os convites já foram encaminhados aos gabinetes. Dia 10 deste mês, realizaremos uma audiência pública com toda a sociedade, órgãos governamentais e entidades de classe. Cada um precisa fazer a sua parte. Fizemos diversos pedidos de informação e para essa moção que o sr. presidente Antônio Aguiar acabou de ler, eu preciso do apoio de v.exas.

Já temos casos de dengue em Palhoça e Navegantes, e já houve óbito em São Paulo. Santa Catarina é um estado com temperatura elevada, e nós sabemos que o mosquito se aloja em áreas de temperatura alta e em lugares secos, e nós temos cemitérios com vasos de flores, e residências com folhagens. Eu acabei com as folhagens na minha casa, e quero dizer que é grave o problema, deputado Joares Ponticelli.

Por isso gostaria do apoio de v.exas. na aprovação dessa moção.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do deputado Gelson Merísio, a ser enviado ao secretário de Turismo, solicitando informações sobre o Termo de Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Forquilha, visando à construção do Portal Turístico na Rodovia Gabriel Arns.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Odete de Jesus, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Saúde, solicitando informações sobre a fiscalização da Anvisa na chegada das aeronaves nos aeroportos de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Joares Ponticelli, a ser enviado ao secretário de Desenvolvimento Regional de Tubarão, solicitando informações sobre o contrato, ordem de serviço, ordem bancária, e relatório sobre razões impeditivas ao início da construção da Escola Célia Coelho Cruz, de Tubarão.

Em discussão.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu trouxe várias vezes este assunto para o Plenário. Essa é aquela escola que já ganhou repercussão em nível nacional, onde há mais de dois anos os alunos estão tendo aulas num salão de baile.

No dia 8 de fevereiro deste ano, portanto há quase 60 dias, foi feita uma festança para entregar a ordem de serviço para as obras começarem no dia seguinte. Já se foram 60 dias e nada da obra, nenhuma notícia e os alunos continuam levando um baile, já que continuam tendo as suas aulas sem a menor condição digna.

Por isso, nós queremos saber qual a razão de ter sido feita aquela festança em 8 de fevereiro para entregarem a ordem de serviço e até hoje não temos nenhuma efetivação da obra, ainda.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pedimos a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pedi a palavra apenas para começarmos a chamar os deputados para o plenário. A sessão só se conclui quando termina, quando encerra. Por isso eu quero pedir verificação de quórum para saber se a matéria que estamos votando pode ser votada. Se não houver quórum, estaremos aprovando matérias sem o quórum necessário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Solicitamos a verificação de quórum pelo painel eletrônico.

Continua em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, nós temos vários entendimentos aqui e várias votações temos feito por acordo de lideranças, com ou sem quórum, porque temos construído aqui entendimentos.

O deputado da base do governo, líder da bancada do PMDB, está solicitando verificação de quórum, que é regimental, mas é a base do governo que tem que estar aqui dando quórum, porque eles têm maioria, são 26 ou 27 deputados.

Quem sabe a tática seja não permitir informações, não só para a bancada do PP, mas também para a nossa, pois em seguida há um pedido de informação sobre a SC-401. Talvez seja para não permitir que o governo ceda informações e seja transparente com esta Casa Legislativa, para que não possamos exercer a nossa prerrogativa constitucional, porque um dos nossos papéis é o de fiscalizar os atos do Poder Executivo. É por causa do conteúdo das matérias seguintes aqui em votação que se está pedindo verificação de quórum?

Eu lamento, até porque estamos no final da Ordem do Dia e várias votações já aconteceram aqui com o mesmo quórum que temos neste momento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu lamento que o líder da bancada do PT venha aqui questionar. Nós nunca negamos informações. Há poucos dias um dos seus liderados veio aqui e pediu verificação de quórum. Eu pedi com muita consciência e com muita responsabilidade, sem negar, porque tudo que não aprovamos hoje, vamos aprovar amanhã, é só para começarmos a aprovar com quórum, o que dará uma melhor qualidade ao nosso trabalho no Parlamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, dos deputados que estão em plenário, e o quadro vai mostrar daqui a pouco, a maioria é da Oposição, que nesta Casa tem apenas 14 deputados.

Portanto, está visível que a bancada do governo, aqui comandada pelo deputado Manoel Mota, ordenou que os seus deputados deixassem o plenário para não votar pedidos de informação como o que vem a seguir, que é o pedido de informação sobre a sindicância na Epagri, aqueles R\$ 6,5 milhões mal explicados; o pedido de informação sobre o Aeroporto de Jaguaruna; o da bancada do PT sobre a SC-401, aquela que o governador anda fazendo festa com o dono da obra, e além dessa, a "ação entre amigos" na Celesc, que não foi bem sucedida. Essa é a preocupação.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, vamos esclarecer os fatos. Eu estou no plenário e o deputado Manoel Mota não pediu a este parlamentar, em momento nenhum, que saísse para não dar quórum.

Não é verdade o que foi colocado pelo nobre deputado Joares Ponticelli novamente. Não serve para este deputado e acredito que também para a maioria, porque para parlamentar nenhum foi feito esse pedido. Vamos jogar claro com a sociedade de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Sílvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sílvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SÍLVIO DREVECK - Sr. presidente e srs. deputados, não é a primeira vez que nós votamos matérias aqui, como colocou muito bem o deputado Pedro Uczai, independente de serem matérias oriundas do Executivo, independente de serem matérias da Oposição ou da Situação, aqui nesta Casa sempre houve bom senso. Parece-me que agora é por se tratar de matérias que vão buscar informações, e o deputado Manoel Mota diz que nunca foi negada informação. Quero dizer a todos os deputados que nós já fizemos alguns pedidos de informação e as respostas vieram evasivas, e nós não concluímos até hoje.

Então, eu não vejo o porquê não se permitir aqui na Casa, como sempre foi permitido, a votação desse pedido de informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Em votação o pedido de verificação de quórum.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, rapidamente, quero dizer ao eminente deputado Sílvio Dreveck, que é líder, que o eminente deputado Joares Ponticelli não deixou aprovar esse pedido de informação quando foi líder de bancada. Já pedi - e já me estão entregando... Vou provar aqui o que estou dizendo.

Nunca fiz, em nenhum momento... No ano passado encaminhamos muitos pedidos de informação, e ele também. Mas, a partir de agora, quero deixar registrado, não vai mais ter nada deliberado sem quórum. Está registrado! Já que estão pedindo isso, agora vão ter! Sem quórum, não se vota mais nada nesta Casa!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Interferindo) - O medo é grande!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Em votação.

Solicito que os srs. deputados que estão no plenário registrem a sua presença!

(Procede-se à verificação de quórum por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA DE LUCA	ausente
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	presente
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	presente
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	ausente
DEPUTADO CLÉSIO SALVARO	ausente
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO	ausente
DEPUTADO DARCI DE MATOS	ausente
DEPUTADO DÉCIO GÓES	ausente
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	ausente
DEPUTADO EDISON ANDRINO	ausente
DEPUTADO EDSON PIQUITO	ausente
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	ausente
DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN	ausente
DEPUTADO GELSON MERÍSIO	ausente
DEPUTADO GENÉSIO GOULART	ausente
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	ausente
DEPUTADO JAILSON LIMA	ausente
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	presente
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	presente
DEPUTADO JORGINHO MELLO	presente
DEPUTADO JOSÉ NATAL	presente
DEPUTADO JULIO GARCIA	ausente
DEPUTADO KENNEDY NUNES	ausente
DEPUTADO MANOEL MOTA	presente
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	ausente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	ausente
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	ausente
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	ausente
DEPUTADA ODETE DE JESUS	presente
DEPUTADO PEDRO BALDISSERA	ausente
DEPUTADO PEDRO UCZAI	presente
DEPUTADO PROFESSOR GRANDO	presente
DEPUTADO RENATO HINNIG	ausente
DEPUTADO RENO CARAMORI	presente
DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA	ausente
DEPUTADO ROMILDO TITON	ausente
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	presente
DEPUTADO SERAFIM VENEZON	ausente
DEPUTADO SÍLVIO DREVECK	presente
DEPUTADO VALMIR COMIN	presente

Não há quórum regimental. Deixamos, portanto, de votar o pedido de informação e as demais matérias constantes da pauta.

Passaremos à Explicação Pessoal.

A primeira oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima. Porém, como requereu troca de horário, com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sra. deputada Ana Paula Lima e srs. deputados, faço uso da tribuna na tarde de hoje para, primeiramente, com muita satisfação, registrar aqui, meu amigo presidente progressista, deputado Joares Ponticelli, a presença da Presidência da AJE. (Passa a ler.)

"AJE - Associação de Jovens Empreendedores de Criciúma - é uma associação sem fins lucrativos, que visa aglutinar jovens empresários, lideranças de Criciúma e região, promovendo o associativismo, a capacitação para aqueles jovens que desejam iniciar seu próprio negócio, e também aqueles jovens que já possuem empresa constituída e desejam aprimorar-se e solidificar-se no mercado.

A Presidência da AJE é liderada hoje pelo jovem Luiz Henrique Luciano Domingos, que se encontra no plenário desta Casa, tendo como seu presidente regional no Cejesc - Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina -, o nosso amigo André Gaidzinski."

Também acompanha o jovem Luiz Henrique Luciano Domingos o empresário e meu filho Diego Comin.

(Passa a ler.)

"Tigrinhos são recepcionados com festa" - este é o slogan do que aconteceu no domingo próximo passado, em Criciúma, deputado Reno Caramori.

"Mais de 1.200 tiros de fogos de artifícios recepcionaram no início da noite os atletas da equipe sub-17 do Criciúma Clube, campeões do 5º Super Brasileirinho de Futebol Juvenil, encerrado no domingo, em Capitão Leônidas (PR).

O Tigrinho conquistou o título ao derrotar o Internacional (RS) nos pênaltis.

Ao chegarem no bairro Comerciarío, a festa tomou conta dos arredores do estádio, deixando os pais emocionados. Muitos esperavam pelos filhos desde as 15 horas.

Antes de serem recebidos pelos familiares e amigos, os jogadores participaram de uma carreata na Avenida Centenário, com direito a desfile em cima do caminhão do Corpo de Bombeiros.

Com apenas 16 anos e há quase dois anos na divisão de amadores do Tigre, Marcel Simão Emerim, destacou que a comemoração pelo título, o primeiro nacional, não tinha hora para acabar. 'Desde que saímos do Paraná estamos comemorando. Não dá para descrever a emoção', disse ele, na estrada desde as 1:30 da madrugada.

Depois de mais de quinze horas de viagem, George Minatto, 17 anos, só queria saber de ir ao encontro dos pais. Os familiares vieram de Araranguá para receber o campeão...[sic]"

Por isso não poderia, sr. presidente Antônio Aguiar, deixar de registrar aqui a nossa satisfação do nosso glorioso Tigre, com as garras afiadas, preparando um time de base, com certeza, para conquistar o Campeonato Brasileiro, e que já foi uma conquista do nosso Criciúma Clube.

Eu tenho debatido aqui nesta tribuna vários temas importantes e cruciais para o desenvolvimento do sul de Santa Catarina.

Nos últimos 14 anos, o sul do estado sequer alcançou o índice médio do desenvolvimento das demais regiões do estado de Santa Catarina, amigo deputado Reno Caramori. E um dos entraves de todo esse processo é o Porto de Imbituba, que agora está com uma solução. E a matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Só falta o aeroporto para o Sul 'explodir'!

O Porto de Imbituba foi negociado. Os controladores do porto de Santos o assumiram. Tem programação de investimentos de peso para os próximos anos. O fato pode parecer um fato de interesse exclusivo da economia de Imbituba, ou dos envolvidos. É mais do que isso. Muito mais. Trata-se de uma das 'pernas' da base necessária para a retomada do desenvolvimento do Sul de Santa Catarina. As outras são: duplicação da BR-101 e aeroporto regional de Jaguaruna. Como a duplicação da BR-101 está em andamento, agora só falta 'desenroscar' o processo do aeroporto regional. Não dá para imaginar uma nova fase de crescimento do sul, sem condições para o transporte adequado da produção (e das pessoas) tanto por terra, quanto por mar e ar. Não há como atrair grandes investimentos. Pelo contrário. O Sul já perdeu investimentos importantes por falta de infraestrutura. Por isso, a negociação do porto pode ser tratada como o fato mais importante do ano, pelo menos até agora, em se tratando da preparação para retomada do desenvolvimento do sul. Anotem o prazo: dez anos. Neste tempo, se não furar nada do que está projetado, o sul vai 'explodir'. E dez anos passam rápido!"[sic]

Para coroar ainda mais de êxito, meu amigo deputado Serafim Venzon, eu recebi a notícia, através do eminente deputado federal Edinho Bez, de que estão garantidos também no orçamento do governo federal, deputada Ana Paula Lima, os recursos necessários para a elaboração do projeto da Translitorânea, a rodovia férrea que hoje ligará o sul até o porto de Imbituba, e que vai interligar os portos de: Imbituba, Itajaí, São Francisco do Sul e Itapoá, quicá um dia integrando o porto de Paranaguá, promovendo, assim, o escoamento da nossa produção, deixando as nossas empresas competitivas para o mercado globalizado que estamos enfrentando nos dias de hoje.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Concedo um aparte ao nobre companheiro, deputado Serafim Venzon.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado, esse porto como v.exa. destaca é muito importante para o escoamento do desenvolvimento que é cada vez maior, agora orientado e dirigido pela força e o trabalho de toda gente do sul de Santa Catarina, e dirigido ainda pela BR-101.

E inúmeros investimentos estão vindo para os nossos arredores. Por exemplo, a Votoran fará, ainda este ano, um investimento de mais de R\$ 400 bilhões, com a implantação da fábrica de cimento em Vidal Ramos. E parte do escoamento do cimento a granel vai sair pelo porto de Imbituba.

Há alguns dias a Bunge assinou um protocolo de intenção com o governo de que vai implantar uma fábrica de fertilizantes em Anitápolis. E o seu produto também vai sair daquele município pela BR- 282 e var embarcar, seguramente, no porto de Imbituba. De forma que esse porto, sem dúvida nenhuma, será um grande fator de desenvolvimento não só para região sul, mas para todo o sul do país.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - O nosso estado já se destaca pela sua pujança, pela determinação do seu povo e pela garra dos nossos empresários trabalhadores. Somos apenas 1,1% do território nacional, no entanto 5,6% das exportações deste país são catarinenses; 4,4% do PIB nacional são catarinenses! Isso é um feito inédito que precisa ser seguido pelos outros estados da federação.

E não tenho dúvida de que a perspectiva da implantação das usinas térmicas, a geração de energia e carvão, a Barragem do Rio São Bento, a Barragem do Rio do Salto, a Translitorânea, a modernização do porto de Imbituba, o aeroporto regional e a duplicação da BR-101 serão o *pool* para o desenvolvimento da nossa região, podendo se comparar com as demais regiões, a exemplo do norte do estado de Santa Catarina nos dias de hoje.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não! Nobre companheiro.

O Sr. Deputado Professor Grando - Deputado Valmir Comin, v.exa. conhece mais do que ninguém essa região e as suas potencialidades.

Imagine se a estrada de ferro que já passa em Criciúma e vai até Imbituba tivesse um ramal em cada fábrica da nossa cerâmica, do nosso piso, e lá pudesse deixar os vagões, os contêineres, para serem carregados e embarcados através desses ramais, levados até o porto, aí sim, o nosso produto seria competitivo. E isso pode ser feito ainda, a exemplo da Europa. Lá cada empresa usa a parte da estrada de ferro para embarcar o seu produto. Isso seria melhor do que colocar em caminhões e trazer até o porto de São Francisco do Sul, pois encarece e estraga a estrada.

Mas v.exa. colocou muito bem. Isso será corrigido no futuro e essa potencialidade não poderá se perder.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - O que precisamos, deputado Professor Grando, é simplesmente promover a infra-estrutura básica; o resto a iniciativa privada faz, e com muita propriedade.

Era isto o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, queria cumprimentar aqui de público o sr. Oscar Paulo Gavioli, um aposentado do Besc que trabalhou durante muito tempo em Caçador e agora mora em Camboriú. Ele, que está aqui acompanhando os nossos trabalhos na Assembléia Legislativa, é um entusiasta do Brasil, como todos nós que vemos um país em franco desenvolvimento. E se tivermos, como estão previstas, as reformas tributária, política e outras reformas que, seguramente, advirão - e serão votadas pelo Congresso Nacional, mas precisam ter o nosso apoio para buscar a mobilização popular -, seguramente o Brasil será, em dez, 15 ou 20 anos, o país que nós sonhávamos.

Meus cumprimentos, então, ao sr. Oscar Paulo Gavioli!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra a eminente deputada Ana Paula Lima, representando as mulheres, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, primeiramente muito obrigada pela gentileza da troca de horário desta deputada.

Gostaria de dizer, sr. presidente, que represento aqui nesta Casa mulheres e homens, com muito orgulho, do povo de Santa Catarina, fazendo aqui as defesas para a maioria das pessoas injustiçadas, fazendo as leis para beneficiar homens e mulheres do nosso estado.

Quero dizer também, deputado Valmir Comin, que o Brasil vive novos tempos: de crescimento e de investimentos - principalmente de um governo do presidente Lula que a população está aprovando, conforme disse a última pesquisa -, na área da infra-estrutura, que o nosso estado e que o nosso país tanto precisavam; nas áreas sociais, se o Judiciário assim permitir - e acho que tem que permitir porque em ano eleitoral o Brasil não pode parar -; e nas áreas da saúde e educação. E quero aqui então dizer que o estado de Santa Catarina também está recebendo esses novos investimentos.

Por falar em mulheres, sr. presidente, também quero destacar que estive presente, no último domingo, dia 30, no 9º Encontro Estadual de Mulheres, e lá foram debatidos vários temas, principalmente os direitos da mulher trabalhadora, uma conquista de muitas lutas. E também muitas vidas foram ceifadas para garantirmos alguns direitos.

E o que as mulheres do estado de Santa Catarina e do Brasil querem, a princípio, nada mais é do que respeito à sua condição, respeito no seu trabalho, respeito como mulher, como mãe, como dona-de-casa, e, principalmente, o fim da violência doméstica. Esses foram os temas abordados no 9º Encontro Estadual das Mulheres Trabalhadoras, que aconteceu no município de Itapema, com a presença de centenas de mulheres de diversas partes do nosso estado.

Também quero dar boas novas, sr. presidente, srs. parlamentares, que o deputado federal Décio Lima apresentou no Congresso Nacional um projeto de lei que institui o "cheque garantido" e dá outras providências. Esse projeto tem por objetivo responsabilizar as instituições bancárias pelos cheques sem fundos emitidos em todo o comércio do nosso país.

Eu quero dizer que esse projeto apresentado pelo deputado federal Décio Lima é em homenagem aos micro e pequenos empresários de todo o país, os que mais sofrem com a falta de cobertura do instrumento do cheque por parte dos bancos.

Ele também homenageia a Associação de Micro e Pequenas Empresas - e também faço aqui a nossa homenagem -, que comemorou, no último dia 29 de março, o Dia Estadual dos Micro e Pequenos Empresários. Em nome da Ampe de Blumenau eu quero saudar também a nova diretoria, na pessoa da sua presidente, Sônia Medeiros, uma mulher guerreira.

Então, fica registrado esse projeto que vai beneficiar micro e pequenos empresários de todo o nosso país.

Também, sr. presidente, foi debatido hoje na Mesa da Assembléia Legislativa um projeto pelo qual nós, deputados, estamos há muito tempo lutando, ou seja, o da constituição de uma comissão para debater, juntamente com outros parlamentares - e ela foi criada na data de hoje -, a criação de uma fundação para tornar a nossa TV Legislativa um canal aberto. Isso já foi conversado com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que nos recebeu e orientou-nos para que a Assembléia Legislativa do estado de Santa Catarina criasse uma fundação que gerenciasse esse canal aberto.

Então, esta deputada esteve reunida com o deputado Antônio Aguiar, a assessora de Comunicação, a sra. Lúcia Helena, e também com a Procuradoria da Casa para montarmos essa documentação e depois apresentarmos aos srs. parlamentares para que o nosso povo também possa assistir em todas as suas residências o trabalho realizado pelos deputados e pelas deputadas desta Casa.

Apresentamos também outro projeto de nossa autoria, srs. parlamentares e cidadãos que nos acompanham pela TVAL e ouvintes da nossa Rádio Digital, e que está sendo relatado pelo sr. deputado Pedro Uczai: o projeto de lei que dispõe sobre a adoção de livros didáticos, apostilas e ou similares pelas escolas particulares de educação básica.

(Passa a ler.)

"As escolas particulares de educação básica, srs. deputados, são aquelas que oferecem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

Esse projeto é o resultado de inúmeras reclamações, deputado José Natal, de mães e pais de alunos, que discordam da política adotada por muitas escolas particulares, que trocam os livros didáticos anualmente. Essa situação tem-se repetido por todo o estado.

A troca anual dos livros didáticos, apostilas e/ou similares nas escolas particulares do estado de Santa Catarina tem acarretado inúmeros problemas à comunidade usuária, que perpassa pelos altos custos econômicos da aquisição dos nossos livros todos os anos, como também pelos problemas ambientais."

Cito aqui um exemplo: o meu filho, cursando o ensino fundamental e médio, a cada ano tinha que comprar livros novos, deputado Antônio Aguiar. Isso é um desperdício de dinheiro. Inclusive, pais e mães que têm filhos em séries sequenciais também todo ano têm de comprar livros novos.

Então, peço que os deputados e as deputadas desta Casa possam apoiar esse projeto que, tenho certeza, vai beneficiar não só a questão ambiental, mas a questão econômica de muitos pais e mães que têm os filhos ainda na idade escolar.

(Continua lendo.)

"Livros esses poderiam ser muito bem utilizados por outros alunos da mesma escola, sem prejuízo algum ao desempenho escolar.

Chegamos ao absurdo, srs. deputados, de famílias que possuem irmãos em séries próximas não conseguirem utilizar os seus próprios livros, aumentando assim o custo da educação dos seus filhos e prejudicando o orçamento familiar.

O presente projeto de lei visa:

1º Disciplinar o uso de livros didáticos, apostilas e/ou similares pelas escolas particulares em nosso estado;

2º Garantir o uso dos livros didáticos pelo período mínimo de quatro anos letivos;

3º Proporcionar na realização de feiras anuais de troca de livros o acesso ao livro didático mais barato para a comunidade escolar;

4º Dar um uso mais racional e solidário aos livros; e

5º Contribuir com a cultura da preservação ambiental, pois sabemos que o destino da maioria dos livros não utilizados é, infelizmente, o lixo.

O Brasil possui hoje um dos maiores mercados de livros didáticos do mundo. A diversidade de obras publicadas é extraordinária. As possibilidades de escolha por parte das escolas é imensa.

Por isso não entendemos o que leva muitas escolas a, anualmente, substituírem seus livros. Ou as escolhas realizadas sem qualquer critério de qualidade ou os interesses econômicos das editoras estão prevalecendo sobre interesses da comunidade escolar."

Fica esse ponto de interrogação. E faço um apelo a todos os professores da nossa rede pública e privada para que possam dar parecer a esse projeto. Os pais e mães não cansam de reclamar, pois todo início de ano, além de terem que comprar lápis, borracha, caneta, lápis de cor, ainda têm que renovar a maioria dos livros didáticos. Pior ainda, srs. parlamentares e público que nos acompanham, é que são inúmeros os livros que são jogados fora todo ano, não só no estado de Santa Catarina, mas, tenho certeza, em todo o Brasil.

Acho que o estado de Santa Catarina pode dar o exemplo para os outros estados da nossa federação, aprovando na íntegra esse projeto nesta Casa, a fim de que possamos contribuir com a questão ambiental e, principalmente, com a economia de muitos pais e mães, pois esses livros podem ser reutilizados nos próximos anos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, no dia de hoje o sr. governador faz uma caminhada em diversas cidades de Santa Catarina inaugurando ou levando ordens de serviço e iniciando obras em diversas cidades. E hoje o governador estava em Brusque no começo da tarde entregando a ordem de serviço para a construção da unidade prisional avançada, unidade essa que não queríamos nunca construir, pois preferíamos fazer uma escola ou um hospital, mas há que se fazer isso também. E deu a ordem de construção dessa unidade prisional que vai atender a todos os municípios no vale do Itajaí Mirim, bem como os municípios do vale do Rio Tijucas. É mais uma das ações que o governo está fazendo, através da descentralização, em parceria com o município, de importância social muito grande.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, ouvintes da Rádio Digital, telespectadores da TVAL e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente nosso companheiro, o subtenente César Ney Rosa, da cidade de São José, hoje na reserva remunerada, diretor da Aprasc; assim como outros diretores da Aprasc, Manoel João da Costa que estava aqui conosco até há poucos instantes.

Quero voltar a falar sobre o crescimento do número de homicídios no estado de Santa Catarina no primeiro trimestre deste ano de 2008. Foi quase 100% de crescimento no número de homicídios, se compararmos os três primeiros meses de 2007 com os três primeiros meses de 2008. E no ano passado, quando as autoridades da Segurança comemoravam a diminuição dos números da criminalidade, nós já falávamos inclusive, aqui desta tribuna, que aqueles números estavam sendo revertidos pela realidade, que naquele momento estavam falando de números pretéritos, porque a violência estava voltando e crescería com mais velocidade. Nós dizíamos isso e talvez tivesse parecido, na época, que falávamos para valorizar a nossa tese da necessidade de incentivo aos servidores da Segurança Pública. E estávamos falando como uma suposição para fortalecer a tese de que se o governo pagasse a Lei n. 254, a parte que falta ser paga, então teríamos melhor segurança. E hoje a constatação está aí na nossa cara.

Nós viemos aqui nesta tribuna para dizer que lamentamos esse episódio. Tivemos nos últimos anos alguns picos de crescimento da violência e alguns momentos de diminuição gradativa, mas de diminuição. Se fizermos uma comparação, um estudo estatístico veremos que o aumento da violência coincide com aqueles períodos em que os servidores da Segurança, os policiais e bombeiros, estavam frustrados com os seus governantes, com as autoridades em geral, com a instituição.

Nós tivemos um pico, no final da década passada, que foi até 2002 ou 2003, depois com o avanço de alguma expectativa, em 2004 começou a diminuir; em 2005 e 2006 foi diminuindo, com uma expectativa otimista dos servidores da Segurança. No ano passado, quando se dizia que a segurança estava melhorando é porque os policiais estavam até recentemente acreditando numa perspectiva. Tivemos uma reversão da expectativa de otimismo por parte dos servidores da Segurança Pública que começou, no mínimo, no mês de maio do ano passado, há quase um ano, quando demos com a cara na porta lá no Centro Administrativo. E inclusive não houve depois dali mais nenhuma negociação efetiva e concreta.

Não adianta o comandante inventar de colocar uma barraca no trevo da entrada da cidade; colocar uma viatura velha em algum lugar para dizer que tem polícia, se nem policial está dentro da viatura e nem tem efetivo para isso. Não adianta estabelecer a meta de abordar 20 veículos, num determinado turno de serviço, porque policial não funciona assim. O serviço de Segurança Pública funciona com policial com disposição, olhando para aquilo que o cerca, quando está de serviço, ou mesmo quando está de folga.

Talvez muitos policiais que estão nos ouvindo e assistindo podem estar dizendo: "o Soares está inventando isso." Mas isso no inconsciente, pois se me decepciono com os dirigentes da sociedade, com os governos, com as autoridades, isso provoca um reflexo direto na qualidade do serviço. E o policial nem está consciente de que está acontecendo isso, ele próprio que está lá.

Então, 254 é o número de homicídios desses três primeiros meses do ano, quer dizer, coincide com o número da lei e tem tudo a ver! É a causa do não-andamento, do não-aprofundamento, do breque que foi dado na negociação da Lei 254. Não é só uma coincidência de números, ou seja, 254 homicídios com a Lei n. 254, é uma coincidência total, na nossa avaliação e na forma de se ver. É claro estou falando da Lei n. 254, mas existem outros direitos que temos requerido. Então, por isso que queríamos chamar a atenção e novamente estamos vendo muitas situações.

Sr. deputado José Natal, estava saindo de casa, na sexta-feira, para ir para a Festa do Milho, em Imbuia e a 200 metros da minha casa estava um cidadão baleado. Isso não consta nesses números, porque ele não morreu ali, mas no hospital, ele estava vivo quando chegamos e até quando chegou o socorro. Isso aconteceu a apenas 200 metros lá de casa - e eu moro no bairro da Serraria.

Então, essa é a situação e nós achamos que é preciso que as autoridades respondam as coisas como elas são. Não é verdade que está morrendo mais gente porque a polícia está trabalhando mais. Essa tese, deputado Joares Ponticelli, é da mesma pessoa, que há cinco anos, contribuiu para a derrota do então candidato Esperidião Amin. É a tese da mesma pessoa que na época comandava a capital; a tese de que estão trabalhando mais e de que bandido está matando bandido e está tudo bem! É gente matando gente, e o número de homicídios não dá para esconder, porque morre, morre. Não tem como omitir, como outros que, às vezes, não aparecem.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Sargento Amauri Soares, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, porque esse é um assunto que imaginei que fosse repercutir muito mais na sessão de hoje. Afinal de contas, como bem lembra v.exa., é quase 100% de aumento nos índices de homicídios em Santa Catarina. E o raciocínio de v.exa. está perfeito!

Não há como negar que temos hoje um policial, um servidor da Segurança Pública completamente desmotivado; não há como negar que não estamos vendo os investimentos em novas tecnologias como Santa Catarina precisa. Por exemplo, tivemos mais alguns municípios contemplados com as câmeras de vigilância, deputado Sargento Amauri Soares, de 2003 para cá. E li que agora Jaraguá do Sul será contemplada, mas Tubarão, por exemplo, estava programado para receber em 2003 e já estamos em 2008 e nada chegou. Se não pode aumentar o efetivo, como não está sendo aumentado, é preciso colocar novas tecnologias à disposição.

Mas esse efetivo que temos precisa reencontrar a motivação novamente; e a motivação está no cumprimento daquilo que deveria estar integrado desde 2004 e 2005, afinal de contas, o governador condicionou o cumprimento da Lei n. 254, deputado Sargento Amauri Soares, ao aumento da receita. A receita de 2003 para cá praticamente triplicou, era de R\$ 300 milhões e agora está em R\$ 900 milhões, mas o dinheiro continua sendo gasto para manter essa estrutura eleitoreira de 36 regionais e o nosso policial da Segurança continua ausente, o governo continua devendo, deixando de cumprir aquilo que virou lei e que, infelizmente, virou um grande estelionato eleitoral.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado pelo aparte, deputado Joares Ponticelli.

Trabalhamos na tese de que a tecnologia tem que vir efetivamente para ajudar os servidores da Segurança, mas isso só vai funcionar, toda essa engrenagem só vai funcionar se o servidor for conscientemente, por ele próprio, sem necessidade de imposição, cumprir bem o seu trabalho, sentir o apoio da instituição e dizer: "eu posso ir atuar, eu posso ir para a rua, eu posso abordar aquele cara suspeito, aquele cidadão suspeito, porque tenho apoio institucional, porque tenho um governo que me apóia, que cumpre seus compromissos com a nossa classe".

E esses índices são reais! Podemos comparar em todo o período dessa década. Havia uma boa expectativa de diminuir a violência. Não é intencional, está no subconsciente. Então, essa é uma questão que precisa ser resolvida. Continuamos à disposição para negociar todos os assuntos de interesse dos servidores da Segurança, inclusive a Lei n. 254, como também o plano de carreira, para voltarmos a ter otimismo nos servidores da Segurança Pública, porque é uma ...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Herneus de Nadal, líder do oeste, deputado mais votado do estado de Santa Catarina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, srs. deputados, sr. presidente deputado Antônio Aguiar, as manifestações feitas por v.exa. são frutos da amizade, do apreço e da consideração, pois encontra aqui deste lado também reciprocidade com relação ao seu trabalho e à sua atuação.

Mas sr. presidente, srs. deputados, assomo à tribuna, nesta tarde, para tratar de um assunto que merece a nossa atenção e o nosso cuidado. As decisões judiciais não devem e não podem ser atacadas ou contestadas aqui da tribuna, mas, sim, no foro competente, junto ao Poder Judiciário. No entanto, muitas decisões geradas criam e produzem muitos comentários e fatos na área política. E é politicamente, deputado Manoel Mota, que pretendo e que quero tratar deste assunto.

Mas não só politicamente, quero me reportar a esta matéria dando um cunho de realismo daquilo que acontece na maior cidade de Santa Catarina. A cidade de Joinville, com mais de 500 mil habitantes, é base política do governador Luiz Henrique da Silveira, deputado federal por uma, duas, três, quatro vezes. Foi prefeito daquela cidade por uma, duas, três vezes; governador do estado, recebendo votações extraordinárias, passando dos índices da casa dos 70%, beirando os 80%. Imagine, deputado Manoel Mota, de cada 10 pessoas que circulam nas ruas de Joinville, de sete a oito pessoas escolheram o governador, elegeram o seu prefeito como governador para comandar o nosso estado. Não só por uma vez, mas reconduzindo-o, pela segunda vez, como governador do estado barriga-verde.

A cidade de Joinville, a Manchester catarinense, como é conhecida, comemorou 150 anos. E quando deste evento significativo para a economia, para o desenvolvimento não só daquele município, mas de Santa Catarina, nada mais justo que fosse feita uma grande homenagem àquele povo e àquele cidade, destacando o espírito empreendedor e a disposição daquela gente, que construiu indústrias que há 120 anos se constituem num grande sucesso e divulgam extraordinariamente aquele município e sua produção industrial em todas as partes do mundo. E temos que enaltecer não só, deputado, a indústria, o comércio, a prestação de serviços, mas também os serviços públicos prestados pelo município, assim como a sua vocação de animador, de fomentador do desenvolvimento da região norte do estado.

Por isso mesmo que esse informe publicitário - "Joinville 150 anos: onde a vida é mais feliz", tem a participação, sim, do poder público municipal, tem a participação do empresariado e a participação dos trabalhadores em todas as esferas daquele município.

Fazer desta tribuna críticas duras, ácidas, contundentes contra o povo de Joinville, contra o desenvolvimento econômico, social e cultural de Joinville, com certeza não se coaduna com aquilo que o povo de Santa Catarina espera de nós.

Também, sr. deputado, fazer, de forma deslegante, manifestações com relação à esposa do governador desta tribuna, fazer manifestações desrespeitosas com relação à primeira-dama do estado de Santa Catarina, sra. Ivete Appel da Silveira, também não recomenda a nenhum de nós parlamentares.

Até porque todos sabemos, sr. deputado Manoel Mota, que a família de um homem público é quem mais perde de contato, de afeto, de carinho, de convivência com o governador do estado, com uma alta autoridade que tem compromissos da manhã à noite.

Por isso o governador Luiz Henrique da Silveira e sua mulher, ao invés de terem recebido manifestações que denigrem e que diminuem a sua imagem e a imagem da sua mulher, deveriam ter sido enaltecidos pela dedicação e pelo trabalho que prestaram de forma honrosa à sua cidade que se orgulha de seu prefeito, que se orgulha do seu deputado estadual, que enche os olhos de felicidade do seu governador, que tem feito e trabalhado muito. Ele, às vezes, não consegue, é verdade, atender todas as demandas de extrema dificuldade que se apresentam e que todos gostaríamos de ver realizadas, srs. deputados, mas faz o possível para tentar realizá-las.

Mas certos e corretos estão os deputados que aqui vêm para a tribuna defender o seu pensamento sem denegrir a imagem de ninguém. E há pouco eu acompanhava com atenção a manifestação do deputado Sargento Amauri Soares, que veio aqui e reivindicou em favor do segmento que representa com firmeza, com altivez, sem diminuir as pessoas. É desta forma que nós...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu queria cumprimentar o sr. Fábio Maestri e o padre Ari Erthal, de Brusque, o vigário de Brusque, que estão aqui em Florianópolis acompanhando o nosso trabalho e trazendo projetos para a melhoria turística da nossa cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, assomo à tribuna para mostrar à sociedade quantas inverdades são ditas aqui e que quando as ações se chocam, eles esquecem daquilo que fazem nesta Casa.

Poucos dias atrás, sr. presidente, o deputado Kennedy Nunes fez um pedido de contagem de votos, para que não aprovassem o meu requerimento, que pedia que fossem retiradas aquelas barbaridades ditas nesta tribuna pelo eminente deputado Joares Ponticelli. Ele contou mal, não soube contar, havia quórum e foi aprovado o meu requerimento. Eu pedi verificação de quórum, não havia quórum e aí não pode aprovar.

Então, pediram para que eu agora, nesta Casa, tome as medidas e eu vou tomar! Sem quórum, não vamos aprovar mais nada nesta Casa! Se pedirem quórum, podem ter certeza de que vão ter.

Mas nós ficamos tristes com deputados aqui que assomam à tribuna desta Casa somente para criticar. Eu queria que o deputado Joares Ponticelli estivesse lá em cima escutando isso que eu estou falando. Ele deveria ir a Joinville para pedir desculpas pelo que fez para essa cidade. Porque quando Tubarão foi arrasada, aquela cidade azul dos meus amigos, Joinville abriu as portas para Tubarão, e deve haver mais de 20 mil pessoas de Tubarão lá em Joinville.

Então, Joinville é um orgulho para a sua terra, para o seu povo, para os seus empresários que lá investem, que geram emprego, que geram renda e desenvolvimento, é um orgulho para Santa Catarina.

Eu não ouvi um pronunciamento do deputado Joares Ponticelli que não fosse de críticas a Joinville. Eu sei o que acontece. É que eles achavam que tinham a eleição na mão, foram disputá-la e conseguiram 20% em Joinville. Perderam a eleição, depois foram para o segundo turno, repetiu-se o resultado e perderam novamente no estado. Tinham a eleição na mão, mas como enganaram o povo perderam-na.

E agora nesse segundo mandato do governador Luiz Henrique da Silveira ele acabou ganhando as eleições no primeiro e no segundo turno. Por quê? Porque ele é um homem de bem, é um homem que cumpre os seus compromissos com a sociedade, porque está fazendo um trabalho como ninguém na história de Santa Catarina. Mas não é fácil criticar o eminente governador, porque o povo não aceita esse tipo de crítica.

Nessa festa de comemoração de 150 anos de Joinville os empresários foram valorizados, inclusive quase toda a matéria que saiu aqui sobre Joinville foi paga por eles e divulga Santa Catarina para o Brasil.

Nós deveríamos nos orgulhar disso e não virmos aqui fazer críticas a uma cidade como Joinville. Um deputado que faz esse tipo de coisa está despreparado, desesperado, não tem mais o que fazer; fica jogando para tudo que é lado. Evidentemente que a esposa do governador, que escuta essas críticas levianas, que o governador deveria sair num camburão, como disse o deputado Joares Ponticelli - eu aprovei o requerimento e nós vamos ter que conversar sobre isso -, vai ficar nervosa, porque é uma pessoa de bem, responsável e está fazendo um trabalho social em Santa Catarina extraordinário. Parabéns, d. Ivete, pelo trabalho que vem realizando! Mas pode ficar tranquila porque essas pessoas não têm o que apresentar e ficam aqui fazendo esse tipo de discurso fraco, vazio, sem conteúdo!

Mas a nossa sociedade sabe disso! Por isso quero aqui parabenizar, com tranquilidade, Joinville pela passagem dos seus 150 anos, em que os empresários mostraram para Santa Catarina o que é investir.

Então, é importante que nós reconheçamos o que é Joinville e aqueles que não reconhecem...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Antônio Aguiar - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Genésio

Goulart - Herneus de Nadal - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor

Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Procede à retificação da ata da sessão anterior.

Breves Comunicações

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Aborda sua trajetória no PL e no PRB; cita os professores presentes nas galerias; refere-se à luta do magistério por melhoria salarial.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Tece comentários sobre sua visita à Feira da Indústria e Comércio de Arvoredo; refere-se ao aniversário de Seara; pede melhor distribuição dos recursos estaduais aos municípios do oeste.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (aparte) - Concorde com o posicionamento do deputado Flavio Ragagnin a respeito da melhor distribuição de recursos aos municípios oesteiros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito de Abelardo Luz.

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Reporta-se às políticas públicas implementadas pelo governo Lula, principalmente na área da educação; critica o Prêmio Educar do governo do estado.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Discorre sobre a necessidade do país ter infra-estrutura sólida.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Uczai pela luta em prol da construção da Ferroeste.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Engaja-se na luta pela Ferroeste.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Reporta-se à importância da duplicação da BR-101 para o sul catarinense.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Manifesta-se contra o pedagógico da BR-101/sul.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Tece comentários sobre o transporte de massa no Brasil e a necessidade de projetos para o transporte marítimo.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Elogia estratégia de desenvolvimento seguida pelo governo federal.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de Jacinto Machado.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Saúda a presença de várias personalidades; menciona reunião com profissionais da Saúde para equacionar problemas no atendimento nos hospitais do estado.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Posiciona-se quanto à epidemia de dengue no país.

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Menciona a necessidade urgente da construção deanel viário em Seara.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Corroborar com a preocupação do deputado Flavio Ragagnin a respeito do anel viário de Seara.

Ordem do Dia

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

Explicação Pessoal

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Parabeniza o jornalista Moacir Pereira pela participação, no Rio de Janeiro, na Academia Brasileira de Letras, da solenidade em homenagem ao centenário de fundação da ABI; reporta-se à assinatura de protocolo de intenção, pelo governador do estado, com empresas que implementarão projeto de exploração de mina de fosfato em Anitápolis.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Questiona o porquê do pedido de verificação de quórum do deputado Manoel Mota.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (pela ordem) - Questiona a importância de consultoria na área do meio ambiente.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Comemora mudanças no Parlamento do Mercosul e os reflexos no desenvolvimento de Santa Catarina.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Comunica realização de audiência pública sobre a cobrança de taxas dos conselhos de representação das agroindústrias familiares.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Enfatiza o posicionamento do PPS nacional sobre o veto do presidente Lula à permissão do TCU para analisar as contas das centrais sindicais, federações e confederações de trabalhadores.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Posiciona-se sobre a questão do imposto sindical e sobre o veto do presidente da República à fiscalização, pelo TCU, das contas das centrais sindicais, federações e confederações de trabalhadores.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Critica a falta de transparência do governo federal; expressa sua certeza de que o saneamento básico propicia desenvolvimento; manifesta sua tristeza com a situação entre o prefeito e a Câmara Municipal de São José.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Critica a postura de alguns deputados em relação a Luiz Henrique da Silveira; elogia a capacidade de trabalho do governador.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Ressalta que os governos do PMDB realizaram mais por Santa Catarina dos que os governos da Oposição.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Anuncia que a Aprasc voltará a se pronunciar a respeito das reivindicações da base da Segurança Pública; critica o governador da Bahia por conceder aumentos discriminatórios aos servidores da Segurança Pública; manifesta-se contrário ao imposto sindical.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Ressalta a importância de manter a ética nas relações dentro do Parlamento.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Critica o pronunciamento do deputado José Natal, defendendo o governo Lula e ataca os governos do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida a ata.)

Em discussão a ata que acaba de ser lida.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, para retificação de ata, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para retificação de ata, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o nome correto da nossa legenda é PRB.

O SR. SECRETÁRIO (Deputado Antônio Aguiar) - Sra. deputada, da ata constava PT. Este secretário quis corrigir, mas equivocadamente disse PR. O correto é PRB, e será providenciada a correção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Em votação a ata com a devida retificação. Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrita para falar a sra. deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, o tempo está voando ali, no painel, eu acho que perdi uns dois minutinhos.

Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos acompanham e imprensa escrita, falada e televisada, quero pedir desculpas ao secretário que leu a ata, deputado Antônio Aguiar, quando fiz a correção, porque talvez tenha acontecido um erro de digitação. Portanto, peço mil desculpas. Mas quero dizer que corrigi quando o brilhante colega, deputado Antônio Aguiar, leu que a Odete de Jesus era do PR. Não! Esta deputada não é do Partido da República, sou uma republicana, mas é PRB, Partido Republicano Brasileiro.

Presidi a sigla do Partido Liberal, deputado Edson Piriquito, por sete anos, e trabalhei incansavelmente pela sigla. Colocamos sempre toda nossa força, todo nosso empenho, para que a sigla cresça. E todos os parlamentares lutam por isso. Graças a Deus esta deputada tem harmonia com todas as agremiações partidárias com assento nesta Casa.

Ah! Que maravilha, aqui está presente a associação dos professores inativos.

(Palmas das galerias)

Por favor, permitam-me concluir o pensamento e em seguida irei falar nos colegas professores.

Quero dizer que eu estava no antigo PL, que depois mudou para Partido da República, e fui obrigada a sair daquela sigla e integrar a agremiação partidária em que estou hoje, PRB, a convite do seu presidente, dr. Vitor Paulo dos Santos, da minha referência nacional, o senador Marcelo Crivella, e por convite do nosso vice-presidente da República, José Alencar, que também é referência nacional.

Eu estava, na antiga sigla partidária, deputado Valmir Comin, sentindo-me discriminada, por isso mudei. Eu me senti discriminada. Devido a matérias veiculadas em jornais, não me senti à vontade, e quando recebi convite, troquei de sigla. Graças a Deus, hoje o nosso partido já está instalado em cem municípios.

Ingressei no partido dia 10 de março de 2007. Tenho contribuído bastante com essa sigla. Graças a Deus estamos em dez municípios e teremos, em alguns deles, os nossos candidatos a prefeitos, e a vereadores. Vamos fazer coligações dentro da realidade dos municípios. E poderemos coligar com o PT, PMDB, Democratas, PSDB, dependendo da realidade do município.

Agora, quero falar que aqui estão presentes alguns colegas que trabalharam com esta deputada no colégio estadual Paulo Shieffler, em Caçador. Está aqui, marcando presença, o meu colega, professor de Educação Física, hoje aposentado, Luiz. Eu muito me orgulho de ver o senhor aqui, sua esposa não veio hoje, mas esse é um casal de professores de Educação Física que lecionou na mesma escola que esta deputada, no colégio estadual Paulo Shieffler, onde lectionei por 17 anos. Temos aqui também a presença de outros funcionários públicos que nos honram com as suas presenças.

Quero dizer, sr. presidente, que o professor investe muito, procura fazer curso de aperfeiçoamento, procura estar bem preparado para enfrentar uma turma em sala de aula, o que não é fácil, porque ali recebemos clientela dos mais variados tipos: crianças órfãs, crianças criadas apenas pela mãe, crianças abandonadas, então, o professor tem que fazer uma ginástica tremenda, e quando ele já contribuiu bastante com aquela clientela dentro da área da educação, ele se aposenta. E quando ele pensa que ao se aposentar vai ter dinheiro para pagar o seu aluguel, fazer suas compras, comprar medicamentos, porque estará precisando, ele fica frustrado. Quando espera que aqueles que ele elegeram irão ajudá-lo, a decepção é maior.

Mas ontem fizemos emendas. O PRB, a bancada Progressista, o Partido dos Trabalhadores e também o deputado Sargento Amauri Soares assinou conosco as emendas. Enfim, fizemos a nossa parte.

Temos ainda, como já salientei, uma semana pela frente e muita água pode passar debaixo da ponte, muita coisa pode acontecer. Neste momento, tenho certeza de que sua excelência, o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, com toda a sua assessoria e com o secretário da Educação, dr. Paulo Bauer, irá analisar e ponderar, porque houve a promessa. Falei com o líder do governo, deputado Herneus de Nadal, que se comprometeu em conversar com o governador. S.Exa. disse: "Deputada Odete de Jesus, o governador já colocou a assessoria para estudar o caso dos inativos; ele quer um mês de prazo para poder dar as vantagens."

Então, não vamos arredar pé! É bom que os professores, o funcionalismo público, fiquem atentos, fazendo vigília na Assembléia Legislativa, porque estarão nos ajudando, e tenho certeza de que até a base governista vai refletir, pensar e analisar, porque os inativos já plantaram bastante, já deram a sua contribuição e hoje precisam ter reconhecidos os seus méritos. E estamos atentos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Flávio Ragagnin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses, viemos hoje aqui a esta tribuna fazer algumas homenagens.

Primeiro, quero falar sobre a visita que fizemos no final de semana ao município de Arvoredo, mais precisamente à Feira da Indústria e Comércio, na qual estava presente também o deputado Moacir Sopelsa. Quero parabenizar o prefeito Neuri Meneguzzi, todas as diretorias que organizaram aquela festa, e agradecer a maneira cordial como nos trataram, demonstrando que esse município vem crescendo assustadoramente com a força do trabalho da sua gente.

Quero saudar também o Sinte, o representante dos aposentados, que estão aqui reivindicando seus direitos.

Aos nossos amigos e conhecidos de Concórdia, quero fazer a nossa saudação cordial e dizer que estamos a par do assunto, e dentro das nossas possibilidades vamos colaborar para que seus direitos tenham justiça.

Sr. presidente, refiro-me hoje ao município de Seara, que completa 54 anos no dia 3 de abril, onde passei grande parte da minha vida como prefeito e vice-prefeito. Foi lá que adquiri alguma experiência, conhecimento na vida pública. Quero parabenizar o nosso prefeito Edemilson Canale, o presidente da Câmara, Ernesto Valdecir Gomes, todos os vereadores e todas as lideranças. Minha saudação afetiva e cordial àquele município. Justamente neste dia de festa que parabenizo o laborioso povo de Seara, quero fazer algumas ponderações a respeito da nossa região.

O município de Seara tem 306 km² de área, com uma produção e um plantel de 300 mil cabeças de suínos e uma produção de 15 milhões de frangos/ano. É por isso que nós, muitas vezes, comentamos o assunto da nova legislação ambiental e do novo código florestal. Essas questões deverão estar em pauta nos próximos dias nesta Casa e na Câmara Federal para discussão, e será necessário muito empenho do nosso pessoal, uma vez que estamos exprimindo a nossa pequena propriedade com uma legislação não compatível com a nossa região. Devemos preservar, sim, mas principalmente produzir, porque o nosso povo, a nossa gente, precisa de alimentos, e nós precisamos produzir.

O que será, por exemplo, das 1.400 propriedades rurais do interior de Seara? Falo por Seara. Concórdia tem três vezes mais, e o Alto Uruguai catarinense é mais ou menos desse porte, proporcionalmente um pouco mais ou um pouco menos, mas a nossa economia é basicamente a suinocultura, avicultura e leite.

Nós agora verificamos e acompanhamos juntamente com os prefeitos do Alto Uruguai catarinense a questão do movimento econômico. Conforme as agroindústrias vão crescendo, a Seara oferecendo empregos, 2,3 é o índice de desemprego no município de Seara. Concórdia se equivale, o desemprego quase inexistente na nossa região, graças naturalmente ao trabalho, produtividade, produção e economia.

E o que está acontecendo? A agroindústria está transferindo os seus produtos que correspondem ao movimento econômico. Estão transferindo, não estão vendendo os produtos de Seara, de Concórdia, de Ipumirim, de Chapecó e daqui a pouco o município de Lindóia do Sul também. Isso significa que não agrega nada na questão do movimento econômico. Os municípios do Alto Uruguai catarinense, os municípios onde tem a agroindústria, tiveram decréscimo de arrecadação de ICMS, nos últimos quatro anos, em torno de 35% a 40%. Estamos encaminhando um estudo para a secretaria da Fazenda, para a apreciação do governador do estado, para que se faça alguma coisa.

Já existe um trabalho feito pelos prefeitos, e o deputado Moacir Sopelsa participou desses estudos, só que estão retirando recursos da nossa região, da região que tem agroindústria, e repassando a outros municípios. Nada com a questão dos outros municípios, estou falando de onde se produz. Quanto mais se produz, mais empregos são oferecidos, e os problemas sociais vão aumentando, a infraestrutura, a habitação e a saúde vão aumentando, assim como aumenta a necessidade do poder público oferecer mais serviços à sua comunidade.

Então, há necessidade de que se faça justiça. Não podemos aceitar, deputado Moacir Sopelsa, que o município que mais produz menos arrecade, e é o que está acontecendo. E estamos vendo os prefeitos com o pires na mão, cada vez mais com problemas, e peço que os deputados verifiquem essa questão. Com o apoio da Amauc, estamos lutando para que se apresente esse estudo novamente, tome-se uma decisão e defina-se isso.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Deputado Flavio Ragagnin, quero cumprimentá-lo pelo assunto que traz à tribuna desta Casa.

Sem dúvida, v.exa. está coberto de razão. Ficamos, às vezes, com problemas, como é o caso dos dejetos suínos, e na hora de agregar valor no produto, perdemos para os municípios que têm sede nos portos de exportação. Portanto, precisamos encontrar uma solução para isso.

Eu estava presente quando estavam reunidos os prefeitos de Seara, Xanxerê e demais prefeitos da região, e o governador determinou que a secretaria da Fazenda encontrasse uma solução. Mas acredito que precisamos ir mais fundo e buscar realmente uma alternativa para que o produto, quando sair das indústrias das nossas regiões para ser exportado, possa deixar o valor agregado onde está a sede da indústria e não onde está a filial da indústria.

Quero ser parceiro nesse pleito e tenho certeza de que todos os deputados aqui serão, porque todos sabem das dificuldades que têm os municípios onde há a produção. Dá-se emprego, mas cria-se também problemas que serão resolvidos com os recursos que vamos ter.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Obrigado, deputado, pelo seu aparte.

Isso ocorre principalmente porque a topografia do alto Uruguai catarinense é extremamente acidentada. Então, para manter uma estrada no interior, os prefeitos sofrem muito. Não há maquinário que consiga fazer com que as estradas permaneçam como devem. E lá transporta-se carga viva: frangos, suínos. Enfim, com a nossa produção não existe essa de chove ou não chove, dá seca ou não dá seca! Em todo momento é preciso transportar ração, pintos, frangos, suínos, leite.

Então, precisa ser feito urgentemente um estudo em cima disso, uma vez que quem vai agradecer, sem dúvida nenhuma, será a classe produtiva e não o prefeito, o vice-prefeito e os vereadores. A classe produtiva, quando recebe melhor infra-estrutura, quando tem a atenção do Poder Público como deve, fica agradecida. E nós precisamos aumentar a produção cada vez mais, até para favorecer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do nosso vice-prefeito de Abelardo Luz, sr. Carlos de Sennes Pinto, município que passou, durante os últimos meses, por situações difíceis. Agora, a Câmara de Vereadores encontrou a solução, através da Justiça, e elegeu o prefeito e o vice-prefeito.

Gostaria, portanto, de cumprimentar o nosso vice-prefeito. Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por dez até minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e cidadãos que nos acompanham neste momento de sessão neste plenário, gostaria de dar continuidade àquilo que no dia de ontem eu trazia presente a esta Casa, no sentido de dar visibilidade a algumas políticas implementadas pelo governo do presidente Lula, do PT, em todo o país, e até mesmo, deputado Pedro Uczai, ao trabalho que o PT em Santa Catarina vem desempenhando no interior do estado neste momento.

O deputado José Natal ficou surpreso diante do momento espetacular, forte, que o povo brasileiro vive diante das diferentes políticas implementadas de 2003 para cá. E fiquei surpreso, porque em nenhum momento havia feito qualquer comentário sobre a possibilidade do terceiro mandato do presidente Lula. E não sei por que essa angústia do PSDB. Não consigo entender essa angústia. Será que é uma forma de se penitenciar, de repente, diante de um governo inócuo, inexistente, de oito anos, de Fernando Henrique Cardoso? Talvez seja isso, porque sucatearam com a estrutura e a máquina pública deste nosso país. Com esse projeto neoliberal, venderam basicamente todo o patrimônio deste nosso país. Talvez seja esse o remorso.

Quem sabe o deputado José Natal poderia aqui enaltecer os avanços que o país teve nesses últimos seis anos. Poderia, pelo menos, reconhecer que muitas coisas avançaram neste país! É claro que sabemos que poderíamos ter avançado em vários outros aspectos, mas temos que ter a capacidade de reconhecer que este país teve grandes e importantes avanços. Não reconhecer isso é se colocar diante da realidade do contexto como alguém que não enxerga ou faz de conta que não vê.

Quero aqui colocar alguns aspectos referentes à Educação. Aliás, o deputado José Natal deveria se preocupar com o estado, porque ele faz parte da tríplice aliança aqui em Santa Catarina. E percebemos que muitas escolas do interior do nosso estado estão deteriorizadas. Estivemos visitando várias delas e constatamos que estão sem as mínimas condições de fazer com que o aluno passe pelo processo de aprendizagem, sem as mínimas condições dos próprios educadores construírem uma proposta construtiva da Educação, infelizmente.

A outra questão agora é a do Prêmio Educar - e o deputado Pedro Uczai já colocava que é o "castigo educar". Os nossos funcionários, ano após ano, não recebem a reposição salarial, o que é uma obrigação. Os aposentados não estão nem sendo contemplados com o bendito Prêmio Educar. Eles vivem excluídos, distantes, longe, esquecidos diante de toda uma história de doação, de trabalho e de entrega. Muitos deles, renunciando a infinitas situações na sua vida. E agora, no final de vida, sequer são lembrados pelo atual governo. É uma pena isso! É o descaso das políticas públicas do nosso governo. Infelizmente, vivemos uma situação que nos faz repensar o nosso papel como agentes políticos.

Há pouco tempo, eu colocava - e falo pela experiência que vivi dentro da prefeitura como prefeito do município de Guaraciaba - que o governo do estado deveria, sim, se inspirar na política educacional implementada em nosso governo no nosso município com relação à carreira, a plano de cargos e salários.

Aliás, quando se faz reforma administrativa aqui é para criar cargos ou eliminar cargos. Não se faz para corrigir cargos e salários, e no meu entendimento, a reforma administrativa que não tem esse foco de corrigir as distorções salariais dentro do funcionalismo público é inócua. E percebemos aqui três reformas administrativas que não tiveram esse foco, infelizmente.

Mas quero aqui enaltecer os avanços, que são muitos, do governo do presidente Lula, do PT, dentro do campo da Educação. Vou mencionar aqui que no nosso governo do presidente Lula 15 novas universidades foram implantadas, entre elas dez já implementadas, duas já estão consolidadas - isto é, possuem toda a sua documentação para serem implantadas - e três estão na fase da tramitação. Mas não percebemos esse mesmo avanço da interiorização do ensino público no estado de Santa

Catarina, através da Udesc, pois ela continua também centralizada aqui no litoral. E é papel, sim, do governo do estado levá-la aos estudantes mais distantes, que têm maiores dificuldades de acesso e maiores dificuldades econômicas para poder frequentar o ensino público. Sem falar aqui das 214 novas escolas técnicas em todo este nosso país, oportunizando que as pessoas possam se profissionalizar e qualificar para melhor desempenhar as suas atividades, os seus trabalhos.

Em outros momento quero aqui, sr. presidente, elencar outras políticas que tiveram avanço em nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo esta tribuna para falar sobre infra-estrutura, algo tão importante e tão necessário para se construir um modelo de desenvolvimento sólido, duradouro, de médio e longo prazos. Um país que não constrói infra-estrutura é um país que constrói um vôo de galinha: muito curto prazo em políticas conjunturais. Por isso, é fundamental, na área de energias, o Brasil construir uma estrutura dentro de uma matriz de energias renováveis.

Na área de infra-estrutura de transporte, é necessário integrar este país com rodovias modernizadas, públicas. E além das rodovias, pelo tamanho deste país, é necessário e fundamental construir-se ferrovias.

Eu estive na Europa no mês de fevereiro e lá pude discutir sobre os projetos ferroviários. Os modais de transporte de lá são muito integrados, entre transporte rodoviário de carga com ferrovia. E nas grandes distâncias, não existe transporte de carga através de rodovias, mas, sim, de ferrovias.

Enquanto a Espanha está fazendo oito mil quilômetros de ferrovias, a China está construindo 20 mil quilômetros de ferrovias, o Brasil, ao longo das últimas três, quatro ou cinco décadas, abandonou esse instrumento fundamental de integração do país com outros países, que é o instrumento ferroviário.

A Europa também deu um passo grande, que foi o transporte de cargas e de passageiros. Acho que este é o casamento para nós, da América do Sul, é o casamento para o Mercosul, é o casamento do Brasil: transportar cargas e passageiros. Porque senão ônibus e caminhões inviabilizam o direito de viajar, o direito de passear com os altos custos do transporte de cargas.

Estou falando isso, porque no PPA, diferente dos governos anteriores - e o deputado padre Pedro Baldissera trouxe aqui a experiência neoliberal no país -, Juscelino Kubitschek fez, de um lado, o incremento de um modelo rodoviário do país, mas cometeu um equívoco histórico, sucateando as ferrovias existentes no país. Não investir em ferrovia é cometer um equívoco e é ser irresponsável, do ponto de vista de desenvolvimento do país.

Nos oito anos de FHC, mais crime, mais irresponsabilidade: privatizou os principais trechos da Rede Ferroviária Federal, e as empresas que compraram, várias delas, eram ex-diretores da Rede Ferroviária Federal, como a América Latina Logística, que tem sede em Curitiba e também comprou o percurso Posadas/Buenos Aires. E aí ela faz o quê? Só utiliza as redes ferroviárias onde dá lucro. Por isso que ela abandonou a do interior de Santa Catarina e do Paraná, como outra empresa abandonou a de Bauru/Campo Grande.

Então, não só não se incrementou com as privatizações, como sucatearam aquelas que já estavam e desativaram várias delas no país. Por isso que o debate agora é o estado voltar a atuar nas ferrovias, o governo federal atuar nas ferrovias.

Está no PPA um estudo de novos trechos ferroviários, como aqui em Santa Catarina o trecho da integração leste-oeste está lá contemplado. O nosso nobre relator, deputado federal Cláudio Vignatti, contemplou esse estudo de viabilidade ferroviária. Aqui, no nosso Orçamento, votamos, mas não há recurso financeiro previsto no Orçamento.

Estivemos, durante esse processo, em um encontro, em Chapecó, juntamente com os deputados Dirceu Dresch e Gelson Merísio, com deputados federais, deputados do Paraná e do Mato Grosso do Sul, quando foi construída a Carta de Chapecó, no sentido da possibilidade de integração ferroviária entre Paraná, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina, com a Ferroeste, a estatal do Paraná. A empresa Ferroeste é uma estatal, e o governo do Paraná tem disposição para isso. E na última terça-feira, essa frente parlamentar, aqui representada na Assembléia Legislativa por este deputado, contou com a presença também do deputado Celso Maldaner, que representou a bancada federal, e com a presença ainda de deputados estaduais e federais do Paraná e do Mato Grosso do Sul.

Reunimo-nos com o governador Roberto Requião, que reafirmou publicamente que é fundamental o apoio dos parlamentares dos três estados, das Assembléias Legislativas e do Congresso Nacional, para viabilizar uma relação com o governo federal, para incluir no PAC essa ferrovia de integração do litoral com o oeste de Santa Catarina e também do oeste de Santa Catarina com o Paraná e com o Mato Grosso do Sul, porque, deputado Flavio Ragagnin, de lá saem de quatro a cinco milhões de toneladas de grãos, de farelo de soja e de milho para as nossas agroindústrias.

Srs. deputados, do estado do Paraná pode vir o combustível e o calcário, via trem, mais barato, e do oeste de Santa Catarina pode ser exportado, de forma mais barata, para os portos do Paraná, de Santa Catarina ou para a Argentina e Ásia.

Então, é nesse contexto - e darei em seguida um aparte aos deputados Sargento Amauri Soares e Dirceu Dresch - que temos que, efetivamente, pensar longe, pensar a médio e longo prazo em integrar a América Latina com ferrovias, para o transporte de cargas e de passageiros.

E nesta luta agora, no dia 17, estaremos aqui, com o governador Luiz Henrique da Silveira, às 15h, e todos os deputados estão convidados a participar dessa audiência. Em seguida estaremos com o governador André Puccinelli, do Mato Grosso do Sul, e a sra. Dilma Rousseff, ministra da Casa Civil, para que ela possa, juntamente com o BNDS, patrocinar os estudos e a viabilidade desses trechos e desses ramais, como também viabilizar no PAC a introdução desses novos projetos ferroviários para o oeste de Santa Catarina, para o Paraná e para Mato Grosso do Sul.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Concedo um aparte ao deputado Sargento Amauri Soares e imediatamente em seguida ao deputado Dirceu Dresch.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Deputado Pedro Uczai, não quero tomar o seu tempo, pois esse debate é comprido, assim como o debate das energias renováveis, no qual estamos juntos na perspectiva de que o poder público tome a iniciativa e chame os pequenos agricultores e a sociedade para o debate. Não é possível esperar que os monopólios tomem a iniciativa de usar o poder público para se beneficiar, às vezes, até em detrimento do conjunto da sociedade.

Mas quero, neste aparte, parabenizar v.exa. e os demais parlamentares que têm participado desse processo de discutir a ferrovia do oeste, a Ferroeste. Estamos com v.exas., estamos juntos. Quero dizer que fiquei muito contente em ver essa notícia aqui, na nossa imprensa, sobre a participação de v.exas. na reunião com o governador Roberto Requião, para discutir esse assunto.

Estamos e estaremos juntos para fortalecer essa tese e pensar nas questões estratégicas da sociedade, a longo prazo, para que não tenhamos que ficar sempre correndo atrás do prejuízo, como é comum vermos depois que estoura o sistema é que se pensa como progredir.

Parabéns a v.exa. e estamos juntos nessa batalha.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero cumprimentar v.exa. e dizer que não pude estar em Curitiba, não foi possível, mas, com certeza, v.exa. e o deputado Celso Maldaner nos representaram muito bem. E recebi uma ligação da deputada estadual Luciana Rafagnin, do Paraná, que vem contribuindo e debatendo essa questão das ferrovias no estado.

Quero falar sobre a alegria de poder retomar essa discussão, de ter participado em Chapecó e estar convencido de que esse é um dos caminhos para diminuir o nosso custo, tanto para os nossos portos, pois agora vamos ter a ligação dos portos, quanto para os outros estados.

Parabéns por essa caminhada, e estaremos juntos, com certeza, acompanhando essa luta.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - E a deputada Luciana Rafagnin, do Paraná, não só deixou um abraço para v.exa. mas também falou da importância dos setores da agricultura e da agricultura familiar participarem desse projeto estratégico de integração dos países do Mercosul.

Então, por isso, quero destacar, neste momento, que vamos participar dessa luta e construir junto com v.exas. essa frente parlamentar para viabilizar o projeto estratégico, além de discussões muito pequenas que, às vezes, o Parlamento...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos, hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na manhã de hoje, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, gostaria de poder concluir o meu pronunciamento de ontem, tratando da questão da BR-101, colocando questões importantes, fundamentais, para a região do sul de Santa Catarina.

A BR-101 foi uma luta de muitos anos, coordenada por este deputado, com a participação das associações comerciais e dos CDLs, de vereadores e de prefeitos de toda a região sul, assim como de parlamentares, que também ajudaram e contribuíram para que hoje pudesse estar vivendo pelo menos a esperança, a perspectiva de melhores momentos para a nossa região.

Depois de uma luta muito grande travada, tivemos que tomar algumas medidas antipáticas, como o fechamento da BR-101, e muitas delas com a Federação e Associações dos Aposentados de Santa Catarina, que foi peça fundamental em todo o nosso movimento. Fechamos com barreiras por duas vezes, três vezes, com a Federação dos Aposentados, e com as associações fechamos por várias vezes. Essas medidas são antipáticas, pois, às vezes, prejudicam algumas pessoas que não têm nada a ver com o pleito que estamos empreendendo para buscar aquilo que é o nosso desejo, no caso, a tranquilidade do usuário da BR-101 de todo sul do Brasil, mas, principalmente, da nossa região, que é a que mais perde vidas em Santa Catarina.

Após todos esses desdobramentos foi feita a Carta de Tubarão. Para isso criamos uma comissão permanente de acompanhamento, de início, meio e fim. Entregamos a carta a s.exa., o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lá em Navegantes. O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique da Silveira, leu a carta e achou que deveríamos repensar antes de entregá-la, porque achou seu conteúdo pesado. E ela tinha o apoio de todos os segmentos da sociedade, como das associações, das igrejas evangélicas, da igreja católica, das associações comerciais e industriais, da associação das mulheres de Tubarão, da Federação dos Aposentados, do Ministério Público, do

Poder Judiciário, enfim, todos estavam dando total apoio àquele nosso movimento, porque não dava mais para agüentar a questão da BR-101. Ele recebeu a carta e inclusive parou o seu pronunciamento quando a recebeu, para assumir o compromisso de que iniciaria a obra até o final do ano, que não precisávamos fechar a BR-101, pois estava na carta que fecharíamos a BR-101 por tempo indeterminado e que só o Exército a abriria, pois naquele momento contávamos com o apoio de toda a sociedade e ninguém iria abri-la. Era a forma de fazer pressão, de buscar aquilo que era o desejo de todos.

Resultado! No final do ano foi entregue a ordem de serviço, a obra iniciou, e ainda estamos trabalhando alguns pontos pequenos, sim, mas já temos a duplicação. Em alguns pontos estão trabalhando, outros estão atrasados, porque ainda existem três gargalos para os quais não tem o projeto de engenharia, que é a questão do Morro dos Cavalos, da ponte da Cabeçuda e do Morro do Formigão. São os gargalos que vão ficar pendentes. Mas de um modo geral a obra está acontecendo.

Então, temos que registrar essa luta incansável e a participação de toda a sociedade para que tivéssemos buscado esse pleito fundamental e importante para a região. Trata-se do desenvolvimento da nossa região, mas, acima de tudo das vidas decepadas. E a cada instante isso continua, porque enquanto não for concluída, os problemas serão cada vez mais graves, porque os retornos mudam a cada instante. Isso é muito difícil, mas o importante é que temos esperança e perspectiva de dias melhores, de uma luz acesa na região sul de Santa Catarina.

Então, não poderia deixar de registrar que ela está sendo feita, mas a região de Palhoça atrasou. E, junto com os vereadores, fizemos um movimento muito grande. Ela iniciou e já está a todo vapor. Na região de Araranguá, a empresa que assumiu abandonou, a outra não quis e a terceira sumiu.

Então, no geral temos que agradecer, sim, a ação do presidente da República, que não mediu esforços para que realizássemos a questão da duplicação da BR-101, pois sem financiamento seria meramente impossível. E não tem financiamento, mas estamos tocando a obra e estamos felizes, porque em nome do povo conquistamos aquela obra tão importante.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não! Ouço v.exa. que tem sido um deputado atuante nessas questões. Somos contra o pedágio, mas vão implantá-lo. Mas pelo menos a obra está acontecendo, temos que reconhecer.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Quero dizer que nessas questões de infra-estrutura das rodovias, estamos totalmente de acordo com o que diz v.exa. Mas é uma pena que quando conseguimos que se duplique uma rodovia, o sistema já está tão esgotado que acaba causando transtornos para todo mundo, como está acontecendo agora com a ponte no rio Itajaí-Açu.

Quero dizer que não se justifica a cobrança de pedágio pela duplicação da BR-101 sul, porque o pedágio vai ser colocado na BR-101 norte, que já está duplicada. Inclusive, a reforma da ponte velha, a construção da passarela, lá em cima do rio Itajaí-Açu está sendo feita pelo Poder Público e será entregue para quatro postos de pedágio, para a iniciativa privada.

Mas falei aqui, desta tribuna - e v.exa. também tocou neste assunto -, sobre a questão do pedágio. E no dia 26 de março, no jornal o *Diário Catarinense*, na página 16, na coluna de economia, dizia o seguinte: "Concessão de rodovias é o negócio mais rentável". Então, essa matéria do *Diário Catarinense* coloca o pedágio como uma atividade econômica, dizendo ser realmente muito lucrativa e que dá mais lucro do que banco. Tem até uma foto aqui nessa página de um cidadão passando de carro e entregando uma nota de R\$ 5,00 e mais uma moedinha para uma pessoa que estica a mão para fora de sua arapuca. Mas é rentável mesmo, porque monta uma arapuca lá na beira da estrada e todo mundo que passa deixa um dinheiro lá.

Então, não tem jeito, isso dá mais dinheiro do que roubar. Assim, é preciso que o estado, o Poder Público, assumam a infra-estrutura e não coloque esse ônus nos ombros da sociedade, para que pague um novo imposto, pois já pagou isso lá no passado, recurso que era para ter sido usado na rodovia e que não foi usado.

Parabenizo v.exa. pelo seu pronunciamento! Estamos plenamente de acordo na questão do sistema rodoviário e que a luta contra o pedágio precisa continuar. É preciso que ela continue, e que os Partidos Políticos, os parlamentares, as forças vivas da sociedade, continuem travando essa luta, para que não sejamos abarrotados por mais esse castigo no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Quero cumprimentá-lo também por reconhecer que nesses 25 anos de vida pública tenho lutado muito contra o pedágio. Eu não admito pedágio com o dinheiro público! Quer dizer, querem fazer obras com o dinheiro público, com o dinheiro da sociedade e depois colocar pedágios para alguém se beneficiar?! Agora, quando fizerem com o dinheiro privado, evidentemente, aí teremos que admitir a cobrança do pedágio. Enquanto isso, vou continuar com a minha tese, ou seja, contra o pedágio. Os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná estão minados de praças de pedágio. E nós, graças a Deus, estamos livres dessa coisa, de assacar o dinheiro da população.

Mas, deixo o restante do tempo do nosso partido para o eminente deputado Edison Andrino. V.Exa. só perdeu 30 segundos comigo, deputado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, quero agradecer o tempo que me foi cedido pelo deputado Romildo Titon.

Sr. presidente, eu abordaria outro assunto nesta Casa, mas gostaria de dar continuidade aos temas levantados aqui pelos deputados Pedro Baldissera e Pedro Uczai.

Na realidade, a questão do transporte de massa no Brasil é um problema muito sério, que se agravou durante a ditadura militar. Quem não se lembra do famoso milagre brasileiro durante a ditadura, mais precisamente do governo Médici, quando os recursos internacionais entravam fáceis neste país? Os financiamentos internacionais vinham de uma maneira agressiva para o Brasil, mas a aplicação desses recursos geralmente era condicionada ao seu uso em rodovias e usinas nucleares. Quem não se lembra da famosa Transamazônica e da Ferrovia do Aço, obras que até hoje carecem de acabamento?!

Vejam v.exas. que isso era condicionado, porque o dinheiro vinha, mas ao mesmo tempo os recursos voltavam para o sistema financeiro internacional e para as grandes multinacionais. Quem vendia os tratores, o petróleo, asfalto e os automóveis, senão as grandes multinacionais, as fábricas de veículos? Por isso, o nosso país precisa urgentemente começar a investir em transporte ferroviário.

Na primeira vez em que fui para Brasília, em 1990, fui com essa proposta, além da questão do planejamento familiar, tinha como meta principal a luta para que este país priorizasse o transporte ferroviário e não o transporte rodoviário. Infelizmente, para esses governos todos sempre foi prioridade a questão do transporte rodoviário.

E vejam v.exas. que a questão das nossas rodovias está cada vez pior, eis que agora vão ser privatizadas. Até acho que devem ser privatizadas mesmo! No início sempre fui contra, mas hoje acho que não tem mais solução. Basta vermos aí a questão da falta de segurança nas estradas e os problemas sérios por que passam as nossas rodovias.

Outro aspecto importante é a questão do transporte marítimo. Não é possível que um país banhado pelo Oceano Atlântico, desde o Amazonas até o Rio Grande do Sul, não use também um sistema natural, que é o Oceano Atlântico, que é o nosso mar. Por quê? Porque os nossos portos estão literalmente sucateados. Mas agora, com esse plano do PAC, parece-me que o governo resolveu priorizar. Na minha maneira de ver, já tardiamente, espero que vá adiante com a modernização e a reconstrução dos portos brasileiros e das nossas rodovias.

Vejam v.exas. que quem produz o ferro, o aço, somos nós do Brasil. Então, vamos jogar essa matéria-prima nas ferrovias. Na época, inclusive, há muitos anos, tínhamos o carvão aqui que podia ser usado nas nossas ferrovias, e o governo simplesmente nada fez. E nós nunca podemos esquecer que dominados pelo sistema financeiro internacional eram eles que escolhiam as prioridades deste país, e até hoje pagamos um preço por isso.

Temos também um problema sério com relação ao transporte coletivo do nosso país. E aí acho que o PAC pecou. Eu não vejo nenhum projeto ou pelo menos nenhum caminho, nenhuma diretriz, desse plano do governo federal em relação ao transporte coletivo do Brasil. Este, sim, é um barril de pólvora, que pode explodir de um momento para outro. Basta vermos uma cidade como Florianópolis, de pequeno ou médio porte, e o que temos passado nos últimos anos no que diz respeito ao transporte coletivo.

A cidade de São Paulo não sabe qual é a solução para o seu transporte, pois está literalmente parada com respeito ao transporte coletivo. E Florianópolis não vai ser diferente de São Paulo. A Florianópolis de hoje vai ser São Paulo de amanhã. Entram 1.600 veículos por mês em Florianópolis! É uma cidade com uma topografia complicada, com um sistema viário difícil e com um péssimo transporte coletivo.

O governador está buscando parceria com o governo federal, insistindo para que o prefeito municipal invista em metrô de superfície. É uma alternativa, como é o transporte marítimo. Inclusive, eu já trouxe esse assunto aqui, na Casa: por que as nossas baías, as baías norte e sul, que ligam o continente à ilha de Santa Catarina, não são aproveitadas?

O empresário tem que se conscientizar que o sistema de ônibus está literalmente ultrapassado e tem que buscar uma alternativa. Agora, o governo federal também tem que ser parceiro das cidades brasileiras, no sentido de buscar uma alternativa para o transporte coletivo. A solução não está somente nas prefeituras.

Em Santa Catarina, temos algumas cidades de porte médio, ou maiores, que logo terão problemas com o transporte. É o caso de Criciúma, deputado Décio Góes, ex-prefeito dessa cidade. Os problemas de Blumenau, de Joinville, de Chapecó...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, funcionários da Casa, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL, companheiros de luta do funcionalismo público estadual, neste momento, quero registrar o ato importante que aconteceu no último final de semana, no domingo, em Coronel Martins, onde foi inaugurada a nova prefeitura municipal, um investimento importante do nosso governo, do companheiro Ademir Madella, do PT, e também a inauguração do acesso asfáltico. Mas sobre esse assunto irei falar em outro momento.

Quero deixar muito claro que em Santa Catarina os municípios estão acompanhando o desenvolvimento, recebendo, todos eles, acesso asfáltico. Que bom que o governo do estado decidiu priorizar essa política, que bom que temos um governo federal que resolveu, junto com o Congresso Nacional, numa decisão política do presidente Lula, repassar para os estados e municípios uma parcela importante dos recursos dos impostos que a população brasileira paga nos combustíveis, que são os recursos da Cide.

Essa obra custou R\$ 2,7 milhões, segundo o que foi divulgado na imprensa da secretaria da Fazenda, sendo que o recurso investido pela Cide foi de mais ou menos R\$ 1,85 milhão. Então, essa obra que é importante para o município está sendo construída com investimentos do governo federal e com a participação também do governo do estado. Enfim, é fundamental que os municípios tenham esse acesso, como também a assinatura do convênio para asfaltar a rua principal do município de Coronel Martins, que não tem nenhuma rua asfaltada.

Srs. deputados, eu não poderia deixar de falar também, como vários colegas aqui já falaram, no horário do Partido dos Trabalhadores, sobre esse importante momento da política brasileira que estamos vivendo.

O deputado Pedro Baldissera falou aqui a respeito de várias políticas; o deputado Pedro Uczai falou aqui sobre as várias ferrovias, sobre a volta de investimentos nas ferrovias; o deputado Pedro Baldissera falou sobre a volta de investimentos públicos nas nossas universidades, sobre a criação das universidades públicas; e eu não poderia deixar de registrar aqui hoje a minha insatisfação com a forma com que a Oposição, em nível nacional, vem tratando a questão da disputa política. Primeiro, não há condições de se fazer um comparativo dos governos passados com este governo, em termos de investimentos, da disparidade que existe em termos de política pública de investimentos em nosso país. Não há condições de se fazer um comparativo no crescimento econômico do Brasil.

Quero levantar essa questão lamentável de que ainda temos países, principalmente da África, que vêm adotando a política da cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional, que no Brasil hoje não dita mais as regras. Por isso, o nosso país está tomando outros rumos de investimento em política social, e para os neoliberais, para o FMI, a aplicação em política social, em comida para pobre, em escola para pobre, é considerado um gasto. Mas para nós é investimento, deputado Pedro Uczai. Essa é a grande novidade.

Cresci e desenvolvi-me na política dizendo: Fora FMI! Por quê? Porque tínhamos claro sobre essa política equivocada para os trabalhadores brasileiros, para a população pobre.

O deputado Edison Andrino falava aqui que se alguém deve para uma pessoa, tem uma dívida extraordinária com ela, tem que obedecer às normas estabelecidas por essa pessoa. Porque ela te dá dinheiro, mas te oferece, em contrapartida, a cartilha para ser obedecida. Países da África continuam com essa política e a cada dia ficam mais pobres.

O Brasil rompeu com essa estratégia de desenvolvimento e começa a desenhar outro rumo para a sua política. É uma das grandes novidades é o desenvolvimento interno no Brasil. E sempre chamávamos a atenção para o fato de que o nosso país tinha um grande mercado adormecido que poderia ser reaberto. E a política de valorização do salário mínimo é uma dessas grandes políticas. O poder aquisitivo da população pobre está crescendo, tendo ocorrido um aumento de 12% nas vendas dos supermercados, no mês de fevereiro, para compensar as do ano passado. O povo está comprando comida. Essa é a grande novidade em nosso país.

Muitos empresários, inclusive, que só olhavam para os Estados Unidos, para a exportação de produtos e não olhavam para o mercado interno, estão-se dando mal nessa política, porque o Brasil está mudando e investindo num grande mercado interno.

Então, o que eu quero registrar aqui é que de fato, infelizmente, temos muitos países pobres que hoje ainda são dominados com a mão, com a unha do FMI e não têm perspectiva para a construção de uma nova política. Ou há um rompimento ou não há uma nova perspectiva de crescimento e de distribuição de renda nesses países.

Eu quero também registrar aqui a nossa preocupação em relação ao estado de Santa Catarina. O Brasil vive um bom momento, o nosso estado tem trazido novas empresas para serem instaladas aqui e tem aumentado também a geração de emprego. Agora, temos um problema, deputado Manoel Mota: o estado precisa aproveitar melhor este grande momento que o país vive, discutir melhor a nossa infra-estrutura, a nossa estruturação, para de fato crescer.

Precisamos contratar novos funcionários públicos; estamos com várias empresas públicas aqui; com pessoas de idade média para cima; precisamos trazer gente nova para todas as empresas de Santa Catarina; temos feito concurso na Polícia Militar; enfim, temos melhorado tudo, mas ainda estamos com o mesmo número de pessoas trabalhando como tínhamos, por exemplo, em 96, em 97. Então, há necessidade de investimento do estado na política pública. Essa é uma questão central.

Outro setor importante de investimento é a área da Educação. Enquanto o governo federal vem abrindo novas universidades, inclusive vamos ter a nossa universidade pública federal aqui, entendemos que o estado precisaria abrir mais campus de universidades federais. Nós temos só três em nosso estado. Precisamos ter uma universidade pública em Santa Catarina lá no oeste do estado. Isso é importante para o desenvolvimento do nosso estado. Precisamos contratar novos profissionais na área da medicina, deputado Décio Góes.

Tivemos, há poucos dias, a informação de que está havendo um problema sério com os trabalhadores do serviço público estadual, no Hospital São José, e isso tem a ver com as condições de trabalho, porque as pessoas não recebem um bom salário; a iniciativa privada, hoje, é mais atraente. Então, o estado precisa pagar bem os seus funcionários.

Precisamos ter investimentos na nossa agricultura familiar. Oitenta por cento dos nossos municípios possuem menos de 20 mil habitantes. Portanto, temos que olhar para esses municípios, e olhar para eles é olhar para a agricultura familiar. Santa Catarina é um estado que tem, na forma de organização da sua produção agrícola, as pequenas propriedades. É preciso, então, um investimento grande nisso.

Eu dizia aqui, na semana passada, que temos feito investimentos fundamentais no controle sanitário, na construção de cisternas, mas o governo do estado tem feito um investimento pequeno, então, é preciso ampliá-lo. Por isso que ele precisa, com certeza, aproveitar esse bom momento que o país vive para avançar no investimento público. Precisamos também avançar nessas políticas de investimento do Orçamento do estado. E ficamos assustados quando veio para esta Casa a proposta de Orçamento para os próximos quatro anos, em que o investimento para a agricultura familiar é extremamente pequeno. Desta forma, o estado não terá condições de se desenvolver.

Então, queremos chamar a atenção da bancada do Partido dos Trabalhadores quanto a essa perspectiva de ir ao rumo da nossa política nacional, do nosso desenvolvimento nacional, do fortalecimento do estado e do fortalecimento do investimento em infra-estrutura, para que possamos oferecer uma qualidade de vida melhor para a nossa população.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero, com muita honra, deixar registrada a presença, nesta Casa, do prefeito municipal José Mota Alexandre, com os seus secretários, que vem desempenhando um grande trabalho no município de Jacinto Machado.

Então, para nós é uma satisfação e uma alegria tê-lo aqui presente.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Seja muito bem-vindo, prefeito Motinha e sua comitiva.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero saudar todos os ouvintes da Rádio Alesc Digital, os telespectadores da TVAL, a comitiva da secretaria Regional de Taió, os presidentes do PSDB de Taió, Raul Eble, de Salete, João Tadeu Correa, de Rio do Campo, Edinho Meurer, e de Santa Terezinha, Ivan Wiczorkiewicz, que neste momento estão cumprindo, assim como os presidentes de outros partidos, a sua tarefa, digamos, social neste ano de eleição, preparando os seus partidos, como nós, do PSDB, preparamos o nosso, para terem candidatos a prefeitos e a vice em mais de 170 municípios de Santa Catarina.

Esperamos ter um bom resultado, com mais de 60, 70 prefeitos, se Deus quiser, e com 60, 70 vereadores. Seguramente o partido cresce e estará sempre bem capilarizado por todo o estado. Isso se deve, sem dúvida alguma, ao empenho do nosso presidente Leonel Pavan, vice-governador do estado, à colaboração do presidente de honra, Dalírio Beber, que, juntamente com os presidentes das cidades, com os coordenadores regionais, estimulam todos os nossos filiados, simpatizantes e, principalmente, aqueles que agora encaminham as suas eleições para vereador, vice-prefeito e prefeito.

Então, saudamos aqui essa comitiva, mas em nome deles saudamos também todos os presidentes, todos os membros das executivas municipais que, com o seu trabalho, empenho e cumprindo, como eu disse, a sua tarefa social preparam o partido para as eleições de outubro, preocupação esta que deve ser de toda a sociedade, até porque se as coisas não estão melhores é porque nós mesmos não fazemos. Ninguém fará por nós aquilo que devemos fazer. E os primeiros que têm de fazer alguma coisa são as pessoas da cidade. Nós, da nossa cidade, somos os primeiros responsáveis.

Naturalmente que nós, deputados, o vice-governador, o presidente estadual, temos a obrigação de cumprir a tarefa de levar o entusiasmo, de ajudar na organização, mas quem deve de fato fazer são exatamente os presidentes.

Quero também, sr. presidente e srs. deputados, destacar hoje um trabalho realizado por um grupo de urologistas, especificamente de Florianópolis, coordenados pelo dr. Ari Rocha, que já foi diretor do Hospital Florianópolis, e pelo dr. José Fernando Rodrigues. Nessa reunião de urologistas que ocorreu semana passada estavam presentes também, além dos drs. Ari Rocha e José Fernando, o dr. Marcelo Mesquita, o dr. Luiz Carlos Veppo, o dr. Rodolfo Dietrich, o dr. Alberto Ambrozini e o dr. José Orlando Farias, juntamente com o dr. Lester, da secretaria da Saúde, e essa reunião tinha a finalidade de encontrar uma alternativa para os atendimentos nos hospitais.

Hoje, no Hospital Florianópolis, por exemplo - e eu contatava, recentemente, com um anestesista de lá, o dr. Breno -, existem três salas de cirurgia, equipe médica, equipe cirúrgica, enfim, existe a vontade dos médicos de operar, mas falta um carrinho de anestesia. É como se imaginássemos alguém comprar um carro completo, inclusive com motorista, mas faltando uma roda. Quer dizer, não dá para operar com esse carro sem essa roda.

Eu percebi, pelo dr. Lester e pelo dr. Dado Cherem, que existe vontade para comprar esse carrinho, pois seria desembolsado um gasto muito pequeno. E é um pedido velho, pois há mais de um ano que o hospital pede um carrinho a mais de anestesia.

Srs. deputados, existem três salas de cirurgia, três equipamentos para fazer a anestesia e monitorar o paciente durante o procedimento cirúrgico e anestésico, mas é preciso também esse carrinho. Existe tudo: a vontade da equipe, os cirurgiões para operar, a equipe de enfermagem, a vaga no hospital, só falta esse carrinho! Mas há uma burocracia muito grande para fazer a compra desse equipamento, pois estão tentando comprá-lo há mais de um ano! Então, há vontade para comprar.

As vezes chegamos a pensar que de fato temos de intervir em algum procedimento operacional para conseguirmos vencer alguns empecilhos burocráticos que acabam emperrando, atrasando a vontade de tanta gente, pois para o povo não acontece o procedimento por causa de tudo isso. Dá-nos a impressão muitas vezes de que é má vontade de quem está em torno daquela equipe.

Então, quero aqui manifestar o meu apreço, a minha consideração pelo dr. Lester, pelo secretário, por essa equipe de urologia. Mas não é somente essa equipe de urologia, há também a equipe de cirurgia geral, a equipe de ortopedia e outras, que também têm o mesmo sentimento de querer resolver essa situação. E agora vi uma grande luz. Ontem ainda, em uma reunião com o dr. Lester e essa equipe de urologia, escoltados por diretores do hospital Florianópolis, encaminhou-se eleger no hospital Florianópolis o centro de referência por excelência no continente. O Hospital Regional de São José e o Hospital Florianópolis hoje têm serviço de urologia, mas espalhado. Passariamos então, a partir de agora, em pouco tempo, a fazer a maior parte dos procedimentos cirúrgicos complexos, como retirar cálculo renal, retirar rins por vídeo ou por cirurgia percutânea, no Hospital Florianópolis. E as equipes do Hospital Regional, bem como alguns servidores do Hospital Celso Ramos, passariam a fazer esse procedimento no Hospital Florianópolis. Isso depende da compra de um material de videocirurgia e do material de endoscopia.

Videocirurgias são aqueles procedimentos em que a equipe cirúrgica faz três, quatro furinhos na barriga e tira algum órgão, por exemplo, o útero, no caso de uma cirurgia ginecológica, o rim numa cirurgia urológica, enfim, em diversas outras cirurgias faz-se a cirurgia através da pele, com alguns furinhos. E a endoscopia são aquelas feitas por canais naturais, como por exemplo as cirurgias feitas pelo esôfago, pelo canal anal ou executadas através da uretra. Isso depende da compra de alguns materiais, e o Dr. Lester, isso é o que queria destacar, encontrou outra forma de se fazer a licitação do aluguel, da locação, e o estado não precisaria comprar esses equipamentos.

Quero pedir aqui o apoio especial desta Casa, das lideranças dos diversos partidos, para dar apoio ao secretário, ao dr. Lester e a muitas pessoas de boa-vontade da secretaria da Saúde, para encaminharmos logo a licitação de locação de equipamentos. Não é compra. Com esses equipamentos locados passariamos, em pouco tempo, a fazer uma porção de cirurgias por vídeo ou endoscópias, nos nossos hospitais públicos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grando, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, um documento assinado pelo ministro José Gomes Temporão, datado de 28 de agosto, informa que 'o sistema público de saúde nos estados e municípios está preparado para atender as demandas decorrentes de uma situação de aumento do número de casos da dengue'. A informação consta de ofício enviado por Temporão ao líder do PPS na Câmara, deputado Fernando Coruja(SC)." [sic] Mas o que vimos ontem na televisão foi que todos os lugares estavam lotados, e as pessoas que chegavam não podiam ser atendidas no Rio de Janeiro. E estamos vendo outros casos, até de falecimento, em muitos lugares do Brasil. Mas está havendo solidariedade. Já chega a 12 o número de estados que querem enviar médicos para ajudar a combater a dengue. E vimos, inclusive, todos os postos de saúde do Rio de Janeiro abrirem neste final de semana.

Está acontecendo em todo o Brasil o que estava previsto. Não é a primeira vez que temos a crônica de uma morte anunciada, porque já se estava prevendo esse caos, mas a preocupação parece ser maior no *marketing* do que verdadeiramente o problema ser solucionado.

Vejam bem que o nosso líder, que é médico, deputado Fernando Coruja, preocupado, já estava cobrando isso em agosto de 2007.

(Passa a ler.)

"Coruja havia questionado o ministro se o sistema nacional estaria preparado para atender às demandas das regiões afetadas. O ministro respondeu que sim. E acrescentou: 'O ministério está monitorando os municípios que apresentam maior risco de surtos de dengue de maneira a detectar precocemente sinais de intensificação de transmissão...' [sic]

Realmente, estamos vivendo uma verdadeira epidemia, uma verdadeira calamidade pública, que poderá chegar a vários lugares do Brasil. E falo isso porque estamos constantemente nos referindo ao aquecimento global, estamos vendo que a temperatura alterada, e o mês de março foi o mais quente dos últimos tempos, o mês de abril também ainda está muito quente. E aí há a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue.

A dengue poderá chegar, sem sombra de dúvida, se não tivermos a profilaxia, o combate, em Santa Catarina. E aí, meus amigos, a parte urbana poderá sofrer muito com essas conseqüências.

Mas, sr. presidente, no horário partidário, como sempre temos feito, levantamos questões de nível nacional, e o posicionamento do partido, principalmente, do nosso líder catarinense, Fernando Coruja, que é médico, é por essa luta, pois está preocupado com a saúde pública no país.

Outro assunto que me preocupa - sei que há muitos petistas, deputados da situação - é a questão do veto do presidente que derruba o artigo que impunha a fiscalização do Tribunal de Contas da União em centrais, federações e confederações.

Notem que se trata de um acordo que já havia sido feito no Congresso sobre a questão do imposto sindical. Na opinião da Oposição, a fiscalização do dinheiro público já é obrigatória, por isso as centrais que recebem contribuições de um dia do salário dos trabalhadores terão que prestar contas ao TCU, não importa se o trabalhador esteja filiado a um sindicato, a uma federação ou não. Mas o importante disso é que também os patronais, a Confederação Nacional das Instituições Financeiras e a Confederação Nacional do Comércio também são beneficiadas para não prestar contas ao Tribunal de Contas da União. Então não é só relacionado à questão das centrais...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra, por indicação do líder, o deputado Flávio Ragagnin por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses, queremos salientar a visita que fizemos, no último final de semana, ao município de Itá, na Festa do Dourado. E quero agradecer a acolhida simpática do prefeito Jacson Luiz Sartoretto, do Egídio, nosso candidato a prefeito, e de toda a comunidade do município de Itá.

Eu ouvia atentamente o deputado Pedro Uczai referir-se à Ferrovia da Integração. Dentro dessa perspectiva, queremos salientar o nosso apoio. E aí fluem muitas questões que temos que acompanhar e verificar sobre as ferrovias. Primeiro, a saída, o transporte de toda a nossa produção agrícola das agroindústrias, mais especificamente de frangos e suínos que são exportados pela região. Naturalmente esse transporte seria mais barato e com muito menos risco. E observamos o quê? Já estamos pedindo a terceira pista do asfalto Seara/Chapecó. Por quê? Pelo grande tráfego de caminhões que lá existe e pela topografia extremamente acidentada. Estamos pedindo a terceira pista da rodovia Seara/Concórdia pelo mesmo problema, e estamos também pedindo o anel viário de Seara. A ligação asfáltica do Rio Grande do Sul ao Paraná é feita pela SC-466, Itá/Seara/Xavantina/Xanxerê.

Esta é a menor distância, deputado Reno Caramori, para se chegar ao Rio Grande do Sul. Do Paraná ao Rio Grande do Sul, a menor distância é atravessar Santa Catarina. O que ocorre? Ocorre que há pouco tempo foi inaugurada e concluída a estrada Seara/Caraíba/Itá, SC-466. Acontece que essa rodovia não tem o seu desvio no município de Seara, passa por dentro da cidade. Então, por lei - e é uma questão de justiça que se faça -, é urgente que se implante esse anel viário fora do perímetro urbano do município de Seara, ligando essa rodovia.

Muito bem! Hoje é dia 3 de abril, comemora-se os 54 anos do município de Seara, e lá todo mundo sabe, toda região sabe, a imprensa toda já divulgou, o governo sabe, os governos sabem - o anterior, o atual sabem -, que a Três de Abril é a rodovia ou a rua da morte, onde desemboca todo o trânsito do Paraná e do extremo oeste de Santa Catarina que vai para o Rio Grande do Sul, que passa por Concórdia e vai até a SC-163, ou passa pela rodovia da morte, que já causou vários acidentes em Seara, porque o declive é muito grande. Não existe, deputado Reno Caramori, caminhão que consiga, com um pouco de dificuldade no freio, descer aquela rodovia. Já perdemos diversos searaenses; diversas pessoas já perderam a vida em acidentes que lá ocorreram.

Assim, pegando a idéia da Ferrovia do Frango, ou Ferrovia da Integração, desafogaria o excesso de caminhões do nosso oeste, das nossas agroindústrias, e favoreceria, também, o equilíbrio do transporte de cargas por caminhões e carretas para esse nosso trânsito.

Agora, se ampliarmos o transporte, vai ser o caos! Não vamos ter condição de conduzir todos os caminhões por dentro da cidade de Seara. E mais, a Seara Alimentos, por exemplo, através da Cargil, vai ampliar de 150 mil, para 300 mil frangos por dia e seis mil suínos por dia. Os senhores imaginem quantos veículos, quantos caminhões e carretas vão passar por aquela região.

Então, é necessário que isso seja levado em conta. Estou falando uma coisa para a qual existe solução. Sempre comentei que não vou aqui falar nenhuma bobagem ou levantar algum problema que não tenha solução. E aqui, nesse caso, a solução é o anel viário. São, deputado Reno Caramori, de três mil a três mil e quinhentos metros de trecho, e já existe um pré-projeto em andamento.

Acho que esses acessos aos municípios do oeste de Santa Catarina são necessários para o desenvolvimento, mas existem questões prementes e urgentes, como a do anel viário em Seara.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Flavio Ragagnin, v.exa. conhece palmo o seu município, a sua região. Nós, que fazemos parte da atividade de transportes, temos o grande dissabor, muitas vezes, de ter que circular com caminhões, com carretas e com ônibus de grande porte pelo perímetro urbano. Essa é a pior coisa que existe.

Antigamente, para beneficiar um município, a comunidade considerava que o asfalto, passando por dentro da cidade, iria favorecer, pois teriam avenidas e assim por diante. Mas hoje o problema é sério, não há condições. Os caminhões aumentaram significativamente em tamanho, o volume de carga é muito maior, e normalmente dentro da cidade o asfalto é em cima de calçamento, ou com uma estrutura mínima, e não há condições.

V.Exa. tem toda razão, eu conheço aquela região. Acho que realmente temos que sensibilizar os nossos governos, quer seja municipal, estadual ou federal, para que encontremos a solução que v.exa. propõe.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO FLÁVIO RAGAGNIN - Obrigado, deputado Reno Caramori.

Essa é mais uma questão de segurança, não é tanto para o escoamento da produção, mas também para a segurança dos transeuntes. Não é possível que em Seara, que é um município com 20 mil habitantes, o trânsito não possa fluir devido a esse problema de cargas.

Também quero salientar um pronunciamento do deputado Dirceu Dresch, que comentou sobre o ensino público gratuito na região oeste.

Está feita a proposta, está levantada a questão, a proposta da estadualização da UNC de Concórdia, que seria encampada pela Udesc.

Deputado Reno Caramori, foram 3.200 alunos em 2007 e 2.000 alunos em 2008. A exclusão está sendo muito grande devido ao alto custo esses jovens podem estudar.

Acho que essa é uma solução que vamos apresentar, já apresentamos a proposta inclusive e gostaríamos que esse assunto fosse estudado com muito carinho, porque é importante para o futuro das nossas gerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Fim do horário reservado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta presidência comunica que serão enviadas aos destinatários as indicações ns. 0094/2008, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, 0095 e 0096/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

O Sr. deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, ontem era visível o quórum reduzido, e eu pedi verificação de quórum.

Nunca negamos informação, nesta Casa, em cinco anos. Eu não fui entendido, houve muitas críticas, e eu disse ontem que não aprovaríamos mais nada sem quórum.

Então, solicito a v.exa. verificação de quórum para saber se podemos aprovar os encaminhamentos aqui nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São Domingos, Itapema, Araranguá, Seara, Araquari, Camboriú, Acurra, Galvão, Ipumirim e Ouro, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Grupo Empresarial Antônio Mendes, parabenizando-o pela comemoração dos 40 anos de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Edson Piriquito... Este requerimento depende de deliberação, assim como os demais e também os pedidos de informação.

Atendendo ao pedido do deputado Manoel Mota, esta Presidência, evidentemente que constatando o descumprimento do Regimento Interno para prosseguimento das votações, passará à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, gostaria de registrar esta tribuna, nesta manhã de quinta-feira, nesta Casa, a alegria e a honra que nos dá a participação numa solenidade, no Rio de Janeiro, de um dos mais brilhantes jornalistas de Santa Catarina, o nosso sempre presente nas atividades desta Casa, jornalista Moacir Pereira. E lá ele vai usar a tribuna da Academia Brasileira de Letras para prestar uma homenagem a um manezinho da ilha, o jornalista Gustavo Lacerda, que foi o criador da Academia Brasileira de Imprensa.

Por isso, sr. presidente, quero fazer esse registro da importância e do orgulho que nos dá de ver o jornalista Moacir Pereira, juntamente com uma série de entidades da mídia de Santa Catarina, fazendo parte desse evento no Rio de Janeiro.

Nobres srs. deputados, na última segunda-feira, no teatro Álvaro de Carvalho, o governador Luiz Henrique da Silveira assinou o protocolo de intenções com uma empresa multinacional, a Bunge e Yara Brasil, para que o município de Anitápolis pudesse desenvolver o projeto há muitos e muitos anos sonhado por nós, catarinenses, por moradores da região da Grande Florianópolis e pelos prefeitos daquele município que já teve, deputado Moacir Sopelsa, mais de oito mil habitantes e que pela evasão hoje tem somente dois mil habitantes. É um município que não oferece, como alguns municípios de Santa Catarina, muita perspectiva de trabalho para os jovens que ali querem exercer a sua atividade profissional. Esse município tem uma grande mina de fosfato que há muitos anos muitos sonham que seja explorada. E nesse evento no teatro Álvaro de Carvalho foi assinado um protocolo de intenções, sendo que serão investidos, pela iniciativa privada, R\$ 550 milhões no sentido de explorar aquela mina.

Vejam v.exas. que dados trazidos por essas empresas dizem-nos que eles irão produzir 240 mil toneladas anuais de fertilizantes para a lavoura, além de 240 toneladas de ácido fosfórico. Um dos representantes trouxe-nos dados importantes para esse empreendimento. Essa jazida representa 10% das reservas de fosfato que o Brasil dispõe e vai representar 2,5%, deputado José Natal, do que o país consome na produção de fertilizante para a agricultura.

Veja v.exa. que é um empreendimento importantíssimo não só para a Grande Florianópolis e para Santa Catarina, mas para o Brasil, porque 50% dos fertilizantes usados no Brasil são importados do exterior.

Por isso quero aqui aproveitar a oportunidade para cumprimentar o governo do estado por essa iniciativa, porque essa é uma novela que se arrasta há muitos anos, uma vez que essas empresas, para explorar essa mina de fosfato, impuseram algumas condições, ou seja, a questão da infraestrutura naquela região. E a primeira coisa que está sendo feita é o asfalto, de quase 40 quilômetros, do município de Rancho Queimado até o município de Anitápolis.

Por isso, esses investimentos são fundamentais para a geração de emprego. E é bem verdade que o programa do nosso presidente Lula é fundamental para combater a pobreza, mas uma das grandes preocupações sobre esse programa de distribuição de alimentos e de renda para as famílias mais pobres que passam fome e necessidade é a porta de saída para isso. Como é que essas pessoas vão sair do nível de pobreza em que se encontram? E no nordeste já se discute muito que muitas pessoas deixam de trabalhar porque se contentam com aquilo que recebem do governo federal.

Então, a grande saída para este país - não que os projetos sociais não sejam importantes - é a geração de emprego. E uma iniciativa como essa aqui da Grande Florianópolis é fundamental para deixar as pessoas morarem no seu habitat natural, explorando de uma maneira sustentável a nossa economia e trazendo desenvolvimento e emprego para a região.

Por isso, sr. presidente, quero aproveitar a oportunidade para cumprimentar o governo do estado, as empresas que ali se instalarão para a exploração de fosfato. E veja v.exa., deputado José Natal, que esses fertilizantes produzidos em Anitápolis - o fosfato lá extraído - pode cair por gravidade até os portos de Imbituba ou de Laguna.

Então, vejam v.exas. que é um projeto fundamental para Santa Catarina, mas, principalmente, para a nossa região da Grande Florianópolis.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência dá por recebido o requerimento assinado pelos líderes partidários presentes, propondo a suspensão da sessão por até dez minutos, para ouvirmos o secretário de Irrigação do estado do Rio Grande do Sul, que discorrerá sobre o Programa Pró-Rio Uruguai e Aquífero Guarani.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ouvi o eminente deputado Manoel Mota, líder do PMDB, pedir verificação de quórum antes de ser feita aqui a votação das matérias que estavam em pauta e principalmente uma frase dita por s.ex.a.: "Nós nunca negamos dar informação". Como jornalista, tenho que analisar o discurso. Eu fui fazê-lo e penso que o deputado Manoel Mota pediu a verificação de quórum com medo de aprovar os pedidos de informação, entre eles o nosso pedido de informação que pede o resultado da Epagri, da comissão e, principalmente, o pedido sobre a SC-401. Espero que não seja isso, deputado Manoel Mota.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Conforme entendimento dos srs. líderes, a Presidência suspenderá a sessão por até dez minutos para ouvirmos o secretário de Irrigação do estado do Rio Grande do Sul, dr. Rogério

Porto.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campanha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Eu gostei da apresentação que foi feita agora de um tema extremamente relevante. Espero que essa consultoria sirva para criar uma consciência no governo do estado, porque o que se percebe é um discurso e outra prática. E precisamos começar a ganhar coerência - e estamos precisando disso - na questão ambiental.

Eu vejo que ao mesmo tempo em que se investe valores nessas consultorias, depois os resultados delas não servem para tomar as atitudes que elas encaminham. Falo isso com base nos estudos, por exemplo, do Parque da Serra do Tabuleiro, em que há uma pressão do estado para que se diminua o parque. E assim vemos essa indisposição do estado para que haja unidades de conservação em Santa Catarina. Sempre que há esse tema de unidades de conservação, e isso está diretamente ligado à conservação da água, ao tratamento do saneamento, ao tratamento do esgoto, cria-se um mal-estar quando se quer investimento para essa área.

Então, faz-se consultoria, mas se não se faz a prática, de nada adiantam as consultorias!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATOS - Sr. presidente e srs. deputados, ocupo a tribuna nesta manhã de quinta-feira para registrar um fato importante dentro do Mercosul, conquistado pelos deputados estaduais brasileiros ou deputados regionais do Uruguai, da Argentina, do Paraguai e da Venezuela. Registro essa conquista, mas também a reparto com várias pessoas, deputado Jorginho Mello, que se têm empenhado na questão do Mercosul.

Faço o registro também do apoio que temos recebido do deputado Julio Garcia, nosso presidente. E tenho representado a Assembléia Legislativa na busca da presença efetiva dos parlamentares estaduais no Parlamento do Mercosul.

Deputado José Natal, vou tentar explicar como funciona essa questão do Mercosul, porque ela vai-nos atingir, vai ser o nosso dia-a-dia a partir de 2010, com a eleição direta dos parlamentares do Mercosul, desvinculando da questão federal senador, deputado federal e deputado estadual, quando teremos, a partir de 2010, um Parlamento totalmente eleito nas questões do Bloco Comum do Conesul.

O Parlamento do Mercosul instituído, do qual hoje fazem parte deputados federais e senadores, tem a sua sede em Montevidéu, no Uruguai. E só fazem parte dele senadores e deputados federais. Deputado Professor Grando, nesse Parlamento, que é provisório até a sua instalação em definitivo, os deputados estaduais ou deputados regionais ficaram excluídos desse momento de instalação de um importante tratado que vai influenciar a vida dos catarinenses, principalmente dos estados do sul do Brasil no seu dia-a-dia.

Desde a época do ex-deputado Milton Sander, quando foi fundada a União Parlamentar do Mercosul, que é composta, além dos cinco países que fazem parte do Mercosul, pelos conselheiros regionais chilenos, está havendo uma luta em busca da presença efetiva dos deputados estaduais.

Na última reunião que aconteceu em Montevidéu, a 8ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul - essa é uma luta nossa, e temos viajado em busca dessa participação -, tivemos uma votação unânime dentro do Parlamento e fomos credenciados a fazer parte de forma efetiva, com voz e vez, dentro do Parlamento do Mercosul. Portanto, a partir da próxima sessão ordinária do Parlamento Mercosul, que vai acontecer no dia 28 de abril, nós, deputados estaduais, teremos assento no Parlamento do Mercosul.

Essa foi uma conquista importante para nós, deputados estaduais, destacada pelo senador Pedro Simon, uma vez que o Mercosul está pouco conhecido, pois não há a participação efetiva das Assembléias Legislativas dos estados brasileiros ou dos Parlamentos Regionais dos demais países que compõem o Mercosul.

Essa conquista que agora conseguimos - e aqui quero, sr. presidente, ressaltar, mais uma vez, o apoio de v.ex.a. nessa busca através da Assembléia Legislativa - quero aqui repartir com o deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, do Paraná, que em todas as reuniões esteve presente, com o nosso coordenador do Bloco da UPM, Flávio Monteiro, que na hora da aprovação quase chorou, porque achava que era impossível essa conquista, com o deputado German Lopez, da Argentina, com o Oswaldo Mercure, da Argentina, e com os parlamentares regionais que buscaram essa participação.

Faço esse registro dizendo que a Assembléia Legislativa esteve bem representada. E a nossa participação, através do Parlamento dos deputados estaduais e regionais, deputado Moacir Sopelsa, será o meio de trazermos de vez o Chile para integrar o Bloco do Mercosul. Isso foi relatado e comentado dentro da reunião do Mercosul, em Montevidéu, ou seja, que a nossa grande vontade é que o Chile participe. E os deputados regionais, os conselheiros regionais chilenos, têm a vontade de participar do Mercosul.

Por que o Chile? Porque se formos estudar, veremos que a grande conquista do Mercosul é a conquista do Pacífico. Como chegarmos ao Pacífico? Como conseguirmos conquistar a Ásia com os nossos produtos num percurso mais curto e mais barato? E para chegarmos ao continente asiático, o caminho é o Pacífico, talvez por Valparaíso, grande porto chileno, talvez por Antofagasta, outro grande porto chileno, ou talvez por Iquique, atravessando o deserto de Atacama. Mas o meio de chegarmos ao continente asiático é o Pacífico, porque evitamos o pedágio caríssimo do canal do Panamá.

Isso é importante para a economia catarinense, porque teremos o primeiro corredor bioceânico nessa questão do Mercosul. A BR-282, como corredor rodoviário, vai integrar o primeiro corredor bioceânico, ligando os portos catarinenses aos portos do Pacífico, no Chile.

É importante ressaltar que isso é importante para a economia de Santa Catarina, visto que somos um grande produtor de alimentos. Santa Catarina, principalmente a região oeste, deputado Moacir Sopelsa, é um grande produtor de alimentos. E para onde vamos vender alimentos? Se estudarmos a questão política do mundo, a questão política da Ásia, veremos que o grande destino para chegarmos com alimentos é a China. E o caminho mais curto para chegarmos lá competitivos é através do Pacífico. Assim, o corredor bioceânico vai acontecer, ligando o Atlântico ao Pacífico, para chegarmos mais rápido à China. E o Pacífico passa pelo Tratado do Mercosul.

Por isso, faço esse registro, nesta manhã de quinta-feira, aqui, no Parlamento catarinense, que fez história nessa última segunda-feira em Montevidéu, por causa do nosso *lobby* - e fizemos *lobby*, sim - em cima dos deputados e senadores, quando conseguimos a conquista de termos assento, vez e voz dentro do Parlamento do Mercosul.

Sr. presidente, uma questão que discutimos dias atrás foi a da bananicultura. Tivemos uma crise com a Argentina, na questão da exportação da banana catarinense. E tivemos que recorrer a Brasília, para o assunto ser levado ao Parlamento do Mercosul. E agora não haverá mais necessidade, pois poderemos tratar as questões catarinenses diretamente no Parlamento, através de acordos, da diplomacia, e resolvermos mais rápido as questões com os nossos países vizinhos.

Faço esse registro, pois é uma conquista dos deputados estaduais, haja vista que a Assembléia Legislativa de Santa Catarina terá vez e voz no Parlamento do Mercosul.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch -
Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, ontem à noite, na comissão de Agricultura, aprovamos a realização de uma audiência pública para quarta-feira, às 18h, sobre a questão das cobranças de taxas dos conselhos de representação das nossas agroindústrias familiares. De fato há uma preocupação muito grande no estado por parte das pequenas agroindústrias, com relação à cobrança dessas taxas que estão tornando inviáveis várias pequenas experiências que são riquíssimas para os municípios pelo estado afora.

Então, quarta-feira, à noite, será realizada esta audiência pública aqui na Assembléia, e convidamos todos os deputados para participarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Professor Grando, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente e srs. deputados, queremos tornar aberto, claro e transparente o posicionamento do PPS em nível nacional, pois, recentemente, ficamos muito preocupados quando o presidente derrubou o artigo que impunha a fiscalização do Tribunal de Contas da União em centrais, federações e confederações.

O presidente quebrou um acordo feito com o Congresso, vetando a obrigatoriedade dos sindicatos, centrais sindicais, federações e confederações a prestarem contas ao Tribunal de Contas da União.

(Passa a ler.)

"O veto a um artigo do projeto que reconheceu formalmente as centrais sindicais foi publicado em uma edição extra do *Diário Oficial da União* de anteontem e provocou reações da Oposição.

Na opinião da Oposição, principalmente do PPS, a fiscalização do dinheiro público já é obrigatória, por isso as centrais, que recebem contribuição de um dia do salário dos trabalhadores, terão que prestar contas ao TCU de qualquer forma."

Note bem, sendo sindicalizado ou não, todo o trabalhador brasileiro tem que dar um dia do seu trabalho para algum sindicato, que vai para sua federação, confederação e para sua central. Vejam bem, isso não depende do trabalhador querer descontar ou não. Imaginem, milhares e milhares de trabalhadores de todo o Brasil dando em um ano, um dia de trabalho para as entidades sindicais, sem receber a devida fiscalização desses recursos.

(Continua lendo.)

"O líder do PPS na Câmara dos Deputados, Fernando Coruja (SC), explica, no entanto, que o artigo era necessário para evitar que as centrais fizessem alguma manobra para escapar da fiscalização."

Então, na reforma foi colocado esse artigo para que as centrais e federações prestassem conta ao Tribunal de Contas da União, porque é público, é transparente!

(Continua lendo.)

"Sem esse artigo, que foi vetado pelo presidente, eles poderão alegar que o dinheiro não é público, que é do trabalhador, o que é uma hipocrisia esse discurso fácil. Felizmente, o nosso país é uma república sindical, mas vamos trabalhar pela fiscalização, afirmou Coruja."

Isso nos leva e nos remete ao corporativismo. E o corporativismo, por sua influência política, repassa para toda a sociedade civil. Eu sempre digo que não podemos deixar que as árvores atrapalhem a visão da floresta. É muito justa a questão da luta do sindicalismo, mas neste momento não se submeter à fiscalização é porque querem repassar, nos seus interesses, a toda a sociedade civil a luta de cada corporação. Então, quem trabalha como metalúrgico, na fabricação automotora dos nossos carros, para conseguir aumento salarial, repassa produtos aos carros que toda a sociedade compra. Isso é corporativismo. Quando vemos o empresário de ônibus junto com o motorista e com o cobrador de ônibus fazendo greve, estão repassando o aumento da passagem para toda a sociedade civil.

Então, isso não ajuda a questão democrática da consolidação do avanço da sociedade civil como um todo. E quem é de esquerda já passou por isso e sabe o quanto o corporativismo prejudica a luta da democracia e das conquistas sociais.

Só para os senhores terem uma idéia por que o nosso companheiro Coruja falou a palavra fiscalização, agora é que vem o pior: (Continua lendo.)

"Dias antes de o presidente assinar o veto, confederações empresariais, como a CNF (Confederação Nacional das Instituições Financeiras) e CNC (Confederação Nacional do Comércio), enviaram uma carta para o Palácio do Planalto. Todos que, com a aprovação do projeto, também seriam submetidos à fiscalização pelo TCU, falaram sobre a necessidade de derrubar o artigo."

Então, não é só a questão do sindicato, das federações, das confederações ou das centrais, mas também da parte patronal que não quer se submeter. E aqui é que está o verdadeiro problema. E o presidente cedeu a essa pressão. E digo mais para terminar:

(Continua lendo.)

"O artigo implicará, igualmente, na submissão operacional das prerrogativas sindicais não mais ao crivo dos interesses das categorias profissionais ou econômicas, mas ao entendimento com viés público-administrativo do Tribunal de Contas", diz a carta. O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal (SP), criticou a decisão do presidente Lula. 'Esse veto é uma vergonha. O presidente cedeu ao lobby de grandes empresários. Cedeu onde não deveria ter cedido', disse."

E para encerrar vejam o que falou o Paulo Pereira do PDT, que é da força sindical. Olhem só! Todos conhecem o Paulo Pereira, ele é deputado federal pelo PDT, presidente da força sindical. Ele diz:

(Continua lendo.)

"Acho que o veto foi correto - na visão dele -, pois o artigo autorizava uma interferência indesejada do poder público no movimento sindical, mas o veto também fortalece o lado podre do sindicalismo", afirmou o deputado Paulo Pereira (PTD-SP), o Paulinho, presidente da Força Sindical."

Então, parece que neste país não se quer lutar com seriedade ou corrigir o que pode ter de errado. E se há um reconhecimento que beneficia o lado podre da questão sindical - e nós sabemos como atua esse lado podre, pois estamos vendo constantemente na televisão -, temos que corrigir. E este artigo tinha que ser mantido, porque foi votado num acordo de todas as lideranças, não só na questão, volto a dizer, das federações, das confederações e das centrais. Isso beneficia a parte patronal, que não quer se submeter ao controle de um ente público, que não é partidário, que é o Tribunal de Contas da União, na questão técnica de recursos que são públicos, significando um dia de trabalho dado por todo trabalhador desse país durante um ano. Todo o ano o trabalhador faz isso, ou seja, tem descontado o seu dia, estando sindicalizado ou não. Eu, por exemplo, defendo que não se desconte esse dia de trabalho do trabalhador e que o trabalhador assumira sua responsabilidade de se sindicalizar, de autorizar o desconto, de ter a sua luta pelo verdadeiro sindicalismo e não de se beneficiar de recursos de todos os trabalhadores. E notamos, como disse o Paulinho Pereira, que o lado podre do sindicato está tomando conta da luta dos trabalhadores no país, não de todos, pois há federações, centrais e sindicatos sérios.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Quero parabenizar v.exa., principalmente, por essa posição final. Eu, por princípio, sou contra o imposto sindical, porque foi isso que trouxe no Brasil um grande peleguismo sindical, um sindicalismo acomodado, que não vai para as bases, que não organiza os trabalhadores. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é sobre o veto do presidente. Acho que no Brasil precisa ser discutida não só a questão do imposto sindical, mas temos todos os sistemas de cobrança, do Sistema S, por exemplo, que hoje não têm uma fiscalização. Isso é um absurdo, porque é dinheiro público, é dinheiro da sociedade. Então, é preciso avançar neste sentido. Ora, como princípio, também sou pela liberdade da organização sindical e não pela interferência do estado no sindicalismo. Mas o problema é que quando é cobrado imposto sindical, se cobra um imposto da sociedade e não se fiscaliza. E isso também é complicado, é um tema extremamente polêmico, e nós precisamos gastar muito tempo no futuro para discutir critérios, porque se há um imposto sindical, uma obrigação da sociedade tanto para o sistema de formação profissional, quanto para o sistema de sustentação sindical, quando ela é obrigatória, tem que ter alguma forma de fiscalização.

Agora, por outro lado, sou contra também a intervenção do estado no sindicalismo, pois ele tem que ser livre. E isso também tenho como princípio.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Concordo com v.exa., pois é uma questão de grande discussão. Este é o nosso posicionamento partidário. Mas são bilhões e bilhões de reais recolhidos, e isso realmente não é o estado que tem que

deixar livre para organizar a democracia, mas, sim, um órgão em defesa de todo brasileiro, que é o Tribunal de Contas da União. Por que não se submetem a esse órgão? Todos nós nos submetemos! Nós nos submetemos à declaração do Imposto de Renda! E o dinheiro que provém de um trabalho, de um esforço, só vai ajudar na libertação do movimento sindical e não no seu atrelamento. É por isso que nós lutamos.

Sr. presidente, era isso que tinha que colocar! Mas quero, antes de concluir, desejar um bom final de semana a todos os catarinenses e dizer que a nossa luta continua.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - O próximo inscrito é o sr. deputado José Natal, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos assistem através da TVAL e ouvintes da Rádio AleSc Digital.

Deputado Professor Grandó, quero parabenizar v.exa. pela posição tomada ou colocada para a sociedade catarinense que não tem acesso a essas informações. Mas quero dizer a v.exa. e aos demais deputados que assisti à sessão na qual foi feito um acordo de lideranças, um acordo da bancada do governo, sobre a questão da fiscalização do recolhimento sindical dos trabalhadores neste país. E, lamentavelmente, o presidente Lula enganou a todos, praticamente até a sua base de governo, porque uma posição política formada não foi respeitada. E isso é costumeiro da parte do presidente Lula!

Ontem, até falei aqui nesta Assembléia Legislativa sobre a questão dos sindicatos, no sentido de não serem fiscalizados. E foi o que aconteceu com o sindicato dos bancários do estado de São Paulo, pois a imprensa veiculou, na semana passada, que R\$ 85 milhões foram desviados em favor do PT. E as residências que eram para ter sido ampliadas por aquela cooperativa, para seus cooperados, estão até agora inacabadas, no estado de São Paulo. A imprensa mostrou isso no último final de semana.

O que podemos fazer? Nós, que temos aqui a possibilidade de voz, temos que alertar todos os sindicalizados, os sindicalistas, que não são todos, mas é uma gama até muito pequena que se aproveita da situação da sindicalização para enganar aqueles que pertencem à sociedade. Então, o presidente Lula enganou os deputados federais e grande parte dos sindicalizados que queriam que houvesse a fiscalização.

Lamentavelmente, a transparência no governo Lula está cada vez mais indo de água abaixo. E viemos aqui nesta Casa fazer um posicionamento. A bancada do PT pensa que levo para o lado pessoal da política. Mas não é isso que acontece. Quem ouviu o deputado Pedro Baldissera falar há poucos instantes sobre os meus pronunciamentos, pensa que ataco o presidente Lula. Mas ele quer mostrar para a sociedade de Santa Catarina que o governo Fernando Henrique Cardoso foi um governo inócuo, cheio de maracutaia, como se diz na língua popular.

Infelizmente, srs. deputados, quem está mostrando tudo isso é o PT, que pregava, no passado, de maneira completamente diferente, a transparência e como sendo um governo a favor de toda a sociedade. E o governo Lula, infelizmente, continua gerando emprego "entre aspas" com aquela famosa Bolsa Família, sei lá o que é, que desvirtuou todo o processo. Enquanto o governo de Santa Catarina, srs. deputados e catarinenses, busca veementemente, diariamente, com toda a sua equipe de governo, empregabilidade para os catarinenses, trazendo novas empresas para Santa Catarina, visando a geração de emprego e renda, para não ter que desembolsar milhões e milhões de cestas de alimentos e tantas outras situações.

O governo de Santa Catarina é diferente de muitos deste país, pois tem a administração focada nas pessoas, para que elas permaneçam nas suas áreas, nos seus municípios e no seu estado. Então, de vez em quando o PT vem aqui nesta tribuna falar que o governo do estado dá a ele a probabilidade de evasão de recursos dando incentivos às empresas. Mas esses incentivos que o governo dá são para gerar empregabilidade, volto a dizer, e não para fazer assistencialismo barato, como vem fazendo o governo Lula há bastante tempo neste país. É isso que eu não quero e é isso que tenho certeza que alguns deputados do PT aqui desta Casa também não querem.

Srs. deputados, sei que alguns deputados do PT aqui nesta Casa querem realmente a fiscalização realmente com transparência em todos os níveis. E volto a repetir, nós temos pendente uma questão aqui, em Santa Catarina, que é a questão das ONGs, em que apareceu aqui o deputado Dirceu Dresch. Temos essa pendenga aqui que ainda não está resolvida, até provarem o contrário. Mas tudo isso está sendo amaciado lá em cima, no governo federal, para que não venha à tona novamente. Não é especificamente... Eu estou falando no nosso estado, porque tenho que falar nas coisas daqui. E estamos nesta Casa, como disse, para sermos vigilantes.

Tenho certeza de que na hora em que tudo isso for colocado às claras, nós, da classe política, teremos a credibilidade que já tivemos no passado! Porque quando comecei a militar na política, quando não era ainda político, pude vivenciar a época em que a classe política tinha credibilidade. E hoje, por ações de governo em todos os níveis, a classe política está, a cada dia que passa, mais desacreditada, pois parcela muito grande da sociedade brasileira não tem realmente esperança nela, o que é triste.

Eu disse ontem que muitos no passado colocaram a cara para bater, como se diz na língua popular, foram presos, foram exilados, foram massacrados, eles e seus familiares, para nós poderemos vivenciar esse momento que estamos vivenciando agora. E está cada vez mais complicado, porque as denúncias são constatadas e na hora em que é dada a liberdade para, através dos srs. parlamentares e também da sociedade, se fiscalizar, vem o governo e coloca um veto para que não haja possibilidade de ocorrer a fiscalização do imposto sindical.

Quero trazer para esta tribuna a minha satisfação de ter vivenciado agora, minutos atrás, o geólogo falar aqui sobre a Bacia do Rio da Prata, especificamente do Aquífero Guarani. E eu disse por diversas vezes, na tribuna, que se o governo federal, o governo do estado, começasse a executar a questão do saneamento básico nos pequenos municípios brasileiros, ele conseguiria um resultado bem melhor e mais rápido. Eu falei isso, aqui, ontem. E para a minha felicidade, também foi afirmado pelo geólogo que está tratando desse assunto a importância disso para o nosso estado, para o sul do país e para os demais estados brasileiros. Isso me dá satisfação, mas eu queria ver isso realizado e concretizado, e é o que não assistimos.

Para encerrar, trago uma notícia triste. No meu município de São José, amanhã, a Câmara de Vereadores votará o afastamento do prefeito Fernando Melquiades Elias, do meu partido - e também sou responsável por ele estar à frente daquela administração -, por falta de diálogo, por não haver entendimento, pela sociedade estar sendo extremamente prejudicada. Tenho que realmente entender e estou percebendo isso no dia-a-dia que vivo aqui e também em São José, onde tenho contato todos os dias com as pessoas. Isso é triste, mas ele errou, e se errou vai ter realmente que pagar pelo erro com o seu afastamento, pois na Câmara encontraram irregularidades no contrato do lixo, e nós vivenciamos isso.

Queremos transparência, e falamos isso aqui. E que essa transparência aconteça em todos os níveis. São José, na década de 80, não muito longe, era uma cidade dormitório da capital, mas através de um processo incansável de muitos abnegados que por aqui passaram, que foram vereadores naquela cidade e que agora são empresários, com muito trabalho, São José foi colocado no patamar dos demais municípios de grande porte do estado de Santa Catarina. Conseguimos isso, mas, infelizmente, esse nosso colega deu razão para que tanto o Executivo, o Legislativo quanto a sociedade desconfiassem dele, eis que o município estagnou. E, segundo pesquisa feita no município, 65% da população acredita que o prefeito cometeu irregularidades político-administrativas. E se ele cometeu, tem que ir para casa, lamentavelmente.

Fico triste por dar essa notícia aqui da tribuna desta Casa, pois fui parte integrante na sua eleição como prefeito. Com muita tristeza digo isso do município em que nasci, vivo e fiz de tudo, em cinco mandatos de vereador, para ele se encontrar no patamar em que se encontra.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Moacir Sopelsa, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, que está presidindo esta sessão, srs. deputados, senhoras e senhores, assomo à tribuna desta Casa hoje para dizer que sempre tive como conduta, deputado Pedro Uczai, respeitar as pessoas. E algumas questões pessoais levantadas aqui, deputado Edison Andriano, afrontam muitos deputados desta Casa.

Ouvi deputados se pronunciarem nesta Casa dizendo que o governador iria sair algemado do governo, que ele iria ser preso, etc. Essa maneira de agir nunca fez parte da minha índole. Penso que temos que fazer as críticas, levantar a oposição quando é preciso, fazer os pedidos de informação, os requerimentos, é um direito do deputado, mas com respeito às pessoas. E vi isso ontem, quando o deputado Manoel Mota pedia verificação de quórum, pois não havia quórum para deliberação, e vi hoje também.

Há também aqui pedidos de informação, srs. deputados, como este da bancada do PT, solicitando ao governo do estado informações a respeito de seu deslocamento para o município de Criciúma. Não tenho nada contra os pedidos de informação, mas o governador é uma pessoa, deputado José Natal, que merece o reconhecimento de todos, independentemente de partido político, pois ele está presente em todas as regiões.

Não conheci nenhum outro governador que tenha feito isso. O ex-governador Esperidião Amin fazia um trabalho que dava a impressão de que estava em todos os municípios, mas não da mesma forma que o governador Luiz Henrique. Não estou dizendo isso só porque ele é do meu partido, mas sim porque precisamos fazer justiça. É um governador que não tem sábado, não tem domingo. E eu quero dizer isso a v.exa., deputado José Natal, por causa dos seus pronunciamentos acalorados, pois ele é um governador que não persegue ninguém, e isso precisa ser dito. Ele somente administra o estado de uma maneira diferente, através de uma nova forma!

Sr. deputado Pedro Uczai, v.exa. foi prefeito em Chapecó quando Luiz Henrique era governador em seu primeiro mandato, e ele fazia o reconhecimento e tinha muito respeito pela sua figura de prefeito. Agora, na segunda-feira passada, foram assinados na região da Amauc dois convênios com duas prefeituras do PT: a de Ipumirim e a de Lindóia, deputado Flavio Ragagnin. Em Seara, com o prefeito Edemilson, onde o D25 faz parte da base do governo, investimentos foram feitos nesse município, mas independentemente de partido do prefeito.

Então, isso precisa ser reconhecido. Mas parece que deve ser votado aqui, deputado Valmir Comin, um pedido de informação a respeito do deslocamento do governador, no domingo à noite, a Criciúma, para participar de um ato político. E tenho certeza de que esse pedido será aceito, pois ele é uma pessoa que teve a oportunidade de acompanhar por muitos anos e que sempre recomendou, determinou, quando fui secretário da Agricultura, que as coisas fossem feitas com transparência, com lealdade. Sempre agiu assim, em toda a sua vida política, e talvez seja o político com mais mandatos em Santa Catarina, salvo se houver outro, mas não conheço ninguém que tenha tido uma vida sempre pautada pela lealdade.

Podemos questionar a forma de se governar, o plano que está sendo implantado, mas não de uma forma desrespeitosa, de forma pessoal, contra uma pessoa, contra uma família.

Ontem, ouvi aqui o deputado Herneus de Nadal falar sobre os programas da primeira-dama, da d. Ivete, que faz um trabalho silencioso, atendendo todos os municípios, principalmente nas questões sociais. Ela está fazendo de tudo para atender as Apaes, os clubes de idosos, de mães, a questão das entidades, sem aparecer como primeira-dama. Enfim, ela faz o seu trabalho de forma silenciosa.

Então, o governo e a sua família não podem ser acusados de não estarem agindo com seriedade, com lealdade. O governador é uma pessoa séria, é uma pessoa correta, é uma pessoa que mostra, no seu dia-a-dia, no seu trabalho, aquilo que é capaz de fazer. O resultado vem quando acontecem as eleições. Se fosse como muitas questões que são levantadas aqui, não teria esse resultado a seu favor nas últimas eleições. Foram três as últimas eleições para o governo do estado, duas disputadas em dois turnos, e nas duas o governador mostrou o trabalho que está fazendo na questão de votos. A mesma coisa aconteceu quando estive à frente da prefeitura de Joinville.

Então, quero deixar aqui o meu registro de que temos que fazer política, temos que fazer oposição, a Situação precisa fazer a defesa, mas não podemos entrar nunca no ataque pessoal, no ataque da família. É esse o meu aprendizado. É assim que aprendi a fazer política, ou seja, falando sobre os programas de governo, sobre as ações, falando naquilo que concordamos, naquilo que não concordamos, mas sem atacar as pessoas diretamente, como se elas fossem responsáveis por isso ou por aquilo.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Ouço v.exa., deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Deputado Moacir Sopesa, quero parabenizar v.exa. por trazer esse assunto à tribuna. Na verdade, o que parece estar acontecendo é que trabalhar muito, como é o feito do governador Luiz Henrique, incomoda a Oposição, particularmente o PP, que já teve oportunidade de governar Santa Catarina por algumas vezes.

Se formos comparar períodos de governo do PMDB com períodos de governo do PP, o governo do PMDB, em termos de realizações em Santa Catarina, apesar de estar governando apenas por três períodos o estado, certamente tem muito mais o que apresentar do que o PP em todo o período em que esteve no governo.

Então, são essas coisas que acabam incomodando. Mas precisamos efetivamente ressaltar as qualidades do governador Luiz Henrique, que é um homem honrado, um homem digno, que tem, sim, demonstrado muito trabalho por toda Santa Catarina. E é por esse fato que ele conseguiu, pela primeira vez na história de Santa Catarina, reeleger-se governador do estado.

Parabenizo v.exa. por esse posicionamento, quero me alinhar aqui ao seu pronunciamento e desejar ao governador Luiz Henrique que continue tendo, cada vez mais, essa disposição, esse dinamismo e essa vontade de trabalhar por Santa Catarina. E que o governo seja cada vez mais ousado e presente em todos os municípios do nosso estado.

O governador é como todos nós, parlamentares, um agente político. E como agente político é natural que participe de atos políticos. Não vejo nenhum crime nisso, é natural do exercício da democracia, ou seja, é natural de um homem que exerce a função de governador do estado participar de atos políticos.

Certamente ele esteve em Criciúma não só para participar daquele ato político, como também para levar ações administrativas, já que Criciúma está também recebendo muitos investimentos do governo do estado.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Renato Hinnig.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Elizeu Mattos, tenho ainda 30 segundos e queria concluir apenas dizendo que sou a favor dos demais requerimentos, do requerimento que esclarece a questão da Epagri, porque são questões que precisam ser esclarecidas. Mas que não sejam feitos requerimentos apenas pensando em quem se vai prejudicar, tomando tempo, inclusive, daqueles que recebem o salário dos nossos impostos para fazer essas informações.

Desculpe-me, deputado Elizeu Mattos, por eu não poder conceder um aparte, pois tenho certeza de que v.exa. também engrandeceria...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito.

(Pausa)

Na ausência do deputado Edson Piriquito, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os servidores públicos da área de segurança, nossos companheiros praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, tenho alguns assuntos para falar aqui, mas inicialmente concedo um aparte ao deputado Elizeu Mattos, para que ele possa manifestar os seus anseios.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Sargento Amauri Soares, agradeço a gentileza, pois gostaria de ter feito esse aparte ao deputado Moacir Sopesa, mas como não houve possibilidade, v.exa. está-me concedendo agora, para que eu possa falar.

Com relação ao discurso do deputado Moacir Sopesa, quero dizer também que temos que ter ética nas nossas posições, nas nossas falas, nos nossos posicionamentos. E a ética inclui o respeito à família, o respeito às pessoas constituídas.

Por isso agradeço esse aparte, porque sei que v.exa. luta pela ética também, a ética do respeito aos mais velhos, a ética do respeito às pessoas constituídas.

Podemos divergir das idéias e dos projetos, mas temos que respeitar a família e as pessoas constituídas, principalmente o governador que foi eleito por duas vezes.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Eu gostaria de dizer, inicialmente, srs. deputados, que a nossa categoria e os servidores da Segurança, mais os praças da Polícia Militar do Corpo de Bombeiros, estarão em breve novamente se manifestando publicamente, de forma organizada, através da Aprasc e de outras entidades que quiserem participar desse movimento, sobre a possibilidade de se colocar na pauta do governo do estado as questões mais caras das reivindicações na base da Segurança, a Lei 254, para que possamos reverter essa situação de aumento da violência e outras demandas, como, por exemplo, a realização dos cursos previstos no Plano de Carreira, que foi aprovado na Assembléia Legislativa no ano de 2005.

Tenho dois outros assuntos para tratar na sessão de hoje, por não ter tido tempo de falar na sessão de ontem, pois essa era a intenção. Em primeiro lugar tenho uma notícia ruim vinda do estado da Bahia, em que o governador Jaques Wagner concedeu um aumento discriminatório de salário aos servidores da Segurança Pública.

Temos visto, nos últimos dez anos, em todo o país, o levante dos setores de base das instituições militares estaduais com relação às discriminações salariais. Já tivemos esse problema em Santa Catarina várias vezes e a revolta que se cria ao se dar um aumento diferenciado de salário, concedendo gratificação privilegiada aos segmentos de cúpula, é muito grande. Não há palavras sequer para descrever a indignação que provoca um aumento diferenciado de salário, em que os setores de cúpula são mais bem agraciados do que aqueles da base, a grande maioria, que são os que estão lá na rua, no dia-a-dia.

O governador da Bahia, Jaques Wagner, recentemente, na semana passada - e foi aprovado, infelizmente, na Assembléia Legislativa da Bahia, anteontem - concedeu aumento de 33,37% aos oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros e aos delegados da Polícia Civil. Em contrapartida, foram concedidos meros 4,46% aos setores de base, às praças da Polícia e do Corpo de Bombeiros, aos setores de base da Polícia Civil, investigadores, escreventes, comissários, etc.

Nós encaminhamos um documento ao governo do estado da Bahia e ao Poder Legislativo daquele estado, manifestando o nosso repúdio. Não está descartada a possibilidade de greve no serviço de segurança, aliás, a Polícia Civil, os policiais civis, já estão em greve por causa dessa questão e as praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estão discutindo essa possibilidade.

Com certeza isso agrava muito a situação da falta de segurança no estado da Bahia, e não era essa a expectativa dos servidores da Segurança, já que eles ajudaram a eleger o governador Jaques Wagner e tinham uma imensa fé nos ventos da mudança no estado da Bahia, que desalojou do governo uma década de oligarquia. E um governo que pretendíamos popular, logo na primeira metade do governo, refaz, reproduz naquele importante estado do Brasil essa mesma política.

Portanto, iremos ao estado da Bahia para apoiar o movimento das praças dos setores de base da Segurança Pública naquele estado.

Outro assunto que iria falar hoje também, inclusive havia anotado, é esse que já foi abordado aqui pelo deputado Professor Grando, a quem gostaria de parabenizar.

O presidente Lula vetou o dispositivo da lei das centrais sindicais, dispositivo que pretendia que as centrais prestassem contas ao Tribunal de Contas da União. O argumento do presidente Lula é que as centrais precisam ter autonomia, que ele sempre defendeu a autonomia do movimento sindical. Evidentemente, concordamos com esse argumento da autonomia. Agora, para discutirmos a autonomia do movimento sindical no Brasil é preciso, necessariamente, discutir a questão do imposto sindical, porque se é imposto não é autônomo.

O imposto é uma coisa imposta, portanto, já quebra a autonomia por aí. Existe esse dispositivo no Brasil desde o governo Getúlio Vargas, e nós sempre entendemos e vamos continuar entendendo que o imposto sindical é ruim para a autonomia do movimento dos trabalhadores de todos os setores da sociedade.

Quem conhece o movimento sindical sabe que o servidor público não tem imposto sindical, mas o trabalhador da iniciativa privada tem. Independentemente de ele querer, de assinar qualquer autorização, automaticamente o patrão confisca parte do seu salário e repassa ao Ministério do Trabalho, que redistribui para as centrais sindicais, para as federações e para os sindicatos.

Isso, na nossa avaliação é um problema, porque entendemos que contribui para um sindicato cartorial, para o vício do movimento sindical de não dialogar com sua categoria e com sua base; contribui, inclusive, para a corrupção de dirigentes sindicais. E quando digo isso não quero dizer que todos que defendem o imposto sindical sejam viciados, corruptos ou alheios à sua categoria, à sua base, quero dizer apenas que contribui.

Essa polêmica de ser favorável ou contrário ao imposto sindical é imensa. A CUT, quando criada, como o deputado Professor Grando bem falou, tinha como um dos primeiros pressupostos combater o imposto sindical para garantir, efetivamente, a autonomia dos trabalhadores, a autonomia da organização e da luta dos trabalhadores.

Com o imposto sindical não existe autonomia, porque é imposto de forma imposta, porque fica dependente do Ministério do Trabalho, automaticamente atrelado.

Quando a classe dominante, quando os patrões entenderam que não conseguiriam impedir a organização dos trabalhadores - que era proibida no início do capitalismo e até menos de cem anos atrás em muitos países, inclusive aqui no Brasil -, quando os patrões, quando a burguesia, em nível mundial, entendeu que não conseguiria segurar a onda de organização da classe trabalhadora, ela legalizou, institucionalizou e subordinou ao estado - no nosso entendimento e no entendimento de muitas pessoas -, em prejuízo da luta dos trabalhadores.

A luta dos trabalhadores tem que ser autônoma com relação ao estado, aos patrões, aos partidos políticos e aos credos religiosos. A luta dos trabalhadores tem que obedecer à vontade majoritária da categoria organizada. E o imposto sindical contribui para um movimento em crise que já não representa e para dirigentes que não representam a vontade do conjunto dos trabalhadores, porque o dirigente não precisa convencer o trabalhador a se filiar ao sindicato, mas automaticamente o estado impõe isso.

Então, o sindicato pode ser uma salinha com um dirigente com a pasta embaixo do braço. Não significa um movimento real da classe. Nesse sentido, se o presidente está certo quando diz que tem que ter autonomia, ele está errado quando mantém o imposto sindical. E se é um imposto, é um imposto, e do imposto precisa, sim, ser prestado contas. Todos os impostos que a sociedade paga, que todos que estão nos ouvindo paga, que todo mundo paga quando nasce ou quando morre, tem que ser prestado contas, e assim vale para o imposto sindical.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Edson Piriquito, concedemos a palavra ao sr. deputado Reno Caramori.

(Pausa)

Na ausência do sr. deputado Reno Caramori, concedemos a palavra ao sr. deputado Pedro Uczai, deputado chapecoense, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, deputado Valmir Comin, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSC Digital, ouvi o discurso do deputado José Natal, que mistura tantos temas, tantos conteúdos, que quase, aqui da tribuna, legítima ou sacraliza a cassação do prefeito de São José um dia antes da votação da Câmara de Vereadores. Inclusive, s.exa. critica o presidente Lula, os programas sociais, chamando de assistencialista o programa de Bolsa Família, que tinha outro nome no governo FHC, o seu governo, o seu presidente. Ao mesmo tempo não reconhece que os programas e a política econômica do governo do presidente Lula estão, diferentemente do governo FCH, gerando desenvolvimento, gerando número recorde de empregos na história do país. Foram 1.6 milhão de empregos no ano passado. Nunca, em oito anos do governo FHC, em nenhum ano, teve essa realidade presente. Pelo contrário, a média gerada de empregos no governo FHC era de oito a nove mil empregos por mês. Essa foi a média do governo FHC em oito anos! Mas nós geramos 1.6 milhão num único ano do governo presidente Lula.

No mês de janeiro foram 142 mil trabalhadores com carteira assinada, diferente do governo FHC, que teve um baixo índice do crescimento econômico. No governo do Lula o índice foi de 5,4% no ano passado e este ano poderá chegar a 5%. E paralelo a isso se está distribuindo renda e emprego nesse país, depois dos últimos 20 anos. E está sendo gerado pelo governo do presidente Lula.

O programa social é necessário quando o povo está pobre, não tem comida, não tem dignidade, não tem cidadania. E o deputado José Natal provavelmente não passou fome na vida e não está passando, mas quem passa fome precisa de comida, não precisa de discurso. Precisa de comida para se manter vivo, para se manter a animalidade. Infelizmente, nesta América Latina muita gente morria e ainda morre de fome, não tem saciada a sua própria fome. E quem passa fome sabe o que é Bolsa Família; por isso é que essa população deu a reeleição ao presidente Lula.

Em segundo lugar, os programas sociais precisam ser extintos no país, eu sonho e acredito nisso, porque o horizonte é construir empregos para todo mundo, universidades públicas, casas, dar dignidade para todos. Mas enquanto não tivermos isso, precisamos de políticas públicas também na área social, eliminando o assistencialismo.

A irritação do deputado José Natal quem sabe seja porque o programa Bolsa Família não permite fazer tanto discurso lá na base, no município, porque muitos desses recursos são destinados diretamente ao cidadão, à cidadã. E ela, com autonomia, faz a compra, faz a aquisição de alimentos, não mais com o carimbo do vereador, não mais com o carimbo do prefeito, não mais com o carimbo do cabo eleitoral, lá no seu município.

Por isso é que é uma nova dinâmica, uma nova política pública. E a política econômica precisa produzir inclusão social, e a política de desenvolvimento social precisa produzir inclusão econômica. Esse é o casamento!

Fui prefeito de Chapecó e estou feliz por ter tido o privilégio de ter sido prefeito e ter colocado Chapecó na quarta economia em PIB industrial do estado, em dezembro de 2004, quando entreguei o governo. Estou feliz, também, porque Chapecó estava em 153º lugar na área social e passou para 15º não só na economia de geração de emprego e distribuição de renda, mas também na área social. Fomos premiados entre as 11 melhores experiências de saúde no País. E quando agora vejo filas, gente pedindo remédios, reclamando que não há exames médicos, ou que demora meses, reclamando que ainda não teve inaugurado o Hospital Materno-Infantil, que há três anos deixamos semipronto, semiconcluído, mas que ainda não atende à saúde, vimos que o PSDB e o PFL - esses dois partidos que sustentaram o neoliberalismo por oito anos no país - não têm preocupação com políticas públicas sérias, com programas sociais sérios.

E quando se fala aqui do governo do estado, qual é o programa social do governo do estado? Qual é o programa? Qual é o programa de habitação do governo do estado? Qual é o programa social permanente? Não tem, porque não precisa. Tem fundo social que dá R\$ 2 mil aqui, R\$ 2 mil lá, R\$ 3 mil acolá, R\$ 5 mil lá, para as entidades. Esse é o programa social do governo do estado. Não é um programa permanente, mas é um programa assistencialista, de apadrinhamento barato, que dá votos, sim. Dá muitos votos fazer assistencialismo neste governo. É subvenção social para cá, subvenção social para lá, porque isso dá muitos votos. Mas não dá futuro, não dá dignidade. Temos que ter programa permanente enquanto houver desigualdade social neste país. E infelizmente, esse governo do deputado José Natal, dos oito anos de FHC, que desmontou, privatizou este país, desmontou políticas públicas... Foram oito anos sem aumento de servidor público federal, oito anos sem aumentos salariais dos servidores públicos federais, oito anos de desmonte do patrimônio público, oito anos de assistencialismo barato e apadrinhamento, oito anos de estagnação econômica, oito anos com corrupção permeando o Brasil inteiro. Só que não tinha CPI, porque tinham a maioria. A reeleição do FHC foi o quê? Foi um escândalo brasileiro, mas não teve CPI.

Existem problemas no nosso governo? Existem. Precisa ser investigado, precisa construir transparência, mas não é possível imaginar querer comparar com o governo do PSDB, do PFL. O que fizeram com este Brasil? O que fizeram com a infraestrutura? Foram 20 anos de abandono das rodovias. Há vinte anos não há recapeamento nas rodovias do governo federal, aqui, em Santa Catarina. Há 20 anos a BR-163, a BR-158, de Maravilha até o Rio Grande do Sul, desde 1973, quando o presidente militar inaugurou, nunca foi recapeada. Teve que ser no governo Lula. A rodovia 163 e a 282 nunca foram recapeadas, nunca.

Por isso, não é possível imaginar um governo neoliberal vir aqui fazer crítica. Pode fazer críticas localizadas, como fazemos também, pois queremos mais reforma agrária neste país, queremos mais política pública na área da saúde, queremos mais políticas sociais que produzam inclusão social, econômica e cultural, queremos mais universidades públicas. Mas o FHC impediu, através de lei aprovada no Congresso Nacional, construir escolas técnicas federais, deputado Sargento Amauri Soares. Através de lei aprovada pelos neoliberais o poder público estava impedido de construir escolas técnicas federais.

O presidente Lula, um operário, vai terminar o seu governo com 214 escolas técnicas federais construídas. Em Santa Catarina são sete Cefets, além de três novos *campi* da Universidade Federal: em Araranguá, Curitiba e Joinville. A nossa UFSC há 45 anos não saía da capital, não passava a ponte. Mas o governo Lula vai construir uma nova universidade federal no oeste de Santa Catarina, a chamada Universidade da Mesorregião da Fronteira do Mercosul, que engloba, além do oeste catarinense, o sudoeste do Paraná e o noroeste do Rio Grande do Sul.

Quem são esses, deputado José Natal, do PSDB, que governaram este país, que o desmontaram, que o endividaram, que privatizaram setores estratégicos, para falar do governo do presidente Lula? Peguem e comparem economicamente, peguem e comparem o nível de geração de emprego. Que moral eles têm para falar em emprego, quando o governo deles gerou desempregos aos milhões neste país? O nosso governo está batendo recordes a cada mês, e não é só em assistência social, em política social, mas em uma política econômica que ainda precisa baixar, é verdade, a taxa de juros. Mas por falar em taxa de juros, nós temos moral para falar, deputado José Natal, porque no começo do Plano Real a taxa real de juros neste país estava em 54%.

Por isso, queremos avançar; por isso, estamos avançando, e o povo brasileiro não vai recuar desse projeto estratégico. E quero manifestar aqui que a minha posição com relação a 2010 não é a favor do terceiro mandato para o presidente Lula. A minha posição é clara e pública: o governo Lula tem que eleger o seu sucessor para fortalecer os partidos políticos, para fortalecer, inclusive, o Partido dos Trabalhadores, que quer fazer o sucessor à Presidência da República. A minha posição é explícita, pública e aberta, não precisamos do terceiro mandato. Se o nosso governo está bem, se o nosso projeto tem cara, rosto, identidade e tem lugar social definido, elege o seu sucessor neste país.

Srs. deputados, temos certeza de que o presidente Lula vai fazer isso, só não vai permitir um terceiro mandato para si próprio, mas vai contribuir para continuar mudando este país. E chega de neoliberalismo, chega de PSDB, de PFL mandando neste país, porque eles produziram mais desigualdade social, mais miséria e mais dominação. E por isso não pode voltar projeto dessa natureza.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Esta Presidência deseja registrar a presença das criciumenses Claudina Merêncio e Seonir Backes. É um prazer tê-las conosco.

Registramos ainda a presença da vereadora Zulma Souza e do vereador Sérgio Roberto Lyra, de Itapema.

Não há mais oradores inscritos em Explicação Pessoal.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência antes de encerrar a presente sessão convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às dezoito horas do dia quatro de março do ano de dois mil e oito, reuniram-se na sala de reuniões das Comissões, sob Presidência do senhor Deputado Reno Caramori, o senhor Deputado Amauri Soares, o senhor Deputado Décio Góes e o senhor Deputado Serafim Venzon e Renato Hinnig Abertos o trabalho o senhor Presidente Deputado Reno Caramori, colocou em votação a ata anterior, aprovada por unanimidade. Ato contínuo, colocou em votação o Projeto de Lei PL/0633.6/07, de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal, relatado pelo senhor Deputado Jean Kuhlmann, aprovado por unanimidade. Em seguida o senhor Presidente leu o Requerimento do senhor Deputado Pedro Uczai, solicitando uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa, para debater os seguintes temas: Arrecadação, distribuição e aplicação dos recursos do DPVAT e a Resolução nº. 219 CONTRAN, que estabelece requisitos de segurança para transporte remunerado de cargas por motocicletas e motoneta, sendo aprovado por unanimidade. Tomou a palavra o senhor Presidente solicitando uma Audiência Pública para dia onze de março do corrente, no mesmo horário da Reunião Ordinária da Comissão, para que possa esclarecer e dirimir dúvidas sobre a real situação da SC 401, referente às negociações entre o Governo do Estado e a Empresa Engepasa, que foi aprovado por unanimidade. Na sequência o senhor Deputado Reno leu o Ofício Circular nº. 002/CMMC/2008, de autoria do senhor Artur Mário Silveira, Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo, enviando duas Moções. O senhor Presidente leu a primeira Moção e após ler as justificativas sugeriu que a Comissão também fizesse uma Moção nos mesmos termos, sendo aprovado por unanimidade. Ato contínuo o senhor Presidente leu a segunda Moção que fala sobre a proibição da venda de bebidas nas rodovias federais. Leu também as justificativas da referida Moção, que foi amplamente debatida pelos Membros da Comissão e concluíram que serão necessários maiores debates. Foi mencionada a realização de uma Audiência Pública nesta Casa. Logo após o senhor Presidente fez uma explanação sobre a vitória feita, pela manhã, nas obras de restauração na ponte sobre o Rio Itajaí Açu. Junto com o senhor Presidente estava presente o senhor João José dos Santos, Superintendente do DNIT, senhora Deputada Ana Paula Lima, Engº. Oscar Eigio Isaka, - Técnica Granville Ltda., Engº Mecº. Kleber Medeiros Justus - Gerente do Departamento de Fiscalização do CREA-SC, Engº. Antonio Carlos Gruner Bessa - Supervisor do DNIT de Joinville, Sérgio Ribeiro Werner, Vice-Presidente da ACII - Associação Empresarial de Itajaí e o senhor José R Moritz Piccoli, Engº Consultor da Profissionais Associados. O Deputado Reno Caramori falou que ficaram acordados os seguintes itens: Aumento do efetivo de 40 para 50 homens especializados, aumentar a pista de fila única (evitar infiltrações), melhorar a sinalização fixa e humana. O turno de trabalho é das 07:00h às 24:00h e que o prazo para conclusão da obra é para 30 de maio de 2008. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião da qual, eu, Álvaro Selva Gentil Filho, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor Presidente e posteriormente será publicada no Diário desta Assembléia.

Deputado Reno Caramori
Presidente da Comissão
*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 023/08

ASSOCIAÇÃO SANTA LUIZA DE MARILLAC

Joinville, 27 de março de 2008

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC
Rua Jorge Luis Fontes, 310 - (Comissão Justiça)
88.020 - 900 - FLORIANÓPOLIS - SC

Prezados Senhores:

A Associação Santa Luiza de Marillac, C.N.P.J. 84.720.952/0001-70, dirigida pela presidente, senhora: Adelaide Piubel Gaspar, tem o prazer de apresentar os documentos do exercício 2007 e os resultados alcançados.

a) Balancete contábil (receita e despesa)

b) Relatório da Diretoria (atividades)

c) Declaração da entidade, registrada em cartório, datas de todas alterações estatutárias comprovando não ter havido nenhuma alteração estatutária atualmente.

Atenciosamente,

Lory B. Schwarz
Tesoureira

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/08

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 084/08

Altera a Lei nº 11.946, de 2001, que declara de utilidade pública a Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina, de Florianópolis.

Art. 1º A ementa e o art. 1º da Lei nº 11.946, de 11 de outubro de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Declara de utilidade pública a Associação Rondon Brasil, de Florianópolis”.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Rondon Brasil, com sede no Município de Florianópolis.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Romildo Titon

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/08

JUSTIFICATIVA

A Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina que mantém inúmeros convênios, dentre os quais com a FUNASA - Fundação Nacional de Saúde para a Assistência Básica à Saúde das Populações Indígenas dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Tocantins, alterou a sua razão social para Associação Rondon Brasil.

Que, em consequência, deixa de existir a antiga denominação, permanecendo inalterados todos os artigos de seu Estatuto Social, bem como seu CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal, além de todos os títulos até então recebidos (Município, Estado e União) como Declaração de Utilidade Pública Municipal, Estadual e OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Que, tendo em vista a qualificação recebida pelo Estado de Santa Catarina como entidade de Utilidade Pública Estadual - Lei nº 11.946, de 11 de outubro de 2001, venho a presença de Vossas Excelências para a alteração da razão social de Associação Estadual dos Rondonistas de Santa Catarina - Projeto Rondon, para Associação Rondon Brasil, também denominada Rondon Brasil.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 085/08

Declara de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente
Sessão de 03/04/08

JUSTIFICATIVA

A Sociedade Hospitalar São Francisco de Assis, entidade filantrópica, com sede no município de Santo Amaro da Imperatriz, fundada em 1951 tem suas atividades voltadas para a saúde da população em geral, sem qualquer discriminação de raça, credo religioso ou político partidária.

Atende de maneira mais concentrada aos residentes nos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Aguas Mornas, Rancho Queimado, Alfredo Wagner e Anitápolis.

A documentação acostada ao Projeto de Lei cumpre todas as exigências da legislação que regula o reconhecimento de utilidade pública da entidade, em especial a Lei nº 14.182, de 2007.

Assim, pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

*** X X X ***